



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Pedro de Souza Meriguetti

**O papel da política nuclear na construção de rivalidades entre  
China e EUA**

Rio de Janeiro  
2021

Pedro de Souza Meriguetti

## O papel da política nuclear na construção de rivalidades entre China e EUA



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Layla Ibrahim Abdallah Dawood

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

M561 Meriguetti, Pedro de Souza.  
O papel da política nuclear na construção de rivalidades entre China e  
EUA / Pedro de Souza Meriguetti. – 2021.  
140 f.

Orientadora: Layla Ibrahim Abdallah Dawood.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Política nuclear – Teses. 2. Estados Unidos – Teses. 3. China –  
Teses. 4. Coréia (Norte) – Teses. I. Dawood, Layla. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.  
Título.

CDU 621.039

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou  
parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Pedro de Souza Meriguetti

**O papel da política nuclear na construção de rivalidades  
entre China e EUA**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Área de Concentração: Política Internacional

Aprovada em 1º de dezembro de 2021

Banca Examinadora:

---

Profª. Drª Layla Ibrahim Abdallah Dawood  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Maurício Santoro Rocha  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Profª. Drª. Mônica Herz  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, pois sem eles, eu não estaria aqui e muito menos terminando meu mestrado. Obrigado por todo o investimento e torcida, ainda não creio como tem gente que acredita tanto em mim, quando nem eu ao menos acredito. Tudo o que eu faço e busco, é por vocês. À minha orientadora Layla que me auxiliou na pesquisa com muito esforço, dedicação e amor. Obrigado por toda a paciência, compreensão e conhecimento que você me proporcionou, se mais professores fossem como você, o mundo acadêmico seria um lugar ainda melhor. Aos professores da banca que dispuseram de tempo para ler o trabalho, as dicas e orientações que vocês me deram foram de grande esmero para o sucesso da pesquisa.

Aos meus primos Pedro e Ana Cecília, que por acaso descobri que tenho em 2020 de forma surpreendente, no meio da pandemia catastrófica do COVID-19. Obrigado por deixar eu apresentar meu trabalho da disciplina usando a rede de vocês, pois a minha era falha para isso. Certamente penso que vocês foram a melhor coisa que me aconteceu nessa pandemia acachapante que assolou o mundo. Espero que nunca percamos o contato. À minha melhor amiga Tainá Oliveira, pelo apoio de deixar eu usar sua internet para apresentar alguns trabalhos e apresentações que realizei, todas as risadas, conversas e momentos divertidos ficarão tatuados na minha mente. Minha vida é melhor por ter você ao meu lado, pois posso ser eu mesmo e tenho plena certeza que posso contar. Nessa vida, quando temos amigos, temos tudo. À minha amiga Fabiana por todo o apoio e por nunca deixar a peteca cair, espero que seu filho e sua nova fase de vida só te traga felicidades. Obrigado por sempre me ouvir e suporte para eu resolver meus problemas. À minha amiga Mayara pelas companhias incríveis no mestrado, sua presença me deixou muito feliz com tudo, a alegria de estar pelos corredores da UERJ foram possíveis por você ao meu lado. Aos meus colegas do mestrado que, mesmo longe, percebi que estão perto através desse mundo pitoresco das redes sociais.

## RESUMO

MERIGUETTI, P. S. *O papel da política nuclear na construção de rivalidades entre China e Estados Unidos*. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A política nuclear é um tema que suscita grandes debates dentro das Relações Internacionais. China e Estados Unidos, as maiores potências político-econômicas de atualmente, são detentoras desta tecnologia em quantidades e doutrinas distintas. Algo que possuem em comum são as diversas alianças e alguns desafios dentro do continente asiático, fazendo com que os Estados Unidos estejam atentos às dinâmicas de funcionamento da região e a China fique alerta às suas interferências e projeção de poder, pois o regime comunista é um grande ator capaz de coordenar grandes dinâmicas de sua influência para com seus vizinhos no continente. Com isso, um pequeno país na Península Coreana exerce grandes preocupações devido ao desenvolvimento de um programa nuclear com finalidade bélica, a Coreia do Norte. Portanto, o presente trabalho visa determinar como a política nuclear atua na construção de rivalidades sino-estadunidenses no Supercomplexo Asiático, enfatizando a questão norte-coreana pelo prisma construtivista através das teorias desenvolvidas pela Escola de Copenhague, cujos materiais utilizados consistem em uma revisão e pesquisa bibliográficas e análise de documentos oficiais.

Palavras-chave: Política nuclear. Estados Unidos. China. Construtivismo.

Rivalidades. Coreia do Norte.

## ABSTRACT

MERIGUETTI, P.S. *The role of nuclear policy in building rivalries between China and the United States*. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Nuclear policy is a topic that raises great debates within International Relations. China and the United States, the greatest political-defence powers of today, are holders of this technology in different quantities and doctrines. Something that they have in common is like several alliances and some disaffections within the Asian continent, making the United States, attentive to the dynamics of the region's functioning, and China to be alert to its interferences and power projection, as the communist regime is a great actor capable of coordinating great dynamics of its influence for its neighbors on the continent. As a result, a small country on the Korean Peninsula has great concerns due to the development of a nuclear weapons program, North Korea. Therefore, the present work aims to determine how nuclear policy acts in the construction of Sino-US rivalries in the Asian Supercomplex, emphasizing the North Korean issue through a constructivist perspective through the theories developed by the Copenhagen School, whose materials used consist of a bibliographical review and research and analysis of official documents.

Keywords: Nuclear policy. United States. China. Constructivism. Rivalries. North Korea.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa do Supercomplexo Asiático no pós-Guerra Fria .....	18
Imagem 2 – Principais reuniões da Coreia do Norte em relação ao seu programa nuclear.....	103



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Anti-Ballistic Missile Treaty
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALCM	Air-Launched Cruise Missile
ASW	Anti-submarine Warfare
CBO	Congressional Budget Office
CRSs	Complexos Regionais de Segurança
CTBT	Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty
CTBTO	Commission for the Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty Organization
DIA	Defense Intelligence Agency
DoD	Department of Defense
DPP	Democratic Progressive Party
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
FMCT	Fissile Material Cutting Treaty
GFN	Grupo de Fornecedores Nucleares
ICBM	Intercontinental Ballistic Missile
INF	Intermediate-Range Nuclear Forces
ISR	Incident Reporting Systems
LRSO	Long Range Stand Off Weapon
LWR	Light-water Reactor
MAD	Mutual Assured Destruction
MIRVs	Multiple Independently Targetable Reentry Vehicles
MTCR	Missile Technology Control Regime
NFU	No First Use
NPR	Nuclear Posture Review
OIs	Organizações Internacionais
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPLAN	Operations Plan 8010-12
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista Chinês
PLARF	People's Liberation Army Rocket Force
Quad	Quadrilateral Security Dialogue
RIs	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SORT	Strategic Offensive Reductions
SRBM	Short-range Ballistic Missile
SSBN	Ship Submersible Ballistic missile Nuclear powered
START	Strategic Arms Reduction Treaty
TCRS	Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

THAAD	Terminal High Altitude Area Defense
TNP	Tratado de Não-Proliferação
TPPT	Tratado de Proibição Parcial de Testes
TRA	Taiwan Railways Administration
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF	United States Air Force
YNSRC	Centro de Pesquisa Científica Nuclear Yongbyon
ZLANs	Zona Livre de Armas Nucleares

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>O CONSTRUTIVISMO NA ANÁLISE DA RIVALIDADE NUCLEAR ENTRE EUA E CHINA.....</b>	<b>24</b>
1.1	Introdução.....	24
1.2	Estudos de Segurança e sua relação com o Construtivismo.....	25
1.3	A teoria da securitização como ferramenta de análise.....	30
1.4	A ideia de “ato de fala como elemento de origem.....	32
1.5	A aceitação da audiência como primeiro princípio empírico efetivador do processo.....	35
1.6	O contexto como elemento medular do êxito do ato de fala.....	36
1.7	As práticas de segurança como alicerce da criação do dispositivo.....	38
1.8	A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança e seu uso com a teoria da securitização.....	40
1.9	Conclusão.....	43
<b>2</b>	<b>PROCESSOS DE SECURITIZAÇÃO SINO-AMERICANOS NO SUPERCOMPLEXO ASIÁTICO .....</b>	<b>47</b>
2.1	Introdução.....	47
2.2	Política declaratória dos EUA na seara nuclear .....	49
2.3	Atividades práticas concernentes ao seu arsenal nuclear.....	54
2.4	Política declaratória da China na seara nuclear.....	60
2.5	Atividades práticas concernentes ao seu arsenal nuclear.....	67
2.6	A influência da China e dos EUA no contexto nuclear dentro do Supercomplexo Asiático.....	76
2.7	Conclusão.....	79
<b>3</b>	<b>A COREIA DO NORTE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS PROCESSOS DE SECURITIZAÇÃO.....</b>	<b>88</b>
3.1	Introdução.....	88
3.2	Histórico das problemáticas concernentes à Coreia do Norte no Sistema Internacional.....	89

3.3	<b>Atividades práticas da Coreia do Norte e as tentativas sino-americanas de negociações.....</b>	95
3.4	<b>Processos de securitização de China e EUA envolvendo a Coreia do Norte.....</b>	106
3.5	<b>Conclusão.....</b>	114
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	117
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	134

## INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais (RIs) carregam um tema de fulcral importância para seus estudos e debates, sendo este a política nuclear. Isto pode ser explicado pela capacidade da tecnologia nuclear em alterar a distribuição de poder entre os Estados, devido ao seu caráter dual caracterizado pelo seu uso militar, na busca de defesa dos interesses nacionais, e civil, na busca de geração de energia, além de outras aplicações, especialmente na área da medicina. Com isso, as intenções dos países que possuem tecnologia nuclear, entre utilizar para fins civis ou produzir armas nucleares, não são fáceis de determinar. A conexão é simples: o combustível e o subproduto enriquecido dos reatores de energia nuclear de água leve (LWR, na sigla em inglês) – urânio e plutônio – podem ser usados para produzir tal armamento de destruição em massa (SAGAN, 2011). Após sua primeira aparição em 1945, a despeito de seu grande potencial ofensivo e de destruição, as armas nucleares emergiram como os principais mantenedores da paz, segurança internacional e sustentadores da ordem mundial durante a Guerra Fria. A posse de armas nucleares e sua proteção através do guarda-chuva nuclear são considerados uns dos principais fatores por trás do longo período de relativa paz e estabilidade do Sistema Internacional após a Segunda Guerra Mundial<sup>1</sup>. Mesmo após a Guerra Fria, elas continuam a ser a base fundamental para a ordem mundial, evidente a partir da contínua dependência de armas nucleares por Estados que já as possuem e da aquisição dessas armas por novos Estados (SIDHU, 2013). Uma arma nuclear não fornece apenas uma sensação de segurança ou poder ao Estado que adquire a capacidade de projetá-la, mas também altera as relações entre este e outros Estados e, assim, transforma a configuração do Sistema Internacional (BALZACQ, 2011).

A política nuclear está sob a égide de um conjunto vasto de acordos e tratados para coordenar e fiscalizar seu uso tanto civil quanto militar. O Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (TNP) é a base do regime de não proliferação. No entanto, esse regime é muito mais amplo e é considerado composto de, pelo menos, os seguintes elementos: o Tratado de Proibição Parcial de Testes (TPPT) e o Tratado de Proibição Total de Testes (CTBT), ambos dos quais procurava prevenir a

---

<sup>1</sup> Segundo Waltz (1981), as armas nucleares reduzem o risco de guerras (convencionais e nucleares) entre as potências nucleares. Isso porque, de acordo com o Waltz, os detentores de armas nucleares tornam-se mais cautelosos diante da decisão de usar a força, tendo em vista a possibilidade de escalada nuclear. Nesse sentido, a teoria da dissuasão defende que a ameaça de retaliação nuclear coibiu o uso de armas nucleares por EUA e URSS durante a Guerra Fria.

proliferação nuclear proibindo os testes nucleares; o proposto Tratado de Corte de Materiais Físseis (FMCT), que visa proibir a produção de material físsil; negociações bilaterais e acordos para limitar os arsenais nucleares, especialmente dos EUA e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)/Rússia, como SALT I e II, o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM), START I, II e III, o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) e o Tratado de Reduções Ofensivas Estratégicas (SORT); regimes de negação de tecnologia nuclear, como o Grupo de Fornecedores Nucleares (GFN) e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR). Há também a busca por assegurar o cumprimento de alguns aspectos do regime do TNP através das instituições da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e da Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição de Testes Abrangentes (CTBTO); assim como há a presença de várias Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLANs) (SIDHU, 2013).

O mundo pós-Guerra Fria testemunhou o surgimento de três desafios relacionados à proliferação de armas nucleares. Em primeiro lugar, existe o desafio apresentado pelos Estados dentro do regime de não proliferação existente. Aqui, Estados que anunciaram sua intenção de se retirarem do TNP, construíram e testaram uma arma nuclear, como a Coreia do Norte. O segundo conjunto de desafios vêm de Estados como Índia, Israel e Paquistão, que não assinaram o TNP ou o CTBT, assim como Estados como China, Coreia do Norte, Egito, Irã, Israel e Estados Unidos, que ainda não ratificaram o CTBT. O terceiro e, talvez, o mais difícil desafio vem de atores não estatais que são passíveis de usar armas nucleares, incluindo grupos terroristas. De acordo com a Resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 28 de abril de 2004, um ator não-estatal é definido como um "indivíduo ou entidade que não age sob a autoridade legal de qualquer Estado na condução de atividades que se enquadrem no escopo desta resolução". Isso incluiria a busca de fundamentalistas transnacionais ou subnacionais ou grupos de seitas. Alguns estudiosos argumentam que o regime do TNP e suas instituições relacionadas estão longe de ser eficazes no objetivo de prevenir a proliferação e o desarmamento de armas nucleares. Eles apontam para o arsenal nuclear global existente de mais de 20.000 armas e o aumento no número de Estados que possuem armas nucleares dos cinco originais (Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China) em 1968 para nove em 2006 (Israel, Índia, Paquistão e a Coreia do Norte) como prova do fracasso do TNP. Efetivamente, o TNP se mostrou mais bem sucedido em impedir que outros

Estados adquiriram armas nucleares, como é o caso do Irã, do que efetivamente reduzir o arsenal dos países que já possuem (SIDHU, 2013).

Desde esses tempos mais pretéritos até os dias de hoje, muitos países já adquiriram a tecnologia nuclear<sup>2</sup>. Embora apenas 9 países detenham tecnologia nuclear com finalidade bélica, o número de países que atualmente detêm tecnologia nuclear para fins civis é mais alto. Diante disso, jaz a preocupação de que devido ao uso dual dessa tecnologia, ocorra maior proliferação desse material bélico que algumas nações<sup>3</sup> já detêm, carregando o perigo de que destruições em larga escala ocorram. As duas maiores potências mundiais de atualmente – Estados Unidos e China – possuem armas nucleares, acarretando em questões pertinentes de serem analisadas, pois tanto o uso civil pode ser necessário para suprir as demandas energéticas das sociedades destes países, mas também há o risco de que o uso militar seja empregado e suscite em um conflito em grande escala. Ambos os Estados possuem certas contendas no tocante às suas alianças localizadas na Ásia, cujo início se dá no período da Guerra Fria.

A China nesse período representou um terceiro ator central em nível global, junto com a URSS e Estados Unidos. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, as dinâmicas de segurança no nível doméstico foram proeminentes na região asiática, baseando-se em linhas de disputa comunistas e anticomunistas, devido ao fato da China comunista ter sido vitoriosa na guerra civil contra os nacionalistas em 1950, fundando a República Popular da China (RPC). Destarte, muitas alianças foram formadas entre esses dois pólos ideológicos de poder no continente asiático. O Japão, que já lutou contra a China no passado, durante a Segunda Guerra Mundial aliou-se ao Eixo, junto com Alemanha e Itália. Juntos combateram os Aliados, cuja participação dos Estados Unidos foi crucial para a sua vitória. Após a derrota do primeiro grupo, os Estados Unidos ainda precisavam frear a insistência japonesa no combate, acarretando no famoso episódio das bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki. Com a rendição japonesa, os norte-americanos garantiram proteção militar ao Japão

---

<sup>2</sup> Países que atualmente detêm tecnologia nuclear para fins civis: Argentina, Armênia, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, China, República Tcheca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Índia, Irã, Japão, Coreia do Sul, México, Países Baixos, Paquistão, Romênia, Rússia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos (AIEA, 2020).

<sup>3</sup> Países que possuem armas nucleares: Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2020).

contra as potências comunistas da Guerra Fria, usando o território como grande propagador do capitalismo e aliado na Ásia para conter as forças inimigas. A Guerra da Coreia também consolidou uma virada Leste-Oeste na região, sendo marcada pelo apoio dos Estados Unidos na Coreia do Sul, ao passo que a Coreia do Norte manteve-se sob a proteção das potências comunistas, onde até hoje é um dos poucos Estados comunistas no mundo (BUZAN, WAEVER, 2003). Por outro lado, a questão de Taiwan marca um revés marcante entre os dois países, pois a Ilha Formosa, como também é cunhada, ainda ocasiona debates sobre se há soberania da China continental ou se é um território independente, como é reivindicado pelo governo. Tal território é uma possessão chinesa antiga perdida para o Japão em 1895, reconquistada em outubro de 1945 pelas forças do general nacionalista Chen Yi (COELHO, DORNELLES JR, 2007). Ao longo de sua trajetória como território chinês, ocorreram diversos episódios que tiveram participação estadunidense que marcam um impasse para que a ilha seja reconhecida como soberania chinesa continental. Diante do exposto, as principais linhas de falha e pontos de inflamação na região caíram ao longo da fronteira de contenção que atravessava o Estreito de Taiwan, Coreia e Mar do Japão, modelando o padrão de alianças na Guerra Fria construído pelos Estados Unidos a fim de conter as potências comunistas, sendo os principais parceiros estadunidenses a Coreia do Sul, o Japão e Taiwan (BUZAN, WAEVER, 2003).

Outro panorama de rivalidades que pertence à China e sobre o qual os Estados Unidos também têm influência provém da questão do Tibete. A anexação pela China desse território colocou as fronteiras chinesas próximas à divisa com a Índia – que possui também armas nucleares – e, no final da década de 1950, criou um atrito crescente sobre a fronteira disputada. Isso resultou em uma guerra de fronteira entre a Índia e a China em 1962, uma crise em 1987 e um sentimento duradouro de insegurança na Índia sobre a China. Paralelamente, uma parceria militar durável, embora não seja uma aliança, se desenvolveu entre a China e o Paquistão desde o início dos anos 60. Embora o relacionamento do Paquistão com os Estados Unidos tenha sido frequentemente problemático por questões de proliferação nuclear a partir dos anos 1970, Paquistão recuperou o apoio dos Estados Unidos durante os anos 80 como um aliado contra a ocupação soviética do Afeganistão. Essa ligação entre os Estados Unidos e o Paquistão, e especialmente o suprimento de armas dos Estados Unidos para as manobras navais do Paquistão durante a guerra indo-paquistanesa de



1971, alimentou uma securitização da presença dos Estados Unidos na Índia, pois a parceria norte-americana com os inimigos indianos causava preocupação (BUZAN, WAEVER, 2003). Outrossim, o acordo nuclear civil entre a Índia e os Estados Unidos é amplamente percebido em Pequim como um potencial trampolim para uma futura manifestação contra a China. Em busca de seus próprios interesses geoestratégicos, os Estados Unidos em 2005 fecharam um acordo nuclear com Nova Delhi que, de fato, isentava a Índia das regras internacionais existentes, permitindo-lhe reter sua capacidade de armas nucleares e escolher qual de suas instalações nucleares estaria sujeita à inspeção da AIEA, além da Índia não aderir ao TNP, diferentemente dos Estados Unidos e China (MILLER, 2012).

Contudo, desde 1971 em diante, os Estados Unidos reconheceram o valor da China como um aliado contra a URSS, abrindo suas relações diplomáticas. A China, que antes estava ao lado da URSS, rompeu com o regime soviético e tornou-se um possível contrapeso para ele, favorecendo os Estados Unidos. Mesmo assim, permanece uma ameaça aos aliados dos Estados Unidos no Leste Asiático (BUZAN, WAEVER, 2003). Um outro caso mais recente e que está ganhando discussões mais atuais e importantes entre os estudiosos é a questão do Mar do Sul da China. O Mar do Sul da China é uma região rica em recursos naturais composta por mais de 200 ilhas, rochedos e recifes de corais espalhados principalmente nos arquipélagos Paracels e Spratly. Essas formações são objeto de disputas por parte da China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei pelo fato de que as supostas zonas contíguas se sobrepõem. A China reivindica 90% da região e, na história recente, começou a demarcar seus limites em 1949, durante o governo nacionalista do Kuomintang, ao inserir nos mapas uma linha de onze traços (BURGER, 2017). Com essa reivindicação, Washington declarou ilegais as alegações de soberania chinesas, dando ensejo ao Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad) – que é uma organização informal de defesa entre o Japão, Austrália, EUA e a Índia na região Ásia-Pacífico – para dar apoio aos possíveis desafios da China no que concerne esses conflitos de fronteira (LIY, MARS, 2020). Destarte, percebemos que tanto China e Estados Unidos vivenciam episódios de contenciosos atinentes às suas alianças sob disputas na Ásia, com alguns Estados asiáticos tendo mais ligação nesse panorama de conflitos sino-americanos do que outros.

No que concerne ao papel da política nuclear no relacionamento entre EUA e

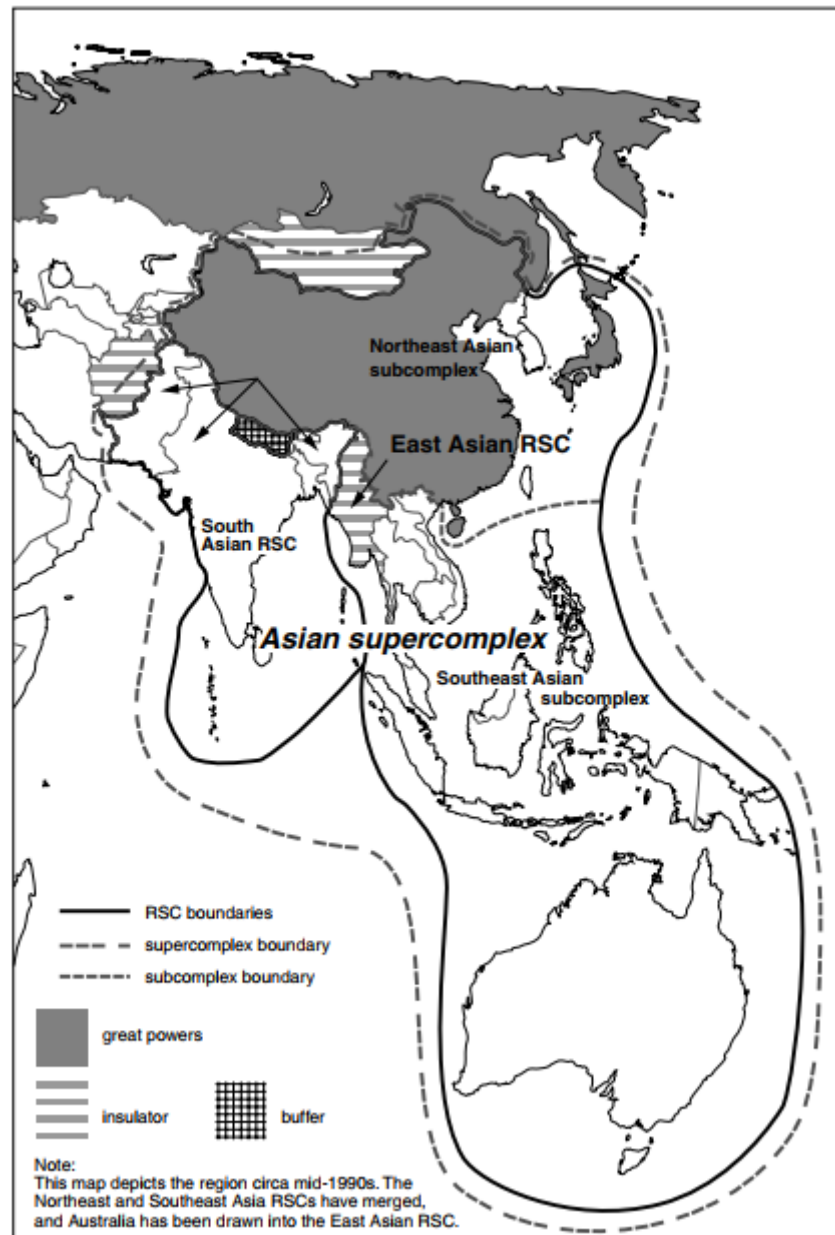
China, é preciso destacar que, como dito acima, além do uso militar da tecnologia nuclear, o emprego civil para geração de energia também se mostra essencial para ambas as potências, sendo ambos os pioneiros nesse campo. A China é hoje a maior plataforma do mundo para a implantação de tecnologia nuclear para gerar energia elétrica. Em menos de 20 anos, a China aumentou sua quantidade de reatores em operação nuclear de 3 para 38, com mais 18 usinas em construção. Atualmente, a China é responsável por mais da metade dos novos investimentos em energia nuclear do mundo. Em 2018, apenas os Estados Unidos e a França operavam mais usinas nucleares do que a China. De acordo com as expectativas atuais, a produção chinesa de energia nuclear pode superar os Estados Unidos antes de 2030, que lideram o mundo na geração de energia nuclear há mais de meio século (HIBBS, 2018).

Já na seara militar, ambas as potências possuem certos conflitos de interesses frutos do passado, alguns sendo mais agudos do que outros. No período da Guerra Fria, uma contenda fruto da disputa tradicional entre Estados Unidos e URSS marca com clareza a cisão capitalista-comunista, sendo esta a Guerra da Coreia. A Coreia do Norte ficou sob a proteção da URSS, na tentativa soviética de espriar o comunismo no mundo, ao passo que a Coreia do Sul ficou salvaguardada pela potência capitalista, que tentava mitigar a influência de sua rival no cenário internacional. Com isso, a Península Coreana foi um palco tradicional dessa disputa que observamos de forma clara. Como a China era aliada na época da URSS, ela se prontificou a ajudar a Coreia do Norte, e entre avanços e retrocessos territoriais desse conflito, o cenário apaziguou em julho de 1953 com a instauração do Armistício de Panmunjon. Desde seu primeiro teste nuclear em 2006 até os dias atuais, a Coreia do Norte demonstra sua força no aparato nuclear, e isso marca um revés enorme para os interesses estadunidenses na Ásia (FIGUEIREDO, 2018). Ao longo de sanções econômicas e tentativas de negociação por parte dos EUA, o governo Bush colocou a Coreia do Norte dentro do Eixo do Mal, que junto com Iraque e Irã, seriam os países que de acordo com sua leitura, seriam Estados responsáveis por interferir na manutenção da paz no mundo (MENDONÇA, 2005). Ademais, devido à proximidade da Coreia do Norte com países aliados dos EUA e suas tentativas ainda remanescentes de demonstração de força, junto com a declaração explícita de que eles irão garantir a segurança deles através do guarda-chuva de proteção nuclear, o regime de Pyongyang representa um fator de fulcral importância de atenção norte-

americana, somado ao fato de que China mantém relações diplomáticas e de cooperação com ele. Perante a isso, os estudos de segurança na nossa área se mostram elementares para o andamento da pesquisa.

Conforme será detalhado ao longo da presente dissertação, a Ásia possui três tipos de Complexos Regionais de Segurança: Sul Asiático, Nordeste Asiático e Sudeste Asiático, que juntos formam o Supercomplexo asiático, no qual China e Estados Unidos carregam influência importante. A influência das grandes potências nessas regiões ainda é primordial, pois o que liga o padrão abrangente de distribuição de poder entre as potências globais à dinâmica regional dos Complexos Regionais de Segurança (CRSs) é o mecanismo de penetração. Isso ocorre quando potências externas fazem alinhamentos de segurança com os Estados dentro de cada complexo. Nesse ponto é que a interferência dos Estados Unidos é presente, pois apesar de que as dinâmicas se deem no nível regional, o Supercomplexo asiático ainda é um lugar onde os Estados Unidos são um ator de influência, onde há alianças e rivalidades que faz com que eles estejam atentos ao que ocorre lá, mesmo que não geograficamente. O escopo geográfico da presente dissertação compreende esse Supercomplexo, pois lá estão contemplados os Estados que possuem uma influência no panorama de rivalidades sino-americanos, uns locais com menor intensidade do que outros, mas é necessário tal opção metodológica para que analisemos todos os países que possuem alguma relação, até alguns detentores de armas nucleares, como Índia, Paquistão e Coreia do Norte.

Imagem 1 - Mapa do Supercomplexo Asiático no pós-Guerra Fria



Fonte: BUZAN, WAEVER, 2003, p.99

Como pode ser visto na Imagem 1, o Supercomplexo Asiático não engloba o continente asiático totalmente, e sim apenas parte dele. Portanto, os Estados detentores de armas nucleares deste local apenas consistem na Coreia do Norte, Índia, Paquistão e China. O Irã e Rússia não entram nessa região pelo fato de seus Complexos Regionais, respectivamente Oriente Médio e Grande Potência pós-Soviética, possuem dinâmicas distintas de funcionamento que os separam do Supercomplexo Asiático. Portanto, nosso trabalho se centrará apenas em analisar os

países detentores de armas nucleares nesta região.

Apesar de não haver mais a disputa na Guerra Fria das grandes potências bipolares, a capacidade intervencionista norte-americana ainda existe, mesmo que a necessidade para isso tenha mitigado. O caráter específico de um CRS é afetado por fatores históricos, como inimizades de longa data ou um vínculo cultural comum de uma área civilizacional. Sua formação deriva de uma interação entre a estrutura anárquica e as consequências de suas balanças de poder, assim como as pressões de proximidades geográficas. O padrão de amizade e inimizade é melhor entendido ao começar a análise no nível regional, e estender incluindo atores globais e fatores domésticos. Os Estados Unidos desse modo representam o ator global, e a China exerce impacto nos fatores domésticos de países específicos dentro desses complexos. Desse modo, utilizamos essa teoria para determinar em que medida os Estados Unidos ainda são presentes na região e como China reage a isso, pinçando as relações de amizade e inimizade de cada um, para que avaliemos como o papel da política nuclear entra na esfera militar (BUZAN, WAEVER, 2003).

Destarte, o intento da pesquisa é verificar como se deu o papel da política nuclear na construção de rivalidades entre China e Estados Unidos no Supercomplexo Asiático, dentro do período de 2009 até 2020. Tal marco temporal foi escolhido pois tivemos, como marco inicial, a fala de Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos, que em Praga anunciou a intenção de abolir as armas nucleares do mundo. O estabelecimento do início do marco temporal com base em um pronunciamento oficial se justifica em razão da opção teórica da presente pesquisa, qual seja: o construtivismo orientado por regras, que defende a centralidade dos atos de fala na construção do mundo. Nesse sentido, o pronunciamento de um presidente poderia, em tese, produzir efeitos na dessecuritização/politização da temática nuclear. Entretanto, conforme será explicitado ao longo da dissertação, outros atos de fala e práticas foram produzidos após o referido pronunciamento de Obama, complicando as relações entre EUA e China na seara nuclear.

Importante salientar que, embora nosso foco recaia sobre os atos de fala e práticas que compõem as políticas nucleares de China e EUA entre 2009 e 2020, iremos discorrer sobre diversos eventos que ocorreram fora do marco temporal para explicar ao leitor como se deu o panorama de formação de alianças e desafetos. Isso porque o padrão de amizades e inimizades construído ao longo da história ajuda a

explicar o contexto em que se dão os atos de fala e práticas atuais das autoridades chinesas e estadunidenses.

Em resposta à pergunta sobre o papel da política nuclear para a construção de rivalidades entre EUA e China, esta pesquisa propõe a seguinte hipótese: a securitização da tecnologia nuclear e, notadamente, a identificação da proliferação de armas nucleares para a China e para a Coreia do Norte como uma ameaça de segurança aos EUA e seus aliados compõem um dos principais fatores que acarretam a penetração dos EUA no Supercomplexo Asiático, a qual, por sua vez, aumenta a percepção de ameaça das autoridades chinesas em relação aos EUA. Isso ocorre por uma série de fatores, primeiramente o regime de Pyongyang é classificado dentro do Eixo do Mal após ter saído do TNP em 2003. Ademais, a segurança de aliados importantes norte-americanos no Supercomplexo Asiático se encontra ameaçada pela contínua tentativa norte-coreana de demonstrar sua força nuclear através de testes balísticos, que geraram desconforto tamanho dos EUA e de seus aliados, principalmente no Governo Trump (2016-2020). Por último, também no caso norte-coreano, tanto EUA quanto a China somaram grandes esforços e negociações para resolver esse imbróglio do programa nuclear norte-coreano, como é o caso do Grupo dos Seis (Six Party Talks, em inglês), diferentemente dos outros países detentores de armas nucleares no nosso marco regional, como Índia e Paquistão. Calcada nessa dinâmica, observa-se uma identificação da presença dos Estados Unidos como uma contrapeso aos interesses chineses na Ásia, que leva a transformações na política nuclear da China, assim como ocasiona em preocupações norte-americanas também na seara nuclear, em especial aos seus aliados que podem também estarem ameaçados pela China, pois o regime comunista também carrega contendas históricas com tais aliados, em consonância com Coreia do Norte. Ligada ao marco teórico da pesquisa, a hipótese carrega uma percepção de ameaça, pois a teoria da securitização pleiteia uma questão de percepção fruto da fala que é responsável por fazer com que algo seja lido como ameaça, não necessariamente condizente com a realidade. Dentro desse raciocínio, observa-se com clareza como as relações de amizade e inimizade estão postas em análise, e identificar essas dinâmicas de desafetos e alianças é essencial na pesquisa para entender como as percepções de ameaça dentro da teoria da securitização se faz presente. Por exemplo, para a China, uma fala de Kim Jong-un (líder do regime norte-coreano) atinente ao uso de armas

nucleares não carrega um peso negativo como para os Estados Unidos. Por outro lado, uma retórica defensiva e intervencionista dos EUA para Japão, Coreia do Sul e Taiwan não representa algo negativo, ao passo que para China e Coreia do Norte, sim. Portanto, à luz da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), identificaremos como as relações de amizade e inimizade se fazem presentes dentro das percepções de ameaças pelos processos de securitização, de modo que enxerguemos pelo prisma construtivista como funcionam esses atos securitizantes no Supercomplexo Asiático, em especial com a Coreia do Norte pela sua especificidade de ameaças e aliados que fazem com os EUA fiquem mais preocupados com o bem-estar geopolítico de seus aliados ameaçados por Pyongyang, que já foi classificado por eles no Eixo do Mal.

Conforme estamos tratando dos processos de securitização, serão realizadas análises de conteúdo de pronunciamentos e documentos oficiais que versam sobre política nuclear. Em tais documentos, buscar-se-á identificar, em conformidade com a teoria da securitização: o ator securitizador (as autoridades estadunidenses e chinesas), seu objeto de referência (os Estados pelos quais essas autoridades falam, assim como seus interesses) e a ameaça percebida (o perigo que o objeto de referência pode passar, em nosso caso, a tecnologia nuclear desses países). A teoria da securitização carrega uma metodologia embutida em si mesma, a qual guia o pesquisador na identificação empírica de processos de securitização. Como dito no referencial teórico, a teoria começa com a identificação de um ator securitizador que apresenta uma ameaça como sendo existencial a um objeto de referência. Mas o movimento securitizador só é completo quando o processo de securitização carrega um grau de aceitação da audiência, e quando há o ato securitizador (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998). A visão sociológica da securitização enfatiza a constituição mútua de atores e públicos securitizadores. Nesse sentido, a audiência não é necessariamente uma entidade plenamente constituída, mas uma categoria emergente que deve ser julgada empiricamente, antes de ser definido como nível de análise (BALZACQ, 2011).

Todavia, é importante aclarar que os autores entendem que securitizar uma questão pode ter a vantagem de chamar a atenção para um tema negligenciado, mas sustentam que isso é uma escolha política. O analista não tem o poder de dizer o que deveria ser considerado ameaça de segurança ou não, por isso, analisar-se-á

documentos e pronunciamentos oficiais destes Estados para avaliar se há o processo de securitização e se isso sustenta nossa hipótese ou não. A segurança significa a sobrevivência diante de ameaças existenciais, mas o que constitui ameaça existencial variará de setor para setor. De acordo com a teoria da securitização, não existem problemas intrinsecamente ou naturalmente de segurança, até os problemas tradicionais são construídos social e discursivamente como problemas de segurança. O estudo de qualquer problema de segurança, mesmo aqueles tradicionalmente considerados como tal, exige a análise de sua construção social e discursiva como problema de segurança. A transformação de uma temática em problema de segurança depende de algumas condições facilitadoras, a saber: a gramática da segurança deve ser seguida (o que compreende a caracterização de uma ameaça como ameaça existencial); deve haver uma relação entre audiência e agente securitizador (sendo este reconhecido como alguém que carrega a autoridade de identificar ameaças deste tipo); há características da própria ameaça que facilitam sua consideração como uma ameaça de segurança (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998). Além da teoria da securitização, a pesquisa também se apoiará nos estudos dos CRSs, que guiam a análise dos panoramas de alianças dentro do Supercomplexo Asiático, calcadas no conceito de amigo e inimigo, para que haja a percepção de como a tecnologia nuclear para fins bélicos pode afetar os interesses chineses e estadunidenses dentro deste território, onde ambos os países possuem suas parcerias e importâncias para suas estratégias nacionais.

É importante realizar tal pesquisa, pois nos permite analisar quais são as principais implicações da política nuclear dentro das Relações Internacionais. Especialmente pelo fato de estarmos tratando das duas maiores potências vigentes, as quais possuem interesses divergentes no continente asiático, acirrando rivalidades que podem resultar em confrontos militares e uma possível escalada nuclear. Ambos são aderentes ao TNP, mas com doutrinas nucleares distintas. Estratégica e politicamente, a China ofereceu uma promessa incondicional da política de No First Use (NFU), implicando que não irá ser a primeira a empregar armas nucleares, somente usando para fins retaliatórios. Essa promessa não apenas reflete a natureza e a missão das forças nucleares da China, mas também determina o tamanho, a configuração, a prontidão e o ritmo de desenvolvimento das suas forças nucleares. Além disso, a China prometeu não usar ou ameaçar usar armas nucleares contra



quaisquer Estados que não possuam armas nucleares sob nenhuma circunstância. Por outro lado, os Estados Unidos, além de adotarem a política de First Use, concebem as armas nucleares como instrumento essencial para ajudar a alcançar objetivos políticos: intimidar outros países ou controlar seus aliados, ampliando seu "guarda-chuva nuclear" na forma de dissuasão estendida, englobando seus aliados na Ásia (ZHENQIANG, 2009).

Adicionalmente, esta pesquisa busca averiguar o caso da Coreia do Norte dentro do Supercomplexo mediante sua posse de armas nucleares, sendo isso bastante pertinente e rico de análise, uma vez que tal país é um pólo de poder pujante que não mede esforços para demonstrar sua força concernente a esse armamento, ameaçando os aliados norte-americanos e ainda tendo o contrapeso da China nesse imbróglio que disputa sua presença na região junto com os EUA e não enxerga Pyongyang como um rival a ser derrotado. Logo, a TCRS e o panorama de amizade e inimizade nos brinda de forma rica ao analisar o caso norte-coreano, considerando principalmente como o jogo de disputa se dá entre os EUA e seus aliados contra a China, que também partilha de conflitos com os aliados norte-americanos e possui relações diplomáticas com Coreia do Norte. A partir dessa dinâmica, tentaremos comprovar como a proliferação de armas nucleares da China e da Coreia do Norte suscitam preocupações para os Estados Unidos e, por conseguinte, seus aliados, justificando sua penetração no Supercomplexo Asiático. Desse modo, a interferência estadunidense próximo à circunvizinhança chinesa aumenta as preocupações das autoridades desse país.

# 1 O CONSTRUTIVISMO NA ANÁLISE DA RIVALIDADE NUCLEAR ENTRE EUA E CHINA

## 1.1 Introdução

O presente capítulo visa realizar a contextualização do marco teórico e explicar os conceitos que serão utilizados para realizar esta dissertação. Os conceitos aqui discutidos nortearão o processo de desenvolvimento do estudo, elencando pressupostos centrais de uma abordagem construtivista de segurança: a teoria da securitização. Tal perspectiva provém da Escola de Copenhague, sendo essa responsável por contribuir para a expansão dos estudos da agenda de segurança, o que se fez necessário no pós-Guerra Fria em face do arrefecimento dos conflitos militares diretos entre as potências. O capítulo inicia com uma descrição centrada na área em que o tema se insere, sendo esta os Estudos de Segurança, e tendo como objeto de análise a política nuclear entre as duas maiores potências político-econômicas da atualidade: China e Estados Unidos. Posteriormente, faz-se uma explanação da teoria macro das RIs em que o trabalho se baseia, o Construtivismo. O recorte teórico da securitização é um dos marcos construtivistas para os Estudos de Segurança, somado com a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, ambos desenvolvidos pela Escola de Copenhague. Ao longo do capítulo, serão percorridos além desses conceitos importantes que permeiam a pesquisa, as teorias dos atos de fala de Nicholas Onuf (1989, 1998), que são a matéria-prima para que o processo de securitização ocorra com sucesso. O capítulo também discutirá os estudos de Thierry Balzacq (2011) e suas contribuições para a análise empírica de processos de securitização.

À vista disso, será esclarecido como esses conceitos serão processados com o tema da pesquisa, levando em consideração as especificidades da teoria da securitização, somada com os estudos dos CRSs, que são fulcrais para que o estudo construtivista de segurança seja realizado. A presente dissertação defende que essas teorias possuem grande interlocução, permitindo ao pesquisador a análise empírica de processos securitários que ocorrem em diferentes setores no âmbito das balanças regionais e global no contexto pós-Guerra Fria.

## 1.2 Estudos de Segurança e sua relação com o Construtivismo

Ao começar, primeiramente é necessário discorrer sobre a área em que o tema do trabalho está situado, que são os Estudos de Segurança. Eles são entendidos como um dos mais importantes subcampos da área de RIs, devido ao fato de que é impossível entender a política mundial sem fazer referência a esse subcampo. Todos os dias, pessoas em algum lugar do mundo são mortas, torturadas, estupradas, empobrecidas, presas, deslocadas, passam fome ou são privadas de educação e saúde em nome da segurança. A segurança, desse modo, pode ter significados matizados para muitas pessoas, e a maioria dos acadêmicos nas RIs trabalha com uma definição de segurança que prima pelo alívio de ameaças envolvendo valores almejados, principalmente aqueles que, deixados sem supervisão, comprometem a sobrevivência de um objeto específico. Definida dessa maneira, a segurança é inevitavelmente política, pelo fato de que dentro de um contexto considerado necessário prover medidas protetivas, o fato de quem escolhe realizar essas práticas securitárias, para qual público-alvo, considerando qual ameaça está ocorrendo para algum objeto e o que será feito exatamente para solver isso, são processos que levam em consideração a escolha desses atores que irão influenciar nesse processo securitário (WILLIAMS, 2013). Logo, o ator político responsável por prover segurança para uma audiência específica, seleciona e toma decisões providas de um conjunto de opções variadas passíveis de serem escolhidas, logo, essa escolha somada às suas motivações são pertinentes à análise.

Williams (2013), na introdução do seu manual, discute em que medida os Estudos de Segurança seriam um campo autônomo ou um subcampo das RIs. O campo desfrutou de seu auge durante as décadas de 1950 e 1960, uma época em que alguns civis começaram a obter credibilidade como especialistas em estratégia militar e desfrutaram de conexões relativamente próximas com governos ocidentais e suas políticas externas e de segurança. Durante este período, como observou Lawrence Freedman (1998), os governos do Ocidente descobriram que podiam contar com instituições acadêmicas para inovação conceitual (WILLIAMS, 2013). Tal inovação era necessária nesta época diante do novo desafio colocado pelas armas nucleares, calcada na ausência de experiências históricas de conflitos atinentes a elas. Devido a isso, ensejou o desenvolvimento da teoria da dissuasão nuclear. Dissuasão seria uma estratégia preventiva projetada para evitar certos resultados de um adversário. Podendo ser considerada uma parte importante do cálculo dos

conflitos, sendo a dissuasão nuclear apenas um caso excepcional em que a ameaça de punição é esmagadora pela força que ela possui (KRAUSE, 1999).

A segurança pode ser considerada uma ferramenta política eficaz para reivindicar atenção para itens prioritários na competição pela atenção do governo. Por conseguinte, é muito importante quem decide o significado da segurança, quais questões entram na sua agenda, como essas questões devem ser tratadas e, principalmente, o que acontece quando diferentes visões de segurança colidem. Muitas pesquisas buscaram ampliar os temas trabalhados pelos estudiosos de Segurança, bem como identificar outros atores relevantes e objetos de referência que não o Estado. Em consonância com a distinção concernente à expansão horizontal e vertical. A expansão horizontal consiste na ampliação temática do conceito tradicional de segurança, enquanto que a expansão vertical corresponde à diversificação de atores envolvidos nas questões de segurança. Objetos de referência seriam os sujeitos ou comunidades que são vistos como ameaçados por algum ator, evento ou questão, tornando necessárias medidas de proteção. Com este conceito em mente, é possível identificar duas filosofias de segurança predominantes, cada uma possuindo propósitos e objetos distintos. A primeira filosofia vê a segurança como sendo virtualmente sinônimo de acúmulo de poder. Nessa perspectiva, a segurança é entendida como uma mercadoria, ou seja, para ficarem seguros, os atores devem possuir certas coisas, como propriedade, dinheiro, armas, exércitos e território. Nesse raciocínio, o poder é considerado o caminho para a segurança, quanto mais poder os atores possuem, mais seguros eles estarão. Todavia, a segunda filosofia desafia a ideia de que a segurança flui do poder. Em vez disso, vê a segurança como baseada na emancipação, ou seja, uma preocupação com a justiça, debate e difusão dos Direitos Humanos. Nessa perspectiva, a segurança é entendida como uma relação entre diferentes atores e não como uma mercadoria (WILLIAMS, 2013).

Assentada nessa dicotomia, há uma distinção pertinente acerca do conceito de segurança que propõe uma ampliação dos fatores que podem ser considerados como ameaças, indo além dos elementos já comumente classificados pela agenda tradicional. Tal relação é contrastada pelos analistas tradicionalistas e críticos que estudam o tema da segurança, emergindo da insatisfação do intenso estreitamento do campo de estudos de segurança impostas pelas questões militares da Guerra Fria. Essa necessidade de ampliar os estudos de segurança surgiu primeiramente pelo crescimento das agendas econômicas e ambientais no cenário internacional durante os anos 1970 e 1980, e, posteriormente, com o crescimento de preocupações com

questões identitárias e crimes transnacionais durante os anos 1990. Muitos tradicionalistas argumentaram que essa abertura extensiva prejudicaria a coerência intelectual de segurança, afirmando que empregar assuntos não-militares como preocupações securitárias traria efeitos contraprodutivos às RIs e à dinâmica social. Entretanto, com o cessar da Guerra Fria e o esvaecer dos conflitos militares leste-oeste, a abordagem dos tradicionalistas começou a ficar exígua e os fez acatar a inserção de outros elementos nas questões de segurança. Os analistas críticos, portanto, procuram construir uma conceitualização de segurança que significa algo mais amplo do que apenas ameaça ou problema militar, pois estas podem surgir em diferentes áreas, militares ou não-militares (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

O conceito de segurança depreende ganhar um certo grau de confiança dentro dos relacionamentos advindos do compartilhamento de certos compromissos com outros atores, garantindo medidas de segurança e previsibilidade. Essa visão argumenta que não são matérias-primas específicas que são o fator crucial para a compreensão da relação entre segurança e insegurança, mas sim a dinâmica entre os atores envolvidos. Perguntar pra quem está sendo dada a segurança é uma etapa fulcral e inevitável no processo analítico. Sem um objeto de referência, ou seja, o que será dado como objeto de segurança, não pode haver ameaças e nenhuma discussão sobre segurança. Pelo fato do conceito não ter sentido sem algo para proteger, por isso, é preciso ter clareza quanto ao que está sendo protegido. Assim, posto que um analista tenha entendido o significado de segurança no contexto estudado e em qual segurança ele está se debruçando, é importante perguntar o que conta como uma questão de segurança para aquele objeto referente específico. Isso engloba o estudo dos processos por meio dos quais as fontes de insegurança são identificadas e as agendas de ameaças são construídas. Em outros termos, é necessário analisar quem decide quais valores concebidos por um objeto referente estão ameaçados, por que ou por quem (WILLIAMS, 2013).

É preciso distinguir, de um lado, os analistas de segurança e, de outro, os atores sociais envolvidos no processo de securitização. De acordo com Buzan, Wæver e Wilde (1998), cabe aos analistas identificar empiricamente a presença de uma lógica particular sociopolítica que caracteriza questões de segurança. Ademais, o analista deve identificar os assuntos que se tornam prioridade em um dado agrupamento social, permitindo a efetivação de medidas para prover sua proteção. Ao passo que os atores políticos inevitavelmente realizam o papel de construção ou desconstrução dos assuntos de segurança, comandando o passo crucial que é a

performance do ato político. Logo, são os atores sociais que decidem se algo deve ser encarado como uma ameaça existencial, designando o que constitui uma questão de segurança. O analista, por sua vez, apenas identifica quais são as questões securitizadas pelos atores sociais em cada situação estudada (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

A obtenção da segurança pelos seres humanos é um dos principais objetivos nos quais os estudiosos da área se debruçam. Além de perguntar como ela pode ser alcançada, há a importância de entender que atores específicos existem e que, por meio de seus esforços, podem influenciar um quadro futuro do que eles desejam, indo além do que significa segurança e seus diferentes conceitos nas partes do mundo. Nesse sentido, como se pensa a segurança e o que se planeja para se ter um ambiente seguro, influencia o molde das políticas securitárias dentro de um contexto de ameaça percebida. Baseado nesse argumento, dentro da contemporaneidade, os agentes de segurança podem assumir muitas formas e tamanhos. Os acadêmicos das RIs geralmente estão mais em contato com as ações dos Estados e os debates sobre como eles formulam e implementam suas políticas de segurança, assim como as atuações de Organizações Internacionais (OIs), que já possuem uma base robusta dos estudos de segurança. Não obstante, pouca atenção foi empreendida à análise de uma ampla gama de atores não-estatais e os papéis que eles podem desempenhar como agentes de segurança e insegurança (WILLIAMS, 2013).

O Construtivismo surgiu no final da década de 1980 e início dos anos 1990, posicionando-se no terceiro debate nas Relações Internacionais, ampliando os estudos para questões prementes da política entre os Estados e demais entes do cenário externo que outrora não tinham tanta visibilidade. Em contraposição ao racionalismo vigente que as teorias mais tradicionais utilizavam, o Construtivismo no pós-Guerra Fria ganhou destaque. A lógica transformadora das ideias e das mútuas relações de construção e de co-construção entre agente e estrutura, tendo como ferramenta instrumental a pertinência dos processos e meios utilizados para este fim são as principais premissas a que essa abordagem se refere. Autores desta corrente pleiteiam que o pensamento, as ideias e os valores possuem uma força maior que as estruturas materiais disponíveis, na medida em que o significado das capacidades materiais é dado por ideias e normas compartilhadas. As crenças intersubjetivas representam os meios pelos quais fluem as relações da dinâmica estatal na seara internacional, ao passo que a formação das ideias faz parte da construção dos interesses, das identidades e da consciência partilhada dos agentes internacionais

(CASTRO, 2012). Dentre os mais tradicionais autores da disciplina, temos Nicholas Onuf que trouxe pela primeira vez o termo “Construtivismo” para as RIs dentro de sua obra *World of Our Making* (1989). Seu Construtivismo pode ser classificado como orientado por regras, pois o teórico emprega grande importância à fala como instrumento de interação na dinâmica das Relações Internacionais, capaz de criar regras a serem seguidas pelos atores no âmbito internacional. Sua teoria advoga que os seres humanos são seres sociais, e que eles são humanos por conta de suas relações entre si. Em outros termos, as relações sociais fazem ou constroem as pessoas no tipo de seres que elas são. Ele defende que as pessoas fazem a sociedade, assim como a sociedade faz as pessoas, sendo este um processo contínuo, bidirecional e retroalimentador. A fala é a matéria-prima essencial fornecida pela natureza, que permite que os humanos façam do mundo o que ele é. Portanto, falar é a forma mais importante que as pessoas utilizam para realizar tal fim (ONUF, 1998).

Desse modo, os construtivistas compartilham a crença de que a segurança é uma construção social, significando coisas diferentes em contextos diferentes. Os atores competem para definir a identidade e os valores de um determinado grupo a fim de planejar a ação política, tendo a segurança como um espaço de negociação e contestação. Identidade e normas são vistas como centrais para o estudo da segurança, que juntas proveem os limites para uma ação política viável e legítima. O ponto medular da teoria consiste na co-constituição dos agentes e as estruturas fazendo o mundo como ele é. Sendo este feito pelos agentes dentro da estrutura, modelando as relações interestatais com mudanças possíveis de ocorrer, mesmo que difíceis. Em que pesem essas percepções sobre as dinâmicas e práticas de segurança na política mundial apresentarem importância aos construtivistas, poucas tentativas foram empreendidas com vistas a empregar o Construtivismo nos Estudos de Segurança (MCDONALD, 2013). A obra de Ronald Jepperson, Alexander Wendt e Peter Katzenstein intitulada *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics* (1996) é um dos primeiros livros que tenta construir um panorama construtivista para as análises de segurança, tornando-se um marco para os estudos desta teoria no campo securitário. Eles argumentam que os ambientes de segurança em que os Estados estão inseridos possuem em grande escala características culturais e institucionais, ao invés de somente materiais. Assim como acreditam que o panorama cultural afeta não só os incentivos para os diferentes comportamentos do Estado, mas também a característica que eles consideram básica dos Estados, as

identidades. O Construtivismo contrapõe-se aos pressupostos neorrealistas e neoliberais, pois esses desconsideram os elementos culturais nos ambientes domésticos e internacionais (JEPPERSON; WENDT; KATZENSTEIN, 1996).

Por sua vez, o trabalho será pautado numa das abordagens mais proeminentes na união dos Estudos de Segurança ao Construtivismo, sendo essa a dos autores provenientes da Escola de Copenhague. Esta escola foi um rótulo dado à agenda de pesquisa coletiva de vários acadêmicos no extinto dinamarquês Instituto de Pesquisa para a Paz de Copenhague, centrado no trabalho de Barry Buzan e Ole Wæver. A teoria da securitização que eles se debruçaram em produzir é a tentativa mais significativa de desenvolver uma teoria de segurança internacional, girando em torno da afirmação central de que a segurança é uma construção social (MCDONALD, 2013).

### **1.3 A teoria da securitização como ferramenta de análise**

O conceito de securitização refere-se a um processo pelo qual uma questão de segurança é colocada como uma ameaça à sobrevivência de algum objeto referente – podendo ser a nação, o Estado, a ordem econômica internacional liberal e fatores ambientais –, que é reivindicado como tendo o direito de sobreviver. Ela pode ser vista como uma versão mais extrema de politização (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998). Essa abordagem desenvolvida no contexto do pós-Guerra Fria exige que a segurança seja ampliada para incluir uma série de preocupações prementes que até então eram despercebidas, como mudanças ambientais, pobreza e Direitos Humanos nas agendas de segurança do Estado. O que dialoga com o fato de que muitos estudiosos da área, com o passar do tempo, buscaram ampliar os temas de segurança para além do leque estadocêntrico. A Escola de Copenhague contribuiu simultaneamente para essas demandas com o alargamento do conceito e tentou colocar limites analíticos sobre ele, sugerindo que os analistas deveriam se concentrar em até que ponto os atores políticos viam e construíam questões específicas como segurança e ameaças. Como tal, essa escola enfocou como esses atores poderosos representam segurança e ameaça, e quais efeitos políticos essas representações de ameaça têm na prática (MCDONALD, 2013). A securitização pode ser lida como um processo estratégico e pragmático que ocorre dentro de uma configuração de circunstâncias, incluindo o contexto, a disposição psicocultural do público e o poder que o locutor e o ouvinte trazem para a interação (BALZACQ, 2011). Isso significa que cabe ao analista



entender os processos de construção de entendimentos compartilhados sobre o que é considerado e respondido coletivamente como uma ameaça, requerendo a distinção entre três tipos de unidade envolvendo a análise de segurança: objetos referentes (cuja sobrevivência se encontra ameaçada), atores securizantes (quem proclama a securitização com o ato de fala) e os atores funcionais (atores que afetam a dinâmica de um setor de securitização, sem ser o objeto referente ou o ator que clama por segurança de um objeto referente) (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998).

O objetivo do livro *Security: a new framework for analysis* (1998) de Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde é apresentar um panorama baseado na agenda mais ampla que os tradicionalistas em segurança costumam defender, como discorrido outrora. Eles argumentam contra a visão de que o âmago dos estudos de segurança é guerra e força, buscando em qual extensão os padrões regionais são discerníveis quando não mais é preso ao Estado e privilegia os setores militares e políticos. Diante disso, eles pleiteiam a ampliação dos estudos dos setores para além dos militares e políticos, abrindo para os setores social, econômico e ambiental. Estes autores são construtivistas, e essa teoria se aplica quando se pergunta quando e sob quais condições quem securitiza o quê. Porém, em nosso caso, utilizaremos apenas o setor militar pelo fato de que em acordo com a teoria da securitização, não existem problemas intrinsecamente ou naturalmente de segurança. Portanto, o estudo de qualquer problema de segurança, mesmo os tradicionalmente considerados como tal, exige a análise de sua construção social e discursiva como problema de segurança. Desse modo, a teoria da securitização será utilizada na presente dissertação como base para a análise da construção de percepções de ameaça relacionadas à tecnologia nuclear com finalidade bélica. A ênfase, portanto, residirá no setor militar e político. Ancorado nesse pensamento, o fato de classificar algo como questão securitária é um processo político, e é na natureza política que jaz alguma autonomia para os atos de securitização dos atores de uma dada região (BUZAN; WAEVER, 2003). Se a ameaça a um objeto de referência for aceita como tal por um público relevante, isso permite a suspensão da política normal e o uso de medidas excepcionais para responder à crise percebida. A segurança, nesse sentido, é um local de negociação entre falantes e audiências, embora condicionado pela extensão em que o falante está numa posição de autoridade dentro de um determinado grupo (MCDONALD, 2013).

#### 1.4 A ideia de “ato de fala” como elemento de origem

As ameaças nessa abordagem são articuladas na forma de "atos de fala", tendo em vista a importância que a linguagem carrega para o Construtivismo. Esse conceito aplicado às RIs proveio de Onuf (1989), sendo definido como o ato de fazer com que algo aconteça de uma forma que leve outra pessoa a agir, gerando regras a serem feitas. Uma regra é uma declaração que diz às pessoas o que se deve fazer, formando o processo pelo qual as pessoas e a sociedade se constituem de forma contínua e recíproca. Nesse sentido, as regras não apenas condicionam o comportamento humano, mas transformam os seres humanos em agentes, dando-lhes, assim, oportunidades de agir no mundo e ditando quem são os participantes ativos em uma sociedade. Todas as formas como as pessoas lidam com as regras podem ser chamadas de práticas. Essas têm consequências materiais e sociais, sendo algumas delas intencionais e outras não. Mesmo quando o observador não sabe o que diz uma regra, muitas vezes pode-se adivinhar do que se trata, observando as práticas das pessoas. As pessoas são agentes apenas à medida em que a sociedade, por meio de suas regras, às possibilita participar nas variadas situações para as quais existem regras. A agência, portanto, é uma condição social possibilitada pelas regras, que ao transformar os seres humanos em agentes, dão a eles a oportunidade de agir no mundo. Dizer o que é uma regra é o mesmo que falar de uma forma que faça com que alguém que esteja ouvindo responda a tudo o que se está dizendo. Logo, o objetivo de falar dessa maneira é fazer com que algo aconteça (ONUF, 1998).

O ato de fala relaciona sistematicamente as intenções dos falantes à atividade linguística, pela qual os ouvintes fazem inferências quanto às intenções dos falantes, observando a força ilocucionária, bem como o conteúdo proposicional de enunciados (ONUF, 1989). Ilocucionário é uma categoria de fala cujo ato é realizado na articulação de uma locução, capturando a classe performativa explícita do enunciado. Ou seja, ela corresponde à ação que os agentes pretendem realizar quando produzem o enunciado (BALZACQ, 2011). Os atos de fala são concebidos não só como formas de representação que retratam uma visão de uma realidade externa, mas também carregam um teor performativo (MCDONALD, 2013). Sua ideia basilar é simplesmente realizar uma ação específica, ao invés de serem meramente constativas, ou seja, passíveis de serem testadas como verdade ou mentira. O ato da fala busca estabelecer princípios gerais de comunicação, cujo valor é ser funcional qualquer que seja o contexto, cultura e qualquer que seja o poder relativo dos atores (BALZACQ,

2011). Logo, uma questão ou tema que passa a ser securitizado não necessariamente é uma ameaça existente de fato, mas começa a ser considerado uma ameaça presente por conta dos discursos que corporificam tal ameaça (ALVES, 2019). A essência desse ponto de vista é a suposição de que falar é uma ação, e que a questão da agência é subjacente a qualquer tentativa de securitizar uma questão pública (BALZACQ, 2011).

Como os atos de fala geram regras, elas podem assumir a forma geral de atos de fala em cada uma das três categorias: atos de fala assertivos, atos de fala diretivos e atos de fala comissivos. Regras na forma de atos de fala assertivos informam os agentes sobre o mundo, ou seja, como as coisas são e como funcionam, informando sobre as consequências que provavelmente ocorrerão se eles desconsiderarem essas informações. A informação contida em tais regras pode ser expressa em termos muito gerais, podendo ser nomeadas de regras de instrução. Nesse caso, os agentes sempre sabem o que devem fazer porque a regra diz a eles algo útil sobre sua relação com o mundo. Outrossim, os atos de fala diretivos são reconhecidos como imperativos. Desse modo, se o orador disser que se deve fazer algo, ele deseja passar a crença que se deve fazer isso efetivamente. As regras na forma de atos de fala diretivos são chamadas de regras diretivas, sendo enfaticamente normativas. Ao dizer aos agentes o que eles devem fazer, essas regras não deixam dúvidas sobre o que eles devem fazer. As regras diretivas geralmente fornecem informações sobre as consequências de não levá-las em consideração. Ter essas informações ajuda os agentes racionais a fazerem a escolha certa ao decidir se seguem essas regras ou não. Por último, os atos de fala comissivos envolvem promessas. Os oradores fazem promessas que os ouvintes aceitam. Eles são recíprocos quando os ouvintes, como falantes, respondem com as suas próprias promessas. Uma vez que essa cadeia de promessas se torne suficientemente generalizada e normativa em seus próprios termos, elas se tornam regras de compromisso. Seus efeitos constituem os direitos e deveres que os agentes sabem que possuem em relação a outros agentes, logo, os direitos de qualquer agente constituem deveres para outros agentes (ONUF, 1998). Dentro das três categorias, o ato de fala comissivo é o que permite uma maior margem de negociação entre os agentes e as audiências.

De modo a aplicar a teoria dos atos de fala aos Estudos de Segurança, a teoria da securitização propõe que sejam analisados os atos de fala que dão início a movimentos de securitização, isto é, atos de fala que objetivam definir uma determinada ameaça como uma questão de segurança. Contudo, um dado

movimento de securitização só será bem sucedido em securitizar um problema se e quando o público o aceitar como uma ameaça de segurança. Essa aceitação é em si condicionada pela existência de uma série de condições facilitadoras, que são caracterizadas por contextos particulares, como exemplo a forma do ato de fala, a posição do falante e as condições históricas associadas à ameaça, que permitem a aceitação de um movimento de securitização específico pelo público relevante (MCDONALD, 2013). Em outros termos, são regras necessárias e suficientes que devem prevalecer para que os atos linguísticos produzam seus efeitos, e para que a comunicação seja praticável (BALZACQ, 2011). Os agentes criaram ou reconheceram essas regras na crença de que segui-las geralmente os ajuda a alcançar os objetivos pretendidos (ONU, 1998). No discurso, o agente securitizador sustenta a necessidade dessas medidas, envolvendo a quebra de regra no âmbito político, acarretando nas medidas de proteção necessárias para solucionar uma possível ameaça (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998). A linguagem, portanto, não deve ser vista de maneira inócua, pois a classificação de algo como ameaça ao bem-estar do Estado (ou qualquer outro objeto de referência) precisa ser entendida pela audiência como uma ameaça legítima de ser sanada por ele. Destarte, para uma questão ser considerada um problema de segurança nacional, é preciso que ela seja vista e/ou classificada como tal pela audiência relevante (ALVES, 2019).

Conforme explicitado acima, os atos de fala se enquadram em três categorias porque desempenham funções diferentes, e suas mesmas três categorias valem para as regras porque funcionam das mesmas três maneiras que os atos de fala, ou seja, realizam as coisas instruindo, dirigindo e comprometendo os agentes (ONU, 1998). É importante ressaltar que todos os tipos de regra criadas pelos três tipos de atos de fala aos quais Onuf se refere podem fazer parte do processo de securitização. Por outra forma, a identificação dos tipos de atos de fala envolvidos no processo de securitização deve ser realizada empiricamente, caso a caso.

A securitização é bem-sucedida quando o agente de securitização e o público alcançam uma percepção estruturada comum de um acontecimento ameaçador. Nesse esquema, não há problema de segurança fora do jogo de linguagem. Portanto, a definição dos problemas de segurança depende eminentemente de como as pessoas os representam linguisticamente. Diante disso, a escolha do ator securitizador de averiguar o melhor momento para que haja o reconhecimento facilitado das pessoas influencia o resultado positivo da securitização, seja forte ou fraco, somada à relação com o objeto referente que pode sofrer ameaças. Isso tende

a aceder a visão de que o público aceitaria a descrição de ameaças implantadas pelas autoridades e, com isso, a securitização ocorrerá com sucesso, se os tempos forem críticos e propícios o suficiente (BALZACQ, 2011). Importante afirmar que não basta apenas a volição do ator securitizador para que o processo de securitização seja feito com sucesso. Para a efetivação empírica deste, a centralidade da audiência, a co-dependência do agente e o contexto, o dispositivo e a força estruturante das práticas são pressupostos medulares.

### **1.5 A aceitação da audiência como primeiro princípio empírico efetivador do processo**

A audiência e sua aceitação são elementares para a criação de significados compartilhados de segurança e da justificativa de adoção de políticas securitárias, com capacidade de exercer influências diretas sobre o processo, bem como sobre as políticas necessárias para frear as ameaças a um objeto referente (CÔTÉ, 2016). Sem a aquiescência do público relevante do processo de securitização, o ato completo não pode ser deferido. A audiência é aquela que tem uma conexão causal direta com a questão e tem a capacidade de permitir que o agente da securitização adote medidas para enfrentar a ameaça. Em suma, a securitização é satisfeita com a aceitação de uma ação ou movimento de securitização por parte do público-alvo (BALZACQ, 2011). Ao invés de afirmar que o público apenas aceita ou rejeita os movimentos de securitização, é mais apropriado considerar que ele reage aos movimentos de securitização na forma de acordos, desacordos, perguntas e/ou contrapontos (CÔTÉ, 2016).

Para que a securitização seja bem sucedida, é necessário que a audiência reconheça os riscos ao objeto referente e legitime a adoção de medidas excepcionais para lidar com as ameaças percebidas. O sucesso da securitização é altamente dependente da capacidade do ator securitizador de se identificar com os sentimentos, necessidades e interesses da audiência. Para persuadi-la, ou seja, para obter um efeito perlocucionário, o falante deve sintonizar sua linguagem com a experiência do público. Perlocucionário é uma categoria de fala que corresponde aos efeitos consequentes ou sequências que visam evocar os sentimentos, crenças, pensamentos ou ações do público-alvo. Os atores de securitização desenvolvem mapas de populações-alvo com base nos estereótipos que eles acreditam prevalecer entre aquele segmento do público provável de se tornar importante para eles

(BALZACQ, 2011). Por esse exposto, é correto endossar que a audiência não contribui apenas para a substância e o resultado de processos de securitização, mas também tem seu próprio papel e influência nos significados compartilhados de segurança e na construção intersubjetiva de segurança (CÔTÉ, 2016). Desse modo, a audiência e sua aceitação são atores fulcrais para o processo de securitização, assim como os atores securitizantes e os objetos de referência.

No entanto, a teoria da securitização *per se* não explora com muito afinco a importância da audiência e sua capacidade de se envolver ativamente nesse processo (CÔTÉ, 2016). Em consonância com o discorrido acima, a vontade do agente de realizar o ato securitizante não é o suficiente para sua efetivação, sendo necessário analisar fatores externos a ele. A identidade da audiência depende do contexto do processo de securitização, assim como do poder diferencial desse público para anuir o discurso de segurança e outorgar validade às ações almejadas pelo ator securitizador (CÔTÉ, 2016). Isto posto, um outro fator se faz presente e necessário na análise dos processos de securitização, que é a questão do contexto.

### **1.6 O contexto como elemento medular do êxito do ato de fala**

O contexto compreende o aspecto cultural e ambiental do processo securitizador. O valor semântico da segurança é uma combinação do significado textual, sendo este o conhecimento do conceito adquirido através da linguagem, junto com o significado cultural, que consiste no conhecimento obtido por meio de interações anteriores e situações atuais. Assim, a dimensão performativa da segurança reside entre a regularidade semântica e as circunstâncias contextuais. Isso significa que apenas o ato de fala realizado pelo ator securitizante não basta para que o processo securitizador aconteça por completo. A Escola de Copenhague postula que a linguagem é performativa, ou seja, ao proferir o termo segurança, o contexto que se tinha anteriormente muda. Isso mostra a função que consiste o ato de fala para a segurança, que é modificar o contexto por meio da enunciação de enunciados, cujo sucesso depende da viabilidade das condições facilitadoras a da comunicação. O fundamental, portanto, é o poder abduutivo das palavras, pelo fato do conceito de segurança permitir a ativação de um novo contexto, ou converter o existente em algo distinto (BALZACQ, 2011).

Contudo, a função ilocucionária das palavras não é suficiente para que haja sucesso no processo de securitização, sendo preciso olhar para outros aspectos que

fornece condições para que isso ocorra. A questão da segurança não aponta para uma realidade objetiva, e sim para uma agência em si mesma, à medida em que transmite uma prática instanciada por discursos sobre ameaças existenciais que permitem aos atores securitizantes tomar medidas políticas para aliviar uma possível insegurança. A securitização é bem-sucedida quando o agente de securitização e a audiência alcançam uma percepção estruturada comum de desenvolvimento que um fator importante pode estar sendo ameaçado. Nesse esquema, não há problema de segurança para além do jogo de linguagem. Portanto, a fala molda a percepção de uma realidade. A análise dos problemas de segurança torna-se então uma questão de compreender como os contextos externos, incluindo desenvolvimentos de objetivos externos, afetam a securitização. À vista disso, os desenvolvimentos externos são centrais para a securitização, o que faz com que ela esteja inserida nas abordagens construtivistas da segurança. Para atrair a atenção da audiência para um evento ou desenvolvimento considerado perigoso, as palavras do ator securitizador precisam ressoar com o contexto dentro do qual suas ações são colocadas. Isso significa que o sucesso da securitização depende de um contexto perceptivo. Quando o conceito de segurança é utilizado, é imprescindível que o público olhe em volta para identificar as condições que justificam sua articulação (BALZACQ, 2011).

Há dois tipos de contexto passíveis de análise: o contexto próximo e o distal. O contexto próximo consiste nas características imediatas de interação, como também na configuração de um movimento de securitização, englobando o local em que é feito, o gênero do ator securizante, a audiência para qual é lançado e a sua recepção. Em linhas gerais, é o microambiente da securitização. A chave de análise para o contexto próximo é averiguar sobre a estrutura interna do evento. Portanto, é preciso traçar ou mapear quem fez ou disse o que em relação à securitização. Outrossim, o contexto distal corresponde ao macroambiente do movimento de securitização, ou seja, o contexto sociocultural mais amplo no qual está inserido, por exemplo, questões de classe social e etnia, configurações regionais e culturais e os locais do discurso. O princípio orientador para analisar o contexto distal é como os participantes interpretaram o evento em que o processo de securitização se inicia no momento (WILKINSON, 2011).

Cada securitização é um processo histórico que ocorre entre um conjunto influente de eventos antecedentes e seu impacto nas interações, que envolve atos simultâneos com consequências reforçadoras ou aversivas para a securitização. Como a securitização é o produto de um repertório tão complexo de causas, uma

investigação focada apenas no ato de fala pode falhar se outros elementos exercerem uma influência significativa no processo. Pragmaticamente, a ideia básica é que a dimensão performativa da segurança fica entre regularidade semântica e circunstâncias contextuais. A configuração da securitização evolui dentro de um contexto simbólico de forças que definem o que é um fator de segurança para um público, e quando o uso desse fator ressoa com o contexto a fim de aumentar ou ganhar o apoio para a política do enunciador. Diante disso, quem utiliza a teoria da securitização, ao embarcar na análise de discurso deve ter uma compreensão completa do contexto que está sendo analisado, como modos de produção, estrutura de classe e formação política, com vistas a situar sua análise e explicar o sucesso (ou não) dos movimentos securizantes estudados (BALZACQ, 2011).

### **1.7 As práticas de segurança como alicerce da criação do dispositivo**

Por último, um último pressuposto central para o sucesso empírico do processo securitizador é o dispositivo e a força estruturante das práticas. A securitização ocorre em um campo de práticas que instituem compreensões intersubjetivas e que são enquadradas por ferramentas e hábitos herdados de diferentes campos sociais. O papel do dispositivo é conectar essas diferentes práticas. A securitização não é um resultado de um projeto racional em que os objetivos são definidos previamente, seguindo uma agenda pronta. O ponto central do argumento é que abaixo e acima do nível discursivo existem processos sutis e decisivos de securitização que somente uma abordagem por meio de práticas pode revelar. As práticas de segurança são implementadas, principalmente, por meio de ferramentas de política. As manifestações de securitização podem ser melhor compreendidas centrando na natureza e nas funções da política, que são ferramentas usadas por agentes para lidar com problemas públicos considerados ameaças. Essas ferramentas ou instrumentos, que são considerados operacionais, geram um dispositivo que permite aos profissionais de segurança pensarem sobre uma questão de segurança, permitindo que práticas realizadas para proteger alguma ameaça sejam aceitas pela audiência. Logo, elas podem ser lidas como elementos basilares ensejadores de formação de um campo de segurança e da efetivação de uma prática constante de medidas securitárias. Desse modo, sua análise não deve ser restringida meramente a características intrínsecas (BALZACQ, 2011).

Os instrumentos de securitização são como um dispositivo social, que



exercendo uma operação técnica, representam uma imagem identificável de ameaça, necessitando de uma ação pública com o fim de resolver esse problema. Cada ferramenta de securitização possui características definidoras que as fazem únicas em si mesmas, sendo reconhecíveis suas diferenças quando há alguma variação no programa de segurança a ser implementado. Tais instrumentos representam um conjunto de regras e procedimentos recorrentes que modelam as relações entre indivíduos e organizações, logo, exercem um grau de ações similares às instituições. Terceiro, as ferramentas de securitização reconfiguram o que é chamado de ação pública, cujo objetivo é abordar questões identificadas como ameaças. Em último lugar, as ferramentas incorporam uma imagem específica da ameaça e, majoritariamente, o que deve ser feito a respeito disso (BALZACQ, 2011).

A função de um instrumento tem um grande impacto na securitização, mas, por sua vez, essa função depende da natureza da ferramenta. Assim, os instrumentos de política de securitização não representam uma solução puramente técnica para um problema público. Essa análise estreita no aspecto operacional das ferramentas de segurança não engloba duas características cruciais dos instrumentos: os elementos políticos e simbólicos. Em termos políticos, tanto a seleção e o uso, quanto os efeitos dos instrumentos de segurança dependem de fatores políticos e requerem a mobilização nesse quesito. Portanto, deve-se ter em mente que, embora as ferramentas de segurança possam ter atributos técnicos, deve-se inquirir por que foram escolhidas, como operam, evoluem e quais são suas consequências, não estando reduzidas às particularidades técnicas dos instrumentos. Por outro lado, existem atributos simbólicos embutidos nos instrumentos de política que dizem à população o que o ator securitizador está pensando e qual a sua percepção coletiva dos problemas. Em outros termos, o foco nos aspectos políticos e simbólicos das ferramentas de segurança nos fornece uma conceituação mais robusta de como a intenção da política pode ser traduzida em atividades operacionais (BALZACQ, 2011).

As práticas de segurança estão relacionadas essencialmente a dois tipos de ferramentas: instrumentos regulatórios e de capacidade. As ferramentas regulatórias buscam normalizar o comportamento dos indivíduos que são os alvos, como exemplo, regulamentação de políticas e a constituição. Assim, instrumentos de política desse tipo visam influenciar o comportamento dos atores sociais, permitindo que certas práticas reduzam a ameaça, ao proibir alguns tipos de atividades políticas que se transformam em uma ameaça. Além disso, o que torna os instrumentos regulatórios tão atrativos é que eles geralmente fornecem a estrutura dentro da qual as

ferramentas de capacidade operam. Por sua vez, as ferramentas de capacidade, como o próprio nome já diz, constituem as habilidades que permitem que indivíduos, grupos e agências tomem decisões e realizem atividades, que têm uma probabilidade razoável de sucesso. Enquanto as ferramentas reguladoras se relacionam essencialmente aos processos de governamentalidade, as ferramentas de capacidade são modalidades específicas para impor disciplina externa a indivíduos e grupos. Nesse sentido, as ferramentas de capacidade incluem informações (pessoais e não pessoais), treinamento, força e outros recursos necessários para atingir os objetivos da política, como por exemplo, as armas nucleares (BALZACQ, 2011). Neste último exemplo, jaz a possibilidade de dissuasão tenaz discorrida anteriormente, pelo fato de que esse tipo de ferramenta de capacidade provê potencialidades destrutivas em larga escala, fazendo o adversário recear mais.

Por todo o exposto, salienta-se que o conceito e prática dos atos de fala de segurança não realiza a construção completa dos problemas de segurança, e sim tem papel primordial no seu processo de criação. Devido a isso, foram apresentadas as condições subjacentes à efetivação da securitização, enquadrando-as em três conjuntos de premissas, pertencentes respectivamente à audiência, ao contexto e às ferramentas que formam o dispositivo (BALZACQ, 2011). Destarte, a mera volição do agente para realizar o ato de fala não é o suficiente para que haja o sucesso do processo de securitização, sendo necessário levar em conta esses fatores empíricos. Em outras palavras, em vez de se restringir a um conjunto de princípios universais *a priori*, o êxito da congruência entre as forças externas relevantes fornece um panorama melhor para as tentativas de compreender a securitização, pois a forma como esses fatores se combinam corresponde mais ao resultado provável do processo (BALZACQ, 2011).

### **1.8 A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança e seu uso com a teoria da securitização**

Uma outra abordagem essencial para os autores da Escola de Copenhague é a TCRS. O livro *Regions and Power – The Structure of International Security* (2003) tem como argumento que os CRCs proveem um entendimento da nova estrutura internacional do pós-Guerra Fria e faz uma avaliação comparativa entre as influências regionalizantes e as globalizantes dentro de um território contíguo, assim como o relacionamento mútuo entre elas. Sua ideia central é que, dentro de um contexto

posterior às grandes guerras, uma vez que as ameaças costumam vir de distâncias mais curtas do que distantes, interdependência securitária é normalmente padronizada em grupos regionais. A estrutura essencial de um CRS engloba cinco fatores: fronteira (o que diferencia tal conceito é a característica da contiguidade que ele possui, ou seja, para ele existir, é necessário que os Estados estejam ligados por fronteiras); estrutura anárquica (o que significa que o CRS é composto por duas ou mais unidades autônomas); construção social (que implica nas relações de amizade e inimizade destas unidades autônomas); o padrão de interdependência de securitização deve ser profundo e durável e, por último, a polaridade (onde as unidades do complexo exercem influência na balança de poder da região) (BUZAN; WAEVER, 2003).

No pós-Guerra Fria, três perspectivas teóricas de ordem securitária ganharam destaque: neorrealista, globalista e regionalista. A perspectiva adotada pelos autores da Escola de Copenhague é a regionalista, pois considera que a territorialidade é um elemento basilar para os estudos de segurança. Malgrado o fato da regionalista ainda prever ameaças vindas de territórios longínquos, sua ênfase se encontra na questão da proximidade entre os Estados dentro dos CRSs, pois o arrefecimento das rivalidades das potências da Guerra Fria faz com que os mecanismos de ingerência e penetração dessas não sejam mais tão presentes em todo o globo, mas apenas nos locais tidos como prioritários para as potências com alcance global. A ideia essencial nesta abordagem é que a dinâmica de segurança possui uma forte territorialidade, e com base nisso, pode acomodar atores não-estatais com facilidade. Diferentemente da perspectiva globalista, pois esta adota um princípio de desterritorialização com vistas a fazer uma análise centrada em um nível global, onde estruturas de sistemas macro constroem e moldam o comportamento das unidades do sistema. Assim como na perspectiva neorrealista tem-se uma predileção pelas estruturas globais, que com sua dinâmica de interação, cristaliza um reflexo meramente mecânico da distribuição de poder no Sistema Internacional, fornecendo ideias simplificadoras de unipolaridade, bipolaridade, multipolaridade e/ou centro-periferia (BUZAN; WAEVER, 2003).

Devido a esse declínio da rivalidade das superpotências, a questão penetrativa do interesse de poder em nível global foi diminuída, e a necessidade de uma ingerência por parte das potências das guerras mundiais não foi mais tão presente. Portanto, a maioria das grandes potências no pós-Guerra Fria são “potências leves”, significando que sua dinâmica doméstica os afasta do engajamento militar e da

competição estratégica nos pontos de conflito no mundo. O caráter específico de um CRS é afetado por fatores históricos, como inimizades de longa data ou um vínculo cultural comum de uma área civilizacional. Sua formação deriva de uma interação entre a estrutura anárquica e as consequências de suas balanças de poder, assim como as pressões de proximidades geográficas. O padrão de amizade e inimizade é melhor entendido ao começar a análise no nível regional, e estender incluindo atores globais e fatores domésticos (BUZAN; WAEVER, 2003).

Pelo lado construtivista, CRSs se estruturam na teoria da securitização, pois foca nos processos políticos nos quais questões de segurança são constituídas. Buzan e Wæver (2003) dão um panorama empírico mais claro e um maior entendimento coerente da dinâmica de segurança internacional. Isso pelo fato de que os autores analisam como as grandes potências se relacionam, e como cada uma influi no nível regional, estabelecendo um nexos relacional entre o nível global e o regional. Tem raízes construtivistas, pois a formação e operação dos CRSs dependem de padrões de amizade e inimizade entre as unidades do sistema. A região refere-se ao nível em que os Estados ou outras unidades se vinculam suficientemente perto para que suas seguranças não possam ser consideradas separadas uma das outras. Esse nível é onde os extremos da segurança nacional e global interagem, assim como onde ocorre a maior parte da ação. Cada CRS é feito de receios e aspirações de suas unidades, onde tanto suas seguranças quanto o processo de intervenção global do poder podem ser compreendidos apenas através da compreensão da dinâmica de segurança regional (BUZAN; WAEVER, 2003).

O que liga o padrão abrangente de distribuição de poder entre as potências globais à dinâmica regional dos CRSs é o mecanismo de penetração. Isso ocorre quando potências externas fazem alinhamento de segurança com os Estados dentro do CRS, pois as potências regionais podem recorrer a potências globais a fim de alterar sua distribuição de poder, em que pese essa atividade ter sido diminuída como ocorrido outrora. Porém, ódios e amizades históricas, assim como questões específicas que desencadeiam conflito ou cooperação ainda são discussões necessárias para esta teoria, pois constituem a formação de um panorama de medos, ameaças e amizades que definem um CRS. Desse modo, sua formação é influenciada por questões históricas, culturais, religiosas e geográficas. Tal perspectiva oferece a possibilidade de sistematicamente ligar o estudo das condições internas, relações entre unidades da região, relações entre as regiões e a interação das dinâmicas regionais com as potências globais. Ela consiste numa teoria *bottom-up*, pois o

principal objetivo do CRS é distinguir o nível global e regional de análise, tirando a massificada ideia no período da Guerra Fria de análise meramente global, contrapondo-se à perspectiva globalista dissertada anteriormente (BUZAN; WAEVER, 2003).

## 1.9 Conclusão

Os estudos dos CRSs guiarão o trabalho na busca de encontrar os panoramas de alianças dentro do Supercomplexo asiático, calcadas no conceito de amigo e inimigo, para que possamos identificar como a tecnologia nuclear é percebida por chineses e estadunidenses e como essa questão está relacionada com a dinâmica de rivalidade entre esses países. Como descrito acima, um dos fatores que compõem os CRSs é a questão dos padrões duráveis de amizade e inimizade, os quais influenciam processos de securitização, ao mesmo tempo em que são influenciados por eles. Isto posto, ao selecionarmos a teoria da securitização como abordagem teórica, tem-se a ampliação dos setores de segurança para além do militar e político, sendo estes o setor social, econômico e ambiental. Não obstante, em nosso caso, como já havíamos dissertado, assumimos que todos os problemas de segurança são construídos social e discursivamente, mesmo aqueles localizados no setor militar. Ou seja, não existem problemas intrinsecamente ou naturalmente de segurança, logo, ao analisarmos a construção social e discursiva da proliferação nuclear como problema de segurança, este trabalho enfatiza o setor político/militar.

Afirmar que a segurança é uma construção social é sugerir que essas ameaças podem ser securitizadas apenas quando um movimento de securitização é habilitado por um contexto que seleciona ou ativa certas propriedades do conceito, enquanto outras são ocultadas. Mesmo as questões militares, o núcleo dos estudos tradicionais de segurança, não são efetivamente securitizadas até que sejam criadas como tal. É necessário analisar as diferenças que o contexto fornece para o ato de fala feito ser capaz de realizar o processo de securitização com sucesso (VULTEE, 2011). A securitização deve ser entendida principalmente como um ato pragmático, que necessita da consideração explícita e reflexiva do contexto em que ocorre. Uma interpretação histórico-cultural da estrutura retórica da securitização diminuiria a tendência de generalizar uma lógica específica de segurança, uma vez que a forma como a segurança é entendida em diferentes locais é calcada em experiências

históricas e culturais específicas (WILKINSON, 2011 apud HUYSMANS, 1998).

Calcado em tais argumentos, observa-se que um ato de fala vindo de um governante estadunidense na década de 90, quando a China não possuía um arsenal nuclear tão potente quanto os Estados Unidos, não surtiria o mesmo efeito de um ato de fala no atual contexto, pois a China atualmente já possui uma robusta modernização de suas armas nucleares. Então, as condições materiais dos Estados que seus representantes estão realizando o ato de fala podem compor uma parte essencial do contexto para que esse ato seja bem sucedido ou não. Assim como a estrutura do Sistema Internacional pode fazer o mesmo papel, pois a China que atualmente possui uma posição privilegiada no mundo, pode concorrer com os Estados Unidos em ser um pólo de poder conflitante, deflagrando em um motor que permite o ato de fala ser efetivo ou não, pois o peso que ele carregará pode ser muito mais significativo. Por conseguinte, o contexto é uma chave para analisar porque um ato de fala em um determinado momento se tornou regra e um outro não, e dentro dele cabem muitos fatores. O poder material de cada Estado em diferentes períodos do tempo muda a percepção dos líderes de cada país em relação ao dano que pode causar em seus territórios e de seus aliados, influenciando o âmbito cultural de cada país no que concerne à segurança e defesa de seus interesses nacionais. Como também a atual posição da China como potência político-econômica pode afetar a leitura que os Estados Unidos possuem da mesma, pois no passado não estava nem perto de chegar ao patamar estadunidense que é a maior potência desde o pós-Guerra Fria, portanto, questões históricas e culturais devem ser levadas em consideração.

Fundado nesse raciocínio, é fulcral estender a noção de segurança incluindo diretamente ações físicas, práticas, como também expressões verbais, panoramas histórico-culturais e a distribuição das capacidades dos Estados para descentralizar os pressupostos estreitos e apenas normativos da securitização. Desse modo, é possível levar em conta várias interpretações da situação por meio da consideração dos contextos próximo e distal. Destarte, é possível olhar além das metanarrativas que uma aplicação ortodoxa de securitização realiza, criando e explorando significados e entendimentos locais específicos que estão situados dentro dela (WILKINSON, 2011). O estudo da securitização começa com um pré-requisito importante, que é o modo como resolver o problema que está sendo ameaçado em termos securitários. Não obstante, é na ideia de emergência que jaz principalmente a essência da securitização. Um exemplo convergente ao tema do trabalho se mostra

útil: os Estados podem interpretar que a posse por determinado país de armas de destruição em massa (como armas nucleares) representa uma ameaça que prejudica a vida pacífica das populações mundiais. Porém, é preciso analisar se os tempos são tão ameaçadores quanto meramente a posse desse material bélico, pois dois ou mais Estados podem possuir armas nucleares e não necessariamente estarem em algum conflito dentro de um determinado tempo da história (WILKINSON, 2011). Bem como a quantidade desse tipo de armamento e a sua modernização afetam essa percepção de ameaça e suas relações de amizade e inimizade. Por exemplo, as armas nucleares chinesas e norte-coreanas atualmente podem representar um receio para os Estados Unidos, ao passo que as da Inglaterra ou França não.

Com base no exposto, é vital realizar a análise dos dois tipos de contexto dentro da teoria da securitização, ao invés de observar apenas a volição do agente securitizador com seu ato de fala. Dentro do contexto próximo, é preciso observar quem está evocando uma ameaça a um objeto referente para um determinado tipo de audiência, ou seja, adentrar na questão de averiguar o líder representante do Estado que está realizando o ato de fala, para qual público específico receptor e o tipo de canal ele está utilizando para tal ato, como exemplo, reuniões, entrevistas ou pronunciamentos oficiais. Entendendo tais especificidades, possibilita enxergar de forma heurística se este ato de fala pode gerar uma regra. Em pé de igualdade, o contexto distal também é impreterível, pois dentro dele é viável analisar o panorama sociocultural e a configuração regional em que o processo de securitização se encontra. Dentro dos dois Estados em análise, temos tempos diferentes de criação e modernização de armas nucleares, assim como posições de poder distintas em determinados tempos da história. Com isso, o contexto cultural e material é diretamente alterado pelo fato de que se um país detém esse material bélico mais potente do que outro, um ato de fala vindo deste último não se mostra tão ameaçador para o primeiro. Assim como é crucial analisar o fato de que no pós-Guerra Fria quando os Estados Unidos se tornou potência mundial, a China não obtinha a posição de poder privilegiada que hodiernamente possui. Logo, a percepção de ameaça no contexto histórico é elementar para a análise da securitização. Ainda no âmbito macro, a configuração regional fornece um panorama de rivalidades que ocorrem dentro dos territórios atinentes aos interesses nacionais de cada país. Se algum aliado estiver sendo ameaçado por seu inimigo, a percepção de ameaça ocorrida pode ser mais premente, pois a tecnologia nuclear que permite o uso bélico de destruição em massa pode afetar diretamente seu aliado e, por conseguinte, afetar seus interesses

estatais dentro da configuração regional em que jaz esse quadro de rivalidades.

Em suma, os capítulos seguintes proverão análises dos processos de securitização empreendidos por atores sociais estadunidenses e chineses acerca das capacidades nucleares de China e EUA, respectivamente. Entende-se que o sucesso da securitização da questão nuclear pode contribuir para a criação de rivalidades entre esses países, ao mesmo tempo em que é influenciada por um contexto prévio de inimizade. Nesse sentido, com base na teoria da securitização, a análise do processo de securitização da questão nuclear por estadunidenses e chineses envolverá a identificação empírica dos atores securitizantes, dos atos de fala que iniciam movimentos de securitização, do contexto de securitização, das práticas dos atores pertinentes e do sucesso ou insucesso das tentativas de securitização. Finalmente, em congruência com a teoria dos CRSs, a análise das dinâmicas securitizantes da questão nuclear levará em conta a relação entre o complexo regional asiático e a balança de poder global.



## 2 PROCESSOS DE SECURITIZAÇÃO SINO-AMERICANOS NO SUPERCOMPLEXO ASIÁTICO

### 2.1 Introdução

Este capítulo abre a análise dos processos de securitização que o trabalho procura examinar com vistas a fornecer o resultado da indagação de pesquisa. De acordo com a abordagem dos atos de fala de Onuf, que comporta a atividade inicial da teoria da securitização mencionada anteriormente, as relações sociais são moldadas pelas regras criadas a partir dos atos de fala. Calcado nesse raciocínio, a sociedade e os seus agentes são retroalimentados através da fala, capaz de gerar regras e fazer com que o funcionamento social seja possível a partir do seguimento delas. Como já mencionado no capítulo teórico, é importante notar que além da atividade linguística, existem as atividades práticas que correspondem ao sucesso da proposta que os atos de fala carregam.

Com base na função ilocucionária dos atos de fala, podemos discorrer sobre os atos (*deeds*) que Onuf versa para explicar a efetividade de sua teoria. Relembrando, ilocucionário é uma categoria de fala que captura a classe performativa explícita do enunciado. Ou seja, corresponde à ação que os agentes pretendem realizar quando produzem o enunciado (BALZACQ, 2011). Em outros termos, a função ilocucionária refere-se à parte do discurso que constitui uma ação, transformando palavras em ações ao fixar a função comunicativa do conteúdo enunciado. A pretensão distintiva da teoria dos atos de fala é mostrar que a linguagem é tanto representativa quanto performativa, e as pessoas usam as palavras para representar ações. Essa lógica finca a ênfase não só nas regras sociais, mas sim na constituição da realidade (ONUF, 1989).

Diante disso, o presente capítulo busca evidenciar a tônica representativa e performativa dos atos de fala. Mostrar-se-á os atos de fala tanto vindos dos Estados Unidos quanto da China atinentes à proposta de seus arsenais nucleares, correspondendo à política declaratória desse material, e se tais atos consolidam as regras propostas em conformidade com os preceitos da teoria a securitização de Buzan, Waeber e Wilde (1998), para que vejamos se o processo completo foi deferido. Para isso, foi feita a análise dos Relatórios de Revisão de Postura Nuclear dos

Estados Unidos nos anos de 2010 e 2018 (NPRs), sendo estes os relatórios disponíveis dentro do nosso marco temporal por parte desse país, assim como pronunciamentos oficiais de autoridades norte-americanas sobre o tema. Na parte da China, é importante afirmar que ela é bem hermética sobre assuntos de política nuclear e também sobre outros assuntos, justamente pois eles possuem um regime político socialista fechado no Sistema Internacional. A menção sobre esse tema se encontra mais enfaticamente em seus Livros Brancos de Defesa Nacional e também algumas declarações públicas de representantes do país veiculadas pela mídia. Dentro do marco temporal, temos os Livros Brancos de 2010, 2013, 2015 e 2019, onde serão apresentadas as análises feitas sobre seu arsenal nuclear, assim como fontes midiáticas que trazem suas declarações sobre esse fator. Ao trazer esses atos de fala, tentar-se-á atribuir a classificação que eles possuem, assentados nas três categorias já mencionadas que Onuf teorizou: comissivos, assertivos e diretivos. Ademais, serão apresentados pelo prisma da teoria dos CRSs os panoramas de amizade e inimizade sino-estadunidenses, para que vejamos se e quais interesses nacionais desses países estão sendo ameaçados pela tecnologia nuclear de cada um, e como a percepção de perigo dos arsenais nucleares se faz presente dentro do Supercomplexo Asiático.

No que se refere às práticas que compõem a política nuclear de EUA e China, temos uma discrepância de documentos disponíveis sobre o uso desse material bélico entre os dois países. Como dito outrora, a China carrega uma postura hermética sobre a factibilidade de seu arsenal nuclear, sendo difícil encontrar documentos que versem sobre o emprego de suas armas nucleares e as intenções de sua exequibilidade, dando centralidade apenas à política declaratória do país. Ao passo que os Estados Unidos possuem mais documentos que versam sobre uso de seu armamento nuclear, elucidando quais são suas preocupações e motivos que os fazem crer que é necessário o uso de tal material. Portanto, como estamos esmiuçando as ações desse tipo de política, é necessário ir além da política declaratória e dos pronunciamentos oficiais e produzirmos inferências sobre os componentes da política nuclear desses países. Devido a isso, a pesquisa busca contrasta os documentos e pronunciamentos oficiais aos relatórios atinentes ao emprego e factibilidade dos arsenais nucleares de cada Estado realizados pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e outros institutos de pesquisa, a fim de que haja uma quantidade relativamente

equânime de material analisado entre os dois países que o trabalho se propõe a estudar.

## **2.2 Política declaratória dos Estados Unidos na seara nuclear**

Os Estados Unidos deixam claro qual seu posicionamento frente ao seu material nuclear, informando através de seus Relatórios de Revisão de Postura Nuclear as suas implicações e intenções quanto à necessidade de deter tal armamento. Dentro do marco temporal proposto na pesquisa, temos os relatórios de 2010 e 2018, emitidos dentro de diferentes governos norte-americanos, Barack Obama e Donald Trump, respectivamente. Em tais documentos, é possível enxergar diferentes posturas e posicionamentos sobre a política nuclear, assim como semelhanças em um nível macro de percepção sobre qual implicação central a política nuclear norte-americana possui. Em geral, ambos os relatórios sustentam a importância das armas nucleares para o país, afirmando que enquanto elas existirem, é declarado que os Estados Unidos sustentarão forças nucleares seguras, protegidas e eficazes com o objetivo de continuar a desempenhar um papel essencial na dissuasão de adversários em potencial e na tranquilidade de aliados e parceiros em todo o mundo (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2010).

Em consonância com essa postura, os Estados Unidos reafirmam sua intenção de construir uma estabilidade estratégica na seara nuclear, salientando a importância da parceria de China e Rússia. Porém, ressaltou que a constante modernização e falta de transparência do arsenal nuclear chinês suscitam receios para os Estados Unidos e seus vizinhos asiáticos, tendo aliados estadunidenses nesse rol de países, como dito anteriormente. Como dentro da Ásia não há uma organização multilateral diferida com vistas a salvaguardar suas alianças, como existe no caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para os países europeus e alguns americanos, as relações de proteção se dão na esfera de acordos bilaterais de segurança, assim como a presença militar para proteger seus aliados. Não obstante, após a Guerra Fria e o desvanecer dos conflitos meramente bélicos entre as potências, a presença militar na região foi reduzida significativamente, principalmente se tratando de armas nucleares (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2010). Mesmo salientando o fato da China não ser transparente quanto ao seu escopo e modernização de armas

nucleares, a postura do relatório se mostra de cooperação com o país no sentido de abolir o uso e a fabricação deste armamento:

Com a China, o objetivo de um diálogo sobre estabilidade estratégica é fornecer um local e um mecanismo para cada lado comunicar suas opiniões sobre as estratégias, políticas e programas do outro sobre armas nucleares e outras capacidades estratégicas. O objetivo de tal diálogo é aumentar a confiança, melhorar a transparência e reduzir a desconfiança (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2010, p. 11).

Tal ato de fala pode ser lido como comissivo, pois a tônica é de negociação aberta com a expectativa do agente receptor também cooperar no objetivo do que foi dito, podendo assim gerar uma regra a depender do comportamento para quem foi direcionada a fala. O autor do ato de fala sendo as autoridades estadunidenses, o objeto referente é o Estado norte-americano e a ameaça a ser dessecuritizada são as armas nucleares. Porém, a mudança de retórica do relatório de 2018 apresenta uma postura diferenciada, o que dificulta o processo de dessecuritização, sendo mais assertivo e incisivo quanto à China no contexto nuclear, assim como no campo bélico em geral pelas diferentes mudanças do cenário internacional no que concerne à segurança. Ao contrário da securitização, a dessecuritização é a tentativa de desvencilhar uma percepção de ameaça a um objeto referente, ou seja, sem precisar recorrer às medidas excepcionais e retornar para uma medida formalmente política. Dentro da teoria da securitização, os autores pleiteiam que o ideal é a dessecuritização, pois assim os assuntos de segurança entram na esfera meramente política, evitando práticas securitárias que ensejam algum conflito (CARMALI, 2008). Desse modo, tal processo não pode ser factível por conta da mudança de retórica no que concerne à ameaça das armas nucleares chinesas, declarando que enquanto os Estados Unidos procuraram reduzir sua quantidade de armas nucleares, adversários como a China e Rússia foram na direção oposta, modernizando e aumentando seus estoques do armamento em larga escala, dirimindo as forças norte-americanas na função de proteger seus aliados asiáticos. A falta de transparência da China sobre esse tema é uma questão delicada para os Estados Unidos, e isso se mostra bastante nítido em ambos os relatórios, onde há a afirmação de que o país apesar de almejar um mundo sem armas nucleares, está disposto a manter sua tecnologia preparada para defender a si mesmo e seus aliados além-mar (DEPARTAMENTO DE DEFESA

DOS EUA, 2018). Uma menção direta e forte marca essa postura dos Estados Unidos, mostrando a presença do ato de fala que a pesquisa quer captar:

Os Estados Unidos estão preparados para responder de forma decisiva à agressão não nuclear ou nuclear chinesa. Os exercícios dos EUA na região da Ásia-Pacífico, entre outros objetivos, demonstram essa preparação, pois aumentará a gama de opções de resposta nuclear graduada disponíveis para o presidente. Ambas as etapas fortalecerão a credibilidade de nossa estratégia de dissuasão e melhorarão nossa capacidade de responder com eficácia ao uso nuclear limitado pela China, caso a dissuasão falhe. Os Estados Unidos também continuarão a buscar um diálogo significativo com a China sobre nossas respectivas políticas, doutrina e capacidades nucleares na busca por um ambiente de segurança pacífico e relações estáveis. (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2018, p. 32).

Como pode ser visto, os Estados Unidos garantem que há uma vontade maior de cooperar para um cenário pacífico e amistoso entre as duas potências, e que as propostas para diálogo e diplomacia são bem-vindas. Com isso, pode-se inferir que tal ato de fala pode ser caracterizado como assertivo, devido ao fato de que eles – as autoridades estadunidenses, sendo estes os atores securizantes – estão dando informações a um agente – no caso, as autoridades chinesas – sobre uma questão do mundo que afeta a ambos, afirmando que se não houver o cumprimento por parte do ouvinte, haverá consequências para ele. Logo, tal ato de fala provê uma instrução para outro agente, e que se houver o cumprimento de tal fala, haverá a cooperação para ambos os lados, caso contrário, terá consequências negativas. Logo, a audiência notoriamente são as autoridades da China, e tal ato de fala geraria uma regra de instrução. Desse modo, isso aconteceria caso a audiência aceitasse a percepção de ameaça, consolidando o processo de securitização. A tentativa dos EUA de securitizar pode ser bem-sucedida, arregimentado pelas condições facilitadoras, como vimos no capítulo teórico. Nesse caso, apesar da China ser uma potência de grande porte, os EUA ainda carregam uma superioridade político-militar e econômica. Isso ocorre pelo fato de que na teoria da securitização, a relação entre os sujeitos não é simétrica, e o sucesso da securitização varia bastante da posição do ator securizante. O sucesso da fala do ator que proclama o ato de fala depende do fator de como o agente e a audiência se reconhecem mutuamente para aceitarem juntos a percepção de ameaça.

Como a China ainda está em posição inferior política e econômica ao dos EUA no mundo, uma fala vinda dos EUA pode ocasionar uma atenção da China de perceber a ameaça e cooperar com a regra de instrução a ser seguida. Logo, isso sendo as condições facilitadoras nesse caso se encontram no capital social que há na posição de autoridade do enunciador, enquadradas no que a teoria da securitização discorre sobre os aspectos externos, contextuais e sociais que o ator securizante detém, e a audiência ainda está em uma posição subalterna no que concerne ao poder bélico nuclear, político e econômico no Sistema Internacional. O segundo fator empírico a ser analisado é a co-dependência entre o agente e o contexto, nesse aspecto o fator do contexto é o fulcro para entendermos a efetivação do processo de securitização, onde o fator da percepção ganha destaque. Nesse caso, como estamos observando um ato de fala de 2018, a questão do contexto ganha destaque, pois como já dito o cenário internacional ganhou contornos mais beligerantes por conta do aumento dos conflitos internacionais, e, desse modo, justifica a presença dos EUA na região Indo-Pacífico. Desse modo, Balzacq (2011) elenca dois tipos de ameaças, as institucionais e as brutas. As institucionais seriam o ato de fala em si, carregando a retórica de ameaça proclamada pelo agente, e as brutas seriam os fatores externos materiais, o que se encontra “lá fora”. Nesse segundo aspecto empírico do autor, há a argumentação de que as palavras do ator securitizador precisam condizer com o contexto no qual suas ações são colocadas, logo, a dimensão performativa de segurança se centra na regularidade semântica e circunstâncias contextuais. Portanto, o fator da percepção de ameaça ganha predominância em consonância com o contexto, sendo necessário realizar a análise coadunando esses dois elementos. Assim como quando ele disserta sobre os aspectos empíricos que guiam o pesquisador para a captação do contexto da efetivação da securitização, temos o elemento da estrutura de classe. Como a enunciação de ameaça vem das autoridades norte-americanas, a estrutura de classe correspondente desse ator securizante é o poder governamental outorgado a ele, logo, um ato de fala vindo desse tipo de circunstância é de grande porte para o sucesso do processo securitário. Em suma, um ato de fala norte-americano para a China carrega certa atenção por parte das autoridades chinesas vindas das estadunidenses, relação característica da teoria da securitização, cimentado pela relação entre o falante e a audiência (BUZAN; WAEVER, WILDE, 1998).

Por todo o exposto, os dois relatórios mantêm uma retórica de crer que armas nucleares devam ser banidas, e que os países que as possuem devem trabalhar para um mundo de não-proliferação e contra terrorismo dos países considerados párias (Irã e Coreia do Norte). Apenas o relatório de 2018 faz menções mais fortes à China, onde eles declaram seu receio da sua falta de transparência no escopo de seu arsenal, e que eles temem a expansão do país. O relatório de 2010 faz menção ao perigo chinês de forma mais branda, não chegando a levantar nenhuma declaração mais direta ou incisiva para o país. Sua preocupação maior reside na Coreia do Norte, afirmando que o país está demonstrando muita vontade de enriquecer e fomentar o uso de seu armamento nuclear. Não obstante, China e Estados Unidos cooperam em crer que mais proliferação horizontal<sup>4</sup> provinda de qualquer lado é nocivo ao mundo, mesmo Coreia do Norte tendo relações diplomáticas e comerciais com a potência comunista.

Isso mostra que ambos os países, somados aos aliados asiáticos norte-americanos e desafetos da China de décadas atrás, cooperam no sentido de crer que armas nucleares devem não se proliferar. Tal postura reflete o que os Relatórios de Revisão de Postura Nuclear dos EUA nos mostram, que ambos os países querem dialogar no sentido de não haver mais proliferação horizontal, ou seja não querem que novos países adquiram tal armamento. Porém, o posicionamento desses países quanto à proliferação vertical é menos evidente. De acordo com o artigo 6º do TNP, os Estados dentro do tratado comprometem-se a trabalhar para um mundo livre de armas nucleares, tanto aqueles que já as possuem quanto aqueles que não. Porém, isso é visto com bastante controvérsia, uma vez que potências nucleares já existentes como Estados Unidos e Rússia, através de seus encontros do *Strategic Arms Reduction Treaty* (START), apenas removem as suas ogivas nucleares que já estão desmanteladas, ou seja, em desuso. As suas ogivas estocadas ainda estão prontas para serem usadas a qualquer momento, isso marca uma grande inflexão no regime de não-proliferação, o que já foi motivo de reclamação de vários países com arsenal reduzido, como a China. Há análises que mostram que o TNP pode ser um

---

<sup>4</sup> A diferença entre proliferação vertical e horizontal consiste em analisar qual país está aumentando seus arsenais nucleares. Se for países em que já existam armas nucleares dentro do conhecimento do TNP, é proliferação vertical. No caso se for algum Estado que busca expandir tal armamento mas que não está enquadrado e entendido pelas instituições como já detentor declarado, é horizontal. O último caso se refere aos países párias que mencionamos acima, como Irã e Coreia do Norte, mas também é aplicado a outros que venham a tentar isso.

instrumento utilizado pelas grandes potências para constranger e disciplinar outros Estados, especialmente aqueles que possuem algum desafio. Cristalizando o fato de que países com um grande arsenal nuclear como Estados Unidos apenas endossam sua volição de abolir esse tipo de armamento de forma *ad eternum*, não sendo observado uma redução significativa do seu arsenal. O resultado disso é um alto grau de mútua incompreensão e frustração, emergindo do fato de que cada parte do tratado tem sua própria noção do que o regime de não-proliferação é e como ele deve ser trabalhado (MILLER, 2012).

### 2.3 Atividades práticas concernentes ao seu arsenal nuclear

Os Estados Unidos, junto com a Rússia, são os líderes em posse de armas nucleares desde a Guerra Fria. A quantidade exata do arsenal nuclear de cada Estado é segredo nacional, ficando a cargo do país de divulgar as informações acerca disso, como também existem estimativas feitas por órgãos reguladores e de pesquisa que realizam medições baseadas na política declaratória e da aferição das atividades práticas. Estima-se que os Estados Unidos possuem ao todo 5.550 ogivas nucleares, nas quais 3.800 ogivas estão estocadas e as 1.750 ogivas estão aposentadas aguardando desmantelamento. Assim como há aproximadamente 20.000 núcleos de plutônio e cerca de 4.000 conjuntos enlatados de ogivas armazenadas na fábrica Pantex no Texas e na planta Y-12 do Tennessee (FEDERAÇÃO DOS CIENTISTAS AMERICANOS, 2021).

A Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) opera atualmente uma frota de 169 bombardeiros pesados. Destes, 66 (20 B-2As e 46 B-52Hs) são nucleares, embora apenas 60 (18 B-2As e 42 B-52Hs) sejam atribuídos a funções de entrega nuclear. Estima-se que há quase 850 ogivas atribuídas a bombardeiros estratégicos, das quais cerca de 300 estão posicionadas em bases. Dentro da parte terrestre, estima-se que existam 800 ogivas designadas para a força de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs), das quais 400 estão posicionadas nos mísseis. Por último, na via marítima, a Marinha dos EUA opera uma frota de 14 submarinos de mísseis balísticos movidos a energia nuclear e armados nuclearmente (SSBNs), dos quais 12 são considerados operacionais e 2 passam por revisão de reabastecimento. Para atender à demanda de redução de armas nucleares, 4 tubos de mísseis em cada submarino foram



desativados para que os 12 SSBNs implantáveis possam transportar no máximo 240 mísseis (KRISTENSEN, 2020). Como pode ser visto, os EUA detêm a tríade nuclear, sendo esta a capacidade de empregar esse tipo de armamento pela via aérea, terrestre e marítima em grande escala. Destarte, a potência ocidental é uma grande força nuclear em diversos campos. Como já é explícito, os EUA se reservam no direito de empregar armas nucleares contra algum Estado também detentor deste tipo de armamento para defender a si mesmo ou algum aliado (ChinaPower, 2020). Acredita-se que as armas nucleares estejam armazenadas em cerca de 11 estados dos EUA e cinco países europeus. O local com mais armas nucleares é o Complexo de Munições Subterrâneas e Armazenamento de Manutenção de Kirtland, ao sul de Albuquerque, Novo México, sendo que a maioria dessas armas são aposentadas que aguardam desmantelamento na fábrica Pantex no Texas. O estado com o segundo maior estoque é Washington, que abriga o Strategic Weapons Facility Pacific e os submarinos de mísseis balísticos da Base Naval Submarine Kitsap (KRISTENSEN, KORDA, 2021).

Todavia, os EUA declaram junto à Rússia sua volição em abolir as armas nucleares, principalmente pelo fato deles serem grandes detentores deste tipo de armamento, em prol de um mundo de não-proliferação, sob a salvaguarda dos acordos do START. Porém, como salientado acima, as armas que são eliminadas são apenas aquelas que já estão desmanteladas, causando uma inflexão quanto à vontade de não proliferar de forma vertical, apenas horizontal. Ao mesmo tempo, ambos os Estados ainda continuam a modernizar suas ogivas nucleares, mísseis e lançamento de aeronaves e sistemas de instalações de produção de armas nucleares (KRISTENSEN, 2020). Tal modernização pode ser vista no já mencionado Relatório de Revisão de Postura Nuclear de 2018, sob a gestão Trump. O relatório recomendou a manutenção do programa de modernização de armas nucleares decidido pelo governo anterior, mas com várias novas armas e um aumento na produção de núcleos de plutônio para elas. Os planos se alinham para fabricar uma nova classe de SSBN; um novo bombardeiro estratégico com capacidade nuclear chamado B-21 Raider; um novo míssil de cruzeiro lançado do ar de longo alcance (ALCM), conhecido como *arm stand off* de longo alcance (LRSO); um novo míssil balístico intercontinental cunhado Ground Based Strategic Deterrent; e um novo caça-bombardeiro tático com capacidade nuclear (F35A). Os custos para isso são estratosféricos. De acordo com

uma estimativa publicada em janeiro de 2019 pelo Escritório de Orçamento do Congresso dos EUA (CBO), modernizar, operar o arsenal nuclear dos EUA e as instalações custará cerca de 494 bilhões de dólares no período de 2019 até 2028, sendo isto 94 bilhões a mais do que o CBO de 2017 estimava para o período 2017 até 2026. O aumento reflete os custos com base sobre a progressão do programa de modernização, bem como a adição do NPR de 2018 na produção de novas armas nucleares (KRISTENSEN, 2020).

Mesmo com o aumento orçamental de armas nucleares norte-americanas, a nova postura de Trump não reflete uma mudança substancial nos planos da Casa Branca concernentes ao tema. Em 2013, na gestão Obama, os EUA reafirmaram a importância das armas nucleares e de sua modernização, como também enfatizaram uma forte estratégia de contra força e princípios de planejamento de uma série de planos estratégicos e regionais de ataque nuclear altamente flexíveis. O Operations Plan 8010-12 (OPLAN), que é denominado "Dissuasão Estratégica e Emprego da Força", entrou em vigor em julho de 2012, tendo a flexibilidade o suficiente para adaptarem-se a mudanças nas táticas à medida que emergirem ameaças (KRISTENSEN; KORDA, 2021). Esta é a primeira atualização do plano de guerra nuclear estratégica feita desde o NPR de 2010 no governo Obama, e seus detalhes são altamente classificados. Este plano é arquitetado para preparação em cenários de guerra nuclear usando a tríade de forças nucleares dos EUA em alerta máximo, semelhante ao cenário da Guerra Fria para evitar danos e, se necessário, caçar e destruir forças nucleares, instalações de comando e controle em uma infinidade de cenários de ataque personalizados (KRISTENSEN, 2013). Esse plano faz parte de uma estratégia mais ampla que também inclui armas convencionais, incluindo opções de ataque contra Rússia, China, Coreia do Norte e Irã. Em 1960, os submarinos de mísseis balísticos dos EUA conduziram aproximadamente 4.180 patrulhas de dissuasão no mar. Em contrapartida com o período da Guerra Fria, quando o maior número de patrulhas de dissuasão acontecia no Oceano Atlântico, hoje mais de 60% das patrulhas de dissuasão acontecem no Oceano Pacífico, refletindo o aumento do planejamento de uma possível contenda nuclear contra a China e a Coreia do Norte (KRISTENSEN; KORDA, 2021). Isso se mostra nas operações de vigilância dos EUA no Mar do Sul da China, que assim o fazem sob a égide da liberdade de navegação. Esta região representa uma grande questão nos últimos anos para o governo chinês,

pois há o imbróglio das águas internacionais que naturalmente pertencem a esse mar e aos países que o integram, contra o fato da China clamar por direitos de seu litoral, gerando grandes debates e fricções em várias instâncias no cenário internacional. Uma diretriz do Exército de Libertação Popular (ELP)<sup>5</sup> mostrou que a vigilância das atividades navais da China feita pelos EUA marca um grande contraponto na diplomacia militar dos dois países. A Marinha do Exército do ELP está sob constante vigilância dos EUA e os submarinos nucleares da China são uma preocupação particular. Em junho de 2015, o ex-vice-comandante da Força Aérea do ELP, Chen Xiaogong, observou que as tropas norte-americanas realizaram 1.200 voos de reconhecimento sobre águas próximas à China em 2014. Em fevereiro deste mesmo ano, a Marinha dos Estados Unidos implantou uma aeronave de guerra anti-submarina (ASW) e de vigilância P-8A, na base aérea de Clark, nas Filipinas. Em paralelo, o Japão e o Vietnã estão agindo para aprimorar suas capacidades de ASW e atividades de vigilância e reconhecimento (ISR), enquanto as Filipinas estão construindo sua própria capacidade de vigilância com a ajuda do Japão e dos EUA. (DUCHÂTEL; KASAKOVA, 2015).

Além da presença militar na circunvizinhança chinesa, os EUA mantêm uma parceria de décadas com a maior preocupação securitária da China: Taiwan. Em que pese o orçamento militar da China ser muito maior que Taiwan, a ilha consegue manter sua presença estratégica no estreito da ilha, principalmente com o apoio externo de aliados. Conquanto eles reconhecem a política de “uma China”, baseada na Lei de Relações de Taiwan (TRA), os EUA fornecem continuamente artigos e serviços de defesa para a ilha poder se proteger de um possível ataque. Em 2018, os EUA anunciaram a venda de 330 milhões de dólares em equipamentos militares, sendo em grande parte peças de reposição para aeronaves. Estima-se que desde 2010, os Estados Unidos anunciaram mais de 15 bilhões de dólares em vendas de armas para Taiwan (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2019). Além disso, o telefonema que Trump fez com a presidente eleita taiwanesa Tsai Ing-wen desagradou fortemente as autoridades chinesas, pois isso representa uma retomada no diálogo entre eles em quase 40 anos de hiato. Em dezembro de 2016, o governo da China apresentou um protesto formal para os EUA, pedindo que eles cumpram com o princípio de “uma China”, de modo que não afete suas relações bilaterais

---

<sup>5</sup> Conjunto de forças militares da República Popular da China (RPC) e do Partido Comunista Chinês (PCC).

(Deutsche Welle, 2016). Isso representa um grande atrito para China, pois eles repudiam veementemente as forças separatistas da Ilha Formosa, e o apoio bélico que já existia vindo dos EUA já demonstrava uma insatisfação, e um contato entre tais autoridades poderia fomentar cada vez mais uma tentativa de contrariar a China nesse quesito.

Outrossim, uma outra parceria carrega suas preocupações com a potência comunista. O apoio norte-americano à Índia fomenta a tensão de escalada nuclear entre China, Paquistão e Índia. A tensão indo-paquistanesa e os conflitos que se espraiam a isso, é ressaltada como uma grande contenda no sul asiático influenciada por atores externos, principalmente com o apoio militar chinês ao Paquistão, alinhado com o apoio estadunidense à Índia. Especialistas nucleares norte-americanos expressaram preocupação de que o emaranhado de plataformas convencionais e nucleares e sistemas de comando e controle da China possam se infiltrar nos desdobramentos do Paquistão, somado com a alegada assistência nuclear e alinhamento da China com o país muçulmano nos anos 1970 até 1990. Do lado indiano, a crescente venda de armas estadunidenses à Índia, assim como o Pacto Nuclear em 2005 feito pelos dois países, fomentando o intercâmbio de tecnologia nuclear com finalidade pacífica dos EUA para a Índia, faz com que tanto China e Estados Unidos apoiem cada lado dessa disputa, crescendo a tensão na região sem estarem no conflito diretamente. Destarte, tanto China quanto os EUA são atores importantes na dinâmica nuclear de poder no Sul da Ásia, mesmo não estando diretamente ligados ao conflito indo-paquistanês. Abrindo precedentes para um entendimento de parceria militar sino-paquistanesa e indo-americana na seara deste conflito, mesmo de forma tácita (SAALMAN; TOPYCHKANOV, 2021).

Em questões securitárias dentro do Supercomplexo Asiático, é imprescindível tratarmos o papel do Quad, sendo este um fórum estratégico informal composto por Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos. Surgido em 2007 por iniciativa japonesa e com um hiato de 10 anos de inoperância, em 2017 as reuniões foram retomadas na gestão Trump, como grande ferramenta de tentar dirimir a influência econômica e política chinesa no Indo-Pacífico. Em 2020, o grupo já tinha realizado 5 reuniões, tentando defender a ordem liberal como forma de governança global mais adequada, mas a tônica anti-China tem sido enfraquecida, e menções mais fortes contra o país não têm sido presentes. Como podemos observar no NPR de 2018, a gestão Trump

marcou uma retórica de adversidade com a potência comunista mais claramente, e de todos os membros do atual fórum, pode-se dizer que os EUA são os que assumiram com mais clareza a potência comunista como adversária, isso visível em sua Estratégia de Segurança Nacional, Estratégia de Defesa Nacional e Relatório de Estratégia Indo-Pacífico. Não obstante, os EUA não buscam fazer do Quad um grupo anti-China, provavelmente por conta da possível resistência dos outros membros. Ter o fórum como um grupo contra a China poderia ensejar em uma desestabilização maior na região Indo-Pacífica, fazendo com que o país se prepare para um eventual conflito e isso não parece ser o desejo de alguns membros (GROSSMAN, 2020). Portanto, a questão nuclear dentro do fórum praticamente inexistente, pois nem com armas convencionais o grupo se propõe a marcar alguma presença contra a China.

Mesmo que a China tenha mísseis balísticos intercontinentais capazes de atingir o território estadunidense, os EUA não procuram ter uma relação com a China de destruição mútua assegurada (MAD), e sim uma predileção por limitação de danos. A limitação de danos, ao contrário da dissuasão, não significa impor custos ao adversário para evitar um ataque, e sim busca reduzir os custos para si mesmo em uma guerra nuclear, e eles assim o fazem por meio de capacidades de contra-força. Isso quer dizer que se a China iniciar uma crise ou conflito que aumente os riscos de escalada nuclear, os Estados Unidos terão uma disposição maior para assumir os riscos em comparação à China, por conta da sua maior capacidade de limitar os danos (TALMADGE, 2019). De todo modo, a constante presença norte-americana no Mar do Sul da China diminui a capacidade chinesa de uma capacidade de retaliação em algum ataque possível dos EUA (DUCHÂTEL; KAZAKOVA, 2015). Portanto, é visível que os EUA carregam uma capacidade de danos muito grande para a China, por conta tanto do seu arsenal nuclear potente e da sua presença nas regiões que a circundam. No entanto, dentro do marco temporal proposto, as atividades práticas atinentes ao material nuclear estadunidense apesar de serem fortes e capazes de atingir a potência comunista, ainda acontece num panorama tangencial, através dos apoios e das parcerias com os desafetos da China e de monitoramentos pelas águas litorâneas chinesas, mas estes são protegidos pela legislação de águas internacionais. É perceptível que o emprego desse belicismo só aconteceria se a China fizesse algum ataque a um aliado norte-americano no Suplercomplexo Asiático, tanto convencional ou nuclear, porém dentro do período de análise isso não foi visto.

## 2.4 Política declaratória da China na seara nuclear

Do lado chinês, as informações declaratórias sobre seu arsenal nuclear restringem-se aos seus Livros Brancos de Defesa Nacional, tendo poucos documentos mais claros sobre o manejo e uso desse material para o mundo. Como dito outrora, isso carrega uma das maiores preocupações dos Estados Unidos no que concerne às armas nucleares chinesas. A fim de esmiuçar a postura declaratória chinesa dentro da seara nuclear, serão apresentadas as análises dos Livros Brancos de 2010, 2013, 2015 e 2019 e algumas fontes midiáticas que mostram sua postura quanto a esse material bélico, e sua relação com os Estados Unidos.

Ao começar as análises do Livro Branco de 2010, é preciso enfatizar que a China carrega um tom bem mais ameno do que os Estados Unidos nas questões de segurança, isso também é refletido na seara nuclear. Essa tônica é cristalizada logo no começo, onde o país declara que está comprometido com novos conceitos de segurança e benefícios mútuos, equidade e coordenação. O regime comunista declara que almeja um quadro de segurança estável na região e no mundo, e não procura se tornar hegemônico ou expansionista, procurando uma cooperação pacífica dentro de sua política externa na base dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica<sup>6</sup>. Porém, apesar dessa postura apaziguadora, a China enfatiza logo no começo a preocupação quanto ao reforço da presença dos EUA com as suas alianças militares regionais na Ásia-Pacífico. Devido a isso e mais algumas outras adversidades, a China não poupa esforços na modernização de seu armamento nuclear e não-nuclear, e tal evolução de seu arsenal bélico é diretamente ligado ao seu crescimento econômico (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2010). A China foi uma das nações que mais cresceram economicamente nos últimos anos, fechando o ano de 2020 com o segundo maior PIB do mundo, equivalente a 15,2 trilhões de dólares, contra os EUA

---

<sup>6</sup> Concebidos no ano de 1954 juntamente com a Índia, dentro do movimento terceiro-mundista, na conjuntura dos movimentos de descolonização e da Conferência de Bandung (1955), tais princípios mostram que a ascensão chinesa perpassa não só no campo geopolítico e da economia, mas se baseia numa questão dos valores e no modelo de governança para se reger uma nação. De forma resumida, os princípios consistem em 5 pontos: 1) enfatiza a ética e os princípios morais; 2) vê o desenvolvimento, com ênfase para a construção de infraestrutura, como o caminho para a paz e estabilidade; 3) não-interferência nos assuntos internos de outros Estados, ou seja, cada sociedade deve poder decidir acerca do seu regime político e o seu caminho de desenvolvimento; 4) Prima pela estabilidade e a coletividade (valores da sociedade chinesa) acima dos interesses individuais de cada cidadão; 5) busca pela paz e ênfase no respeito à hierarquia, sobretudo no nível das estruturas político-sociais (KOTZ, 2018).

que lideram há décadas a superioridade econômica mundial, fechando com 20,8 trilhões de dólares no ano passado (TUON, 2020).

Com isso, é notório que a ascensão chinesa é um fator de preocupação para os EUA, e o fato dela também possuir armas nucleares, mas em quantidades muito menores, é um objeto de preocupação para a potência ocidental. Contudo, a China tenta sinalizar o intuito de cooperação no tocante às armas nucleares, mantendo consultas com os EUA sobre questões como não-proliferação, contraterrorismo e cooperação bilateral militar e de segurança. Endossando, no mesmo documento, a vontade de prover um mundo sem armas nucleares, dando crédito ao papel das Nações Unidas no objetivo da abolição dessa tecnologia bélica<sup>7</sup> (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2010).

No mesmo tipo de documento, porém 3 anos depois, China ressalta que Taiwan representa o maior problema securitário da China, e essa afirmação é reiterada em todos os outros Livros Brancos. Menções mais claras sobre a política nuclear chinesa nesse documento inexistem (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2013). Por sua vez, o Livro Branco de 2015 menciona mais uma vez a presença estadunidense na região da Ásia-Pacífico, que devido às mudanças econômicas e estratégicas da região, fez com que o país ocidental mantivesse sua atenção maior com seus aliados da região, suscitando preocupações no país asiático. Há menções sobre a questão do Mar do Sul da China, Japão, Nordeste Asiático e Península Coreana, onde jaz o receio da China que a instabilidade na região prejudique os interesses do país comunista no local, somado ao fato de que os EUA mantiveram de forma mais tenaz sua presença e interferência. Todavia, a fricção de Taiwan e seus movimentos separatistas representam uma tônica mais urgente para os chineses, e o documento ressalta isso ao criticar a ideia de “Taiwan independente”. Também há menções mais gerais sobre as forças separatistas pela independência do Turquestão Oriental, que carrega a problemática da minoria muçulmana uigur que vem sofrido bastante repressão dos chineses, e a ideia de “independência do Tibete”, remetendo aos conflitos que ainda respingam com a Índia sobre as questões de fronteira, porém de uma forma mais branda em comparação com os conflitos citados acima (MINISTÉRIO DA DEFESA

---

<sup>7</sup> Importante mencionar o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), criado em 1972 e ratificado em 2021. Tal acordo não foi ratificado pela China, nem Coreia do Norte e Estados Unidos. A China declara que espera os EUA ratificarem para fazer o mesmo, mas, ainda assim, a ONU considera que o tratado é um “grande sucesso” em direção a um mundo sem o perigo de armas nucleares (AGÊNCIA FRANCE-PRESSE, 2021).

CHINÊS, 2015).

No que concerne a armas nucleares, China neste documento reitera sua intenção de nunca ser o primeiro a empregar armas nucleares contra algum inimigo e não atacar potências não-nucleares e ZLANs. Mas ainda garante que a modernização, melhora do alerta estratégico, comando e controle, penetração de mísseis, reação rápida e capacidade de sobrevivência e proteção são pontos elementares para o governo chinês, e não permitirá de forma alguma que haja um ataque sem retaliação. Calcados no fato de que o objetivo estratégico nacional da China é concluir a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos até 2021, em homenagem ao centenário do Partido Comunista Chinês (PCC). Eles discorrem sobre o sonho chinês, cujo objetivo é tornar o país forte e socialmente próspero, e isso implica que as forças armadas devam ser fortes em todos os sentidos (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2015). Essa retórica mais defensiva pode ser vista no discurso de abril de 2019, onde a delegação chinesa no Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão das Partes para o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares deu um discurso com tom de preocupação e os estágios das forças chinesas teriam caso estivessem em alguma crise nuclear:

De acordo com os princípios de coordenação em tempo de paz-guerra, prontidão constante e estando preparada para lutar a qualquer momento, a China fortalece seu apoio à prontidão de combate para garantir uma resposta eficaz às ameaças de guerra e emergências. Se o país enfrentasse uma ameaça nuclear, o estado de alerta seria elevado e os preparativos para contra-ataque nuclear seriam realizados sob as ordens da Comissão Militar Central para dissuadir o inimigo de usar armas nucleares contra a China. Se o país fosse submetido a um ataque nuclear, montaria um contra-ataque resolutivo contra o inimigo (WANG YI, 2019 apud KRISTENSEN; KORDA, 2020, p. 446).

Tal ato de fala pode ser considerado assertivo, pois está informando a um agente sobre um fato a ser seguido, e caso não seja, haverá consequências negativas para o inimigo. O ator securitizante são as autoridades chinesas, a audiência os governantes estadunidenses e o objeto de referência é o Estado chinês. Dentro deste período, o contexto internacional se mostrava mais hostil em comparação aos outros anos de análise, isso endossado pelos documentos oficiais que analisamos.



Corroborando com o segundo fator de Balzacq (2011) relativo aos aspectos empíricos do processo de securitização, que é a co-dependência entre o agente e o contexto, sendo este dividido entre distal e o próximo. Neste caso, estamos tratando do distal, relativo às mudanças do cenário internacional que ambos os países apresentam em seus documentos, e, por conseguinte, a mudança de retórica vai se diferenciar de modo que o ato de fala tenha mais assertividade e importância de ser levado em conta. Ainda no segundo fator, o autor considera importante analisar materialmente os modos de produção, estrutura de classe e formação política para guiar o pesquisador a analisar as circunstâncias facilitadoras do processo securitário, isso convergindo com a mudança do cenário internacional ocorrida no período do ato de fala, no ano de 2019, em consonância com o que vimos vindo dos norte-americanos. Desse modo, o papel da percepção de ameaça deve prevalecer, mesmo que haja a importância de averiguar as materialidades concernentes aos Estados de análise. Mas ainda assim o aspecto empírico da estrutura de classe vai também ter sua validade, pois quem enuncia o ato de fala são as autoridades chinesas, e a estrutura de classe vinda deles possui poder suficiente para o sucesso deste ato de fala, devido ao fato de que detém a autoridade governamental com capital político necessário para a construção de ameaça. Destarte, os discursos de segurança operam como instruções para a construção e interpretação da situação.

No Livro Branco de 2019, o tom do país continua mais incisivo. Em consonância com o Relatório de Revisão de Postura Nuclear dos EUA de 2018, eles começam afirmando que o cenário mundial teve profundas mudanças, pois aumentou o hegemonismo, política de poder, unilateralismo e guerras regionais. Dessa vez, há uma menção direta aos EUA no que concerne suas armas nucleares, onde eles afirmam que os EUA ajustaram suas estratégias de segurança e defesa nacional e adotaram políticas unilaterais. Aumentou significativamente seus gastos com defesa, mencionando o aumento da verba para defesa nuclear, espacial, cibernética e antimísseis, minando a estabilidade estratégica global. Tal preocupação é endossada pela referência à presença maior dos EUA na Ásia-Pacífico, corroborada com a implantação do sistema Terminal High Altitude Area Defense (THAAD) na Coreia do Sul pelos EUA, o que para os chineses minou o equilíbrio estratégico regional e os interesses de segurança estratégica dos países da região. Também há uma menção ao Japão, que ajustou suas políticas militares e de segurança, ficando mais voltado

para o exterior para sua proteção militar, realizado em grande parte pelos EUA (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2019).

Mas a maior preocupação ainda se centra em Taiwan, mesmo que a China defenda intenções pacíficas de reunificação, aderindo ao princípio de “um país, dois sistemas”, reconhecendo como basilar o Consenso de 1992. Porém, desde o Governo Trump, há muitas resistências de movimentos separatistas e da interferência externa dessa questão, pela qual os EUA se imiscuem, defendem o Partido Democrático Progressista (DPP) e sua ideia de separação (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2019). A China se mostra bem preocupada com a questão da Ilha Formosa e a interferência estadunidense se cristaliza nos documentos desse país. Porém, no geral, a China se mostra disposta a dialogar e manter relações pacíficas com todos os lados deste conflito, até com a interferência externa estadunidense. Tal sentença nos mostra esse entendimento:

A China participa ativamente com os Estados Unidos no controle internacional de armas, do desarmamento e da não-proliferação. A China se opõe à corrida armamentista e se esforça para proteger o equilíbrio estratégico global e a estabilidade. Para tanto, a China assinou e aderiu a dezenas de tratados multilaterais relevantes, incluindo o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. [...] A China se opõe resolutamente às práticas erradas e atividades provocativas do lado dos EUA em relação à venda de armas para Taiwan, sanções ao Departamento de Desenvolvimento de Equipamentos da CMC e sua liderança, entrada ilegal nas águas territoriais e espaços marítimos e aéreos da China perto de ilhas e recifes relevantes alcance e reconhecimento de perto frequente. No entanto, nas relações China-EUA, a relação militar-militar permanece geralmente estável (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2019, p. 32).

Neste ato de fala, considerando o que Balzacq (2011) disserta sobre o papel contextual do processo securitário no fator empírico da co-dependência do agente e contexto, podemos enxergar as ameaças brutas (o que está "lá fora") que a China percebe vinda dos EUA, como a venda de armas para Taiwan e entrada ilegal nas águas territoriais e espaços marítimos e aéreos da China. Desse modo, a ameaça institucional (que é a fala em si do agente) vai convergir com as ameaças materiais, dialogando com o que o autor argumenta sobre como as palavras do agente securitizador precisam condizer com o contexto no qual suas ações são colocadas.

Por todo o exposto, os livros brancos de defesa nos mostram numa análise macro que China tem uma postura mais amena que os norte-americanos nas questões securitárias, e isso se reflete em toda a tônica desses documentos. Sobre questões nucleares, pouco é diretamente referenciado sobre esse fator, e as vezes que isso ocorre pode-se enxergar uma tentativa chinesa de sinalizar, unilateralmente, uma postura de cooperação com os EUA de dessecuritização das armas nucleares. O que pode ser considerado um consenso é que a questão de Taiwan é declaradamente a maior preocupação securitária chinesa, e a interferência dos EUA desagradam fortemente os chineses. Todavia, ainda assim a principal volição da China é uma negociação pacífica de reunificação, e um diálogo diplomático com os EUA para o fim da interferência externa deles nessa questão, afirmando que eles estão dispostos a caminhar cada vez mais a uma estabilização do Estreito da Taiwan. A postura mais hostil da China começa com o Livro Branco de 2015, com maior retórica defensiva em 2019, mas ainda assim não se compara com o tom estadunidense em relação às questões securitárias, e quanto às armas nucleares, praticamente não há uma menção forte de rivalidade entre os dois nesses documentos, inclusive há referências de cooperação de não-proliferação e combate ao terrorismo nessa seara. Portanto, pode-se classificar o ato de fala acima como ato de fala comissivo, pois a postura chinesa é de negociação aberta, esperando que os EUA cooperem com a estabilidade da região circunvizinha da China, mostrando-se bem dispostos a dialogarem com a potência ocidental, logo, uma tentativa de dessecuritização da tecnologia nuclear é vista. O que é necessário para o sucesso deste ato de fala é que os EUA também ajam dessa forma, consolidando o mesmo. Não obstante, esse ato de fala não se transforma em regra de compromisso, já que os EUA não aceitam o que foi proferido e se mostram preocupados com o arsenal nuclear chinês. Nesse caso, o ator (des)securizante são as autoridades chinesas, e o objeto referente é o Estado chinês, a audiência dos atos de fala chineses são as autoridades norte-americanas, e a tentativa de dessecuritização por parte da China não é deferida pelo fato da não-aceitação do ato de fala comissivo por parte da potência ocidental. A dessecuritização para a teoria de Buzan, Waeber e Wilde é a opção ideal de longo prazo, uma vez que tal circunstância implicaria na ausência de problemas que necessitem de contramedidas, sendo esse o resultado buscado pela China com esse ato de fala (BUZAN; WAEVER, WILDE, 1998). Nesse caso, as condições facilitadoras para a

China não se fazem presentes, pelo fato de ainda os EUA terem uma superioridade política que os favorece, de modo que eles tenham capital político para recusar tal tentativa de dessecuritizar. Essa tentativa de dessecuritizar é conformada pelo acirramento dos demais problemas de segurança entre os dois países. Tendo em jogo o quadro onde há a chance do uso de armas nucleares caso haja um confronto direto entre China e EUA, relativo às questões fronteiriças do Mar do Sul da China, à independência de Taiwan e à segurança dos aliados estadunidenses. Os EUA como não acreditam na política de No First Use da China, ajudam a construir o típico dilema de segurança, pois há a declaração chinesa de uso apenas defensivo, mas os EUA pensam que ela não hesitaria em usar em algum conflito convencional, acarretando na escalada nuclear. Calcado nesse raciocínio, quanto maior forem os pontos de alteração, maior o potencial de conflito, e, por conseguinte, maior chance de que as armas nucleares tenham um papel na ameaça de perigo, não necessariamente no emprego efetivo. Logo, essa tentativa de dessecuritização advém da vontade da China de não querer fortalecer esse dilema de segurança.

A China ainda carrega em sua postura defensiva um discurso mais forte, como pôde ser observado no primeiro ato de fala apresentado. Não obstante, esse ato de fala precisaria da aquiescência da audiência – os Estados Unidos – de aceitar a ameaça, mas a potência ocidental carrega uma superioridade política e econômica que a possibilita fazer temer mais que a China. Isso refletido nos documentos analisados, onde uma retórica mais incisiva dos EUA se faz presente. Mas ainda assim, a capacidade retaliatória chinesa se mostra factível em suas declarações. Não obstante, ambos os Estados partilham da vontade de impedir que a Coreia do Norte enriqueça e promova seu arsenal nuclear, mesmo que o regime de Kim Jog-un tenha relações amistosas com a potência comunista. Por outro lado, é necessário apresentar uma fricção que tem a ver com o desejo dos países detentores de armas nucleares a colaborarem para um mundo sem esse material bélico, endossado pelos documentos que analisamos de EUA e China. Em consonância com o que foi dissertado acima sobre a controvérsia do desejo de encerrar a proliferação vertical das grandes potências nucleares, as negociações em junho de 2020 do tratado Novo Start III foram um retrato desse imbróglio. Esse tratado consiste em um foro que visa encontros para organizar uma redução de armas nucleares, e a China neste não compareceu e ainda foi ironizada pelas autoridades norte-americanas. Tal ausência

foi justificada por Fu Cong, diretor do Departamento de Controle de Armas do Ministério das Relações Exteriores da China. Ele afirmou que se os EUA estivessem dispostos a baixar seu arsenal nuclear aos patamares chineses, a China estaria disposta a participar, mas há uma descrença de que isso possa ocorrer. Diante disso, foram várias as provocações dirigidas a Pequim. Os EUA ironicamente incluíram cadeiras e bandeiras chinesas para encenar que Pequim estaria se recusando a discutir as armas nucleares (HORA DO POVO, 2020). Em diálogo com tais críticas, logo após os EUA lançaram o Relatório de Revisão de Postura Nuclear em 2018, o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China afirmou em fevereiro daquele ano, que os Estados Unidos já têm o maior arsenal nuclear do mundo e que aumentar esse poder vai tornar mais provável o uso de bombas atômicas, reiterando a crítica de que na verdade há uma incerteza de que a potência ocidental queira realmente diminuir o arsenal mundial nuclear (G1, 2018).

## **2.5 Atividades práticas concernentes ao arsenal nuclear chinês**

Primeiramente, é medular começar esta seção afirmando que a China já entrou em paridade com os EUA em diversos setores de modernização militar, como de construção naval, mísseis balísticos convencionais baseados em terra e em cruzeiros e sistemas integrados de defesa aérea. Outrossim, acredita-se que em algumas áreas a China já chega a ultrapassar os EUA, e sua a força total militar chinesa já chega a aproximadamente 2 milhões de efetivos nas forças regulares (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2020). Para termos um panorama visível sobre as atividades bélicas nucleares chinesas, primeiramente vamos aclarar a quantidade estimada de ogivas nucleares chinesas, para que se observe e visualize um panorama comparativo com os norte-americanos. Relembrando, o estoque exato de material bélico nuclear de cada país é segredo de Estado, e as estimativas que existem sobre a quantidade exata de armas nucleares de cada país são apenas previsões feitas por órgãos reguladores e de pesquisas da área. Estima-se que a China tenha aproximadamente 350 ogivas nucleares ao todo, mas apenas 272 são atribuídas para forças operacionais, e as outras 78 ogivas tenham sido produzidas ou em produção para armas em processo de colocação em campo (FEDERAÇÃO DE CIENTISTAS AMERICANOS, 2021).

Estima-se que a China já detém a tríade nuclear, mas a Agência de Inteligência de Defesa dos Estados Unidos (DIA) afirma que a China não pode ser considerada ainda detentora desta tecnologia diversificada até que um bombardeiro estratégico entre em serviço na Força Aérea do ELP (ChinaPower, 2020). Nos últimos anos, estima-se que a China lançou dois mísseis balísticos de médio e intermediário alcances, chamados DF-21 e DF-26. Este último, em 2018, foi implantado como um novo míssil balístico de alcance intermediário DF-26 de dupla capacidade, que tem um alcance máximo estimado superior a 4000 km e pode atingir alvos no oeste do Oceano Pacífico (KILE; KRISTENSEN, 2020). Assim como um ICBM, chamado DF-31AG, que é uma variante do DF-31A, sendo este o principal ICBM implantado na última década, capaz de alcançar alvos de risco no território estadunidense. Nas últimas décadas, o país comunista também desenvolveu o DF-41, o novo ICBM roadmobile capaz de transportar várias ogivas independentes (MIRVs). Ademais, a China parece estar fabricando ICBMs baseados em reservatórios fechados, chamados silos, e, como grande feito, o país está modernizando seus sistemas de comando e controle (C2) para operar suas forças nucleares de forma eficaz em um conflito (TALMADGE, 2019). Imagens de código aberto em 2019 indicaram que o país estava construindo um novo tipo de silo em uma área de treinamento de mísseis perto de Jilantai, no norte da China, possivelmente para o DF-41. Os lançadores DF-41 operaram na área de treinamento de Jilantai entre abril e maio de 2019 e foram exibidos publicamente durante o desfile anual do Dia Nacional realizado em Pequim em outubro de 2019. Desde 2012, estima-se que houve 10 testes de voo conhecidos do DF-41 (KILE; KRISTENSEN, 2020).

Embora muito menor que as forças em terra, a parte marítima também é muito potente. O país detém atualmente quatro submarinos de SSBN, chamados Type 094, e há estimas que dois estão atualmente em construção. Cada um desses submarinos tem a capacidade de carregar 12 mísseis balísticos. Alguns especialistas acreditam que a China já pode estar trabalhando em uma nova geração de submarinos, como o Type 096 SSBN, capaz de carregar um míssil JL-3 de longo alcance. Eles já realizaram os primeiros testes deste míssil, capaz de alcançar a costa noroeste dos EUA dentro da sua primeira cadeia de ilhas (TALMADGE, 2019). Em 2019, o Departamento de Defesa dos EUA avaliou que a construção provavelmente começaria no início de 2020. Os parâmetros do projeto são variados amplamente

pelos relatórios, mas é estimado que o novo submarino seja maior e mais silencioso do que o Tipo 094 e possa ser equipado com mais tubos de lançamento de mísseis (KILE; KRISTENSEN, 2020). Um dos maiores reveses na parte marítima nuclear da China é o ruído, sendo agravado pelas constantes operações de vigilância com o componente de ASW (DUCHÂTEL; KASAKOVA, 2015). Por último, na parte aérea, a China conduziu muitos de seus testes com bombas gravitacionais e estima-se que eles possuem um estoque de 20 ogivas nucleares aéreas (TALMADGE, 2019). No entanto, o componente aéreo da dissuasão estratégica da China ainda é visto com baixa prioridade. A Força Aérea do ELP está atualmente desenvolvendo um novo bombardeiro estratégico subsônico com capacidade nuclear, o Xian H-20, que se assemelha muito ao bombardeiro americano B-2 Spirit. Seu lançamento está estimado para 2025 e pode ter um alcance de até 8.500 km (ChinaPower, 2020).

Em que pese o pouco número em relação ao patamar estadunidense, o principal objetivo da estratégia chinesa é ter certeza de que sua dissuasão mínima nuclear pode sobreviver a um primeiro ataque, e, por isso, utiliza consideráveis recursos em modernização e busca esconder seus mísseis em terra. Essa questão da prontidão do arsenal bélico chinês representa um alerta para o Pentágono de que a China possa adotar uma postura de “lançamento em alerta” no futuro. A potência comunista já mantém vários radares em fase de grande porte em terra que auxiliam suas capacidades de alerta precoce e também já está desenvolvendo uma capacidade de alerta antecipada com base no espaço (KRISTENSEN; KORDA, 2020). Os avanços das capacidades de inteligência dos EUA, vigilância e reconhecimento, assim como em armas convencionais foram motores deflagrantes da mudança da China de fabricar mísseis móveis com maior capacidade de sobrevivência (KILE; KRISTENSEN, 2020). Desse modo, é visível que ambos os Estados possuem preocupações com o arsenal nuclear um do outro, receando que tais armas possam os afetar de alguma forma, ou algum de seus aliados.

A maior preocupação dos EUA é que as melhorias no arsenal nuclear da China diminuirão o poder dos EUA de reduzir danos em um cenário de uma guerra nuclear com a China. Embora alguns analistas afirmem que o conflito é muito improvável de ocorrer, outros analistas vislumbram a possibilidade de confrontos ou mesmo guerras nos Mares do Leste ou do Sul da China, ou por causa de Taiwan. Alguns aliados dos EUA, como o Japão, já expressaram preocupações de que um arsenal nuclear chinês

mais forte poderia enfraquecer a capacidade de dissuasão estendida dos EUA, impedindo-os de defender o Japão se ele sofrer um ataque chinês. Desse modo, a modernização nuclear da China é preocupante para os EUA, pois pode dirimir a capacidade estadunidense de limitar os danos em caso de uma escalada nuclear com os chineses. O país ocidental pode temer que as suas armas possam ser incapazes de impedir que a China de cometer alguma agressão convencional contra aliados ou parceiros norte-americanos. Se a China se mostrar um ator com vantagens militares convencionais locais, as melhorias em seu armamento nuclear podem encorajar uma agressão chinesa (TALMADGE, 2019).

A China atualmente possui cinco Zonas ou Teatros de Comando: Norte, Sul, Leste, Oeste e Central. Elas são responsáveis por desenvolver estratégias de comando específicas destinadas a se preparar para um conflito, desenvolver planos operacionais conjuntos e capacidades militares, responder a crises e resguardar a soberania e estabilidade dos territórios. O Comando do Leste comporta regiões de extrema importância para a China, onde abriga conflitos históricos do país há anos: Japão, Mar do Leste da China e Taiwan. Em 2018, esse teatro foi palco de séries de treinamento e exercícios para melhorar as operações conjuntas e preparações para combate (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2019). No ano seguinte, os EUA estimaram que a China implantou um total de 90 ICBMs. O governo chinês reestrutura e moderniza forças armadas sob um sistema de comando simplificado, deixando a cargo da Força de Foguetes do Exército de Libertação do Povo (PLARF) assumir a força central de dissuasão estratégica, tendo a responsabilidade de comando por todas as forças nucleares e do controle operacional e custódia das ogivas nucleares do país (KILE, KRISTENSEN, 2020).

Dentro do Comando do Leste, a China possui três grupos de exército, uma frota naval, duas brigadas marítimas, duas bases de força aérea e uma base de míssil. O fato de Taiwan estar dentro deste teatro, tais operações constroem um panorama hostil para os dois lados, que perdura há décadas desde o fim da guerra contra os nacionalistas, que perderam para os comunistas e se refugiaram na ilha desde então. Desde que a presidente Tsai Ing-wen foi eleita em 2016, China criou mais fricções com a ilha, e busca incessantemente que eles aceitem o Consenso de 1992 e adiram ao princípio de “uma China”, o que foi reafirmado pelo presidente Xi Jinping no relatório do 19º Congresso do Partido Comunista. Devido à recalcitrância do governo taiwanês



de endossar o pacto com a China continental, eles vêm sofrendo uma série de restrições em negociações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Interpol. Ademais, o ELP se prepara continuamente para uma contingência com Taiwan, e, para isso, a China aumentou os exercícios militares nas vizinhanças da ilha, incluindo voos de circunavegação e exercícios navais no Mar do Leste da China, com a declaração explícita que está disposta a usar a força caso as forças separatistas se intensifiquem (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2019).

Em abril de 2019, o ELP realizou um treinamento conjunto no leste de Taiwan, sob a afirmação de que seria para se preparar para um ataque marítimo. Tal operação englobou bombardeiros, caças, bloqueio eletrônico e aeronaves de ISR circundando Taiwan. Em março deste mesmo ano, dois combatentes J-11 cruzaram a linha não oficial do Estreito de Taiwan, sendo esta a primeira vez desde 1999. Nesse mesmo mês e ano, a Força Aérea do ELP realizou uma brigada de caça com sua quinta geração de J-20s, com o intuito de melhorar sua capacidade de responder aos EUA e aeronaves aliadas na área (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2020). Assim como no Mar do Leste Chinês, há o impasse com o Japão pela soberania das Ilhas Senkaku, que também têm sido alvo de vigilância da China, onde em 2018 quatro navios da Guarda Costeira rondaram as águas territoriais da ilha, chegando até ter a presença de um submarino de propulsão nuclear PLAN Shang nas proximidades das ilhas em janeiro daquele ano. Os EUA procuram não se intrometer nesse imbróglio, mas garantem que defendem a soberania japonesa das ilhas. Não obstante, em maio de 2018 durante a visita do premiê Li Keqiang ao Japão, a assinatura do Mecanismo de Comunicação Marítima e Aérea garantiu um quadro pacífico entre China e Japão caso haja encontros acidentais (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2019).

Outro Teatro de Comando de suma importância é o do sul, abrangendo o Mar do Sul da China e o Sudeste Asiático. Esse comando é responsável por proteger o Mar do Leste Chinês, auxiliando o Comando do Teatro do Leste em uma possível invasão de Taiwan, respondendo a disputas territoriais e estabelecendo a segurança das linhas de comunicação marítimas consideradas vitais para as ambições globais da China (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2020). Essa área comporta a conhecida altercação de grande veiculação midiática internacional: as atividades chinesas com vistas a garantir a soberania destes territórios. Um tribunal que tratava da reclamação das Filipinas sob a Convenção do Direito do Mar decidiu em julho de

2016 contra as reivindicações da China de "direitos históricos" sobre o Mar do Leste Chinês abrangidos pela "linha de nove traços", afirmando que não ela pode exceder os seus direitos marítimos dentro da Convenção sobre o Direito do Mar. Conquanto a decisão tenha sido desfavorável à China, o país continua a usar táticas coercitivas, incluindo o emprego de navios militares e paramilitares do ELP em prol de seus interesses (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2019). Desde o início de 2018, a China implantou postos equipados com sistemas avançados de mísseis antinavio e antiaéreos nas Ilhas Spratly, representando os mais capazes sistemas de armas terrestres implantados por qualquer requerente do Mar do Leste da China. Do início de 2018 ao final de 2019, o país utilizou regularmente esses postos para apoiar as operações navais e de guarda costeira no Mar do Sul da China. Outrossim, construiu uma robusta infraestrutura militar composta por instalações de aviação, instalações portuárias, posições de armas fixas, quartéis, edifícios administrativos e instalações de comunicação em seus três maiores postos avançados (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2020). As ilhas artificiais da China podem ter um papel a desempenhar no apoio a tal cenário. No Fórum de Xiangshan em Pequim em novembro de 2014, um oficial sênior da Força Aérea do ELP explicou a importância de terras no contexto da necessidade de uma base para apoiar o sistema de radar e atividades de coleta de inteligência. Essas instalações no Mar do Sul da China dificultariam as atividades de vigilância dos Estados Unidos, embora sejam altamente vulneráveis em um cenário de conflito militar (DUCHÂTEL; KASAKOVA, 2015). A potência comunista justifica que a presença militar de outros países no Mar do Leste Chinês é um desafio à sua soberania, e por isso, continua a escalar táticas coercitivas para fazer cumprir suas reivindicações nesse local (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2020).

O Teatro de Comando do Oeste abrange a região da Índia e missões contra terroristas. Esta é uma parte também muito significativa, pois os dois países já travaram guerras de fronteira, cujos desdobramentos ainda se fazem presentes. Ambos os Estados detentores de armas nucleares já guerrearam em 1962, assim como tiveram outros conflitos menores nos anos seguintes. Com a vitória da China, o status quo da região de Aksai Chin e Arunachal Pradesh dentro do Tibete se manteve, favorecendo a potência comunista devido sua superioridade bélica, tanto de armas convencionais quanto nucleares, apesar de nunca ter sido usado armas nucleares

entre os dois países. Muitas reuniões bilaterais são feitas entre as autoridades indianas e chinesas com vistas a pacificar suas fronteiras. Em abril de 2018, o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Narendra Modi expressaram apoio a uma resolução sobre a fronteira em uma reunião informal. Sete meses depois, os “gigantes asiáticos” retomaram seu diálogo de defesa anual, seguido por uma reunião de representantes especiais na fronteira co-presidida pelo Conselheiro de Segurança Nacional indiano Ajit Doval e o Conselheiro de Estado chinês Wang Yi (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2019). Analistas indicam que a China procura se desvencilhar do “triângulo nuclear no sul asiático”, tentando se manter distante da escalada de conflitos existentes de Índia e Paquistão, que possuem beligerâncias históricas maiores por conta da Caxemira. Em 2020, em quase 50 entrevistas com especialistas chineses durante a mais recente crise na fronteira entre a China e a Índia, todos os entrevistados duvidaram do impacto da China nas questões nucleares do sul da Ásia. Ademais, nenhum fez uma ligação direta entre as tensões atuais ou passadas na fronteira entre a China e a Índia e a escalada nuclear, muito menos falando de dissuasão. Atualmente a situação se encontra relativamente estável, apesar do pequeno conflito ocorrido em junho de 2020, que deixou pelo menos 20 soldados indianos mortos. Contudo, a questão nuclear entre esses países não ganha foco, calcado principalmente nos princípios de ambos de não serem os primeiros a usarem armas nucleares, assim como acreditarem que a dissuasão mínima é o necessário para eles (SAALMAN, 2020).

Em seguida, o Teatro do Comando do Norte também é muito importante e com grande presença militar chinesa, pois engloba a Península Coreana, Mar Amarelo e a fronteira com a Rússia e Mongólia. Nessa região estão instalados três grupos de exército, uma frota naval, duas brigadas marinhas, duas bases da Força Aérea, uma base da Força de Foguetes e unidades que conduzem operações de segurança interna. Em que pese as relações com a Coreia do Norte terem tensionado um pouco em 2017 por conta dos testes nucleares do regime norte-coreano, suas relações são relativamente amistosas, principalmente depois do apoio chinês às aplicações de sanção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no mesmo ano. Inclusive, em 2017, a China endossou que não defenderia a Coreia do Norte caso Pyongyang lançasse algum ataque unilateral aos EUA (USIP, 2019). A China almeja para a Península Coreana estabilidade, desnuclearização e a ausência de forças dos

EUA perto da fronteira chinesa, e para isso, Xi Jinping teve três reuniões com o líder norte-coreano em 2018, somado a várias reuniões oficiais de nível inferior na Coreia do Norte e na China, como também em 2019. Ademais, eles retomaram a diplomacia militar em grande escala, que incluiu a participação norte-coreana na revisão da frota internacional da Marinha do ELP e várias reuniões entre oficiais militares (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2020). Os interesses chineses incluem a prevenção do declínio da Coreia do Norte e a paz na península. O ELP faz treinamentos militares em preparação para uma contingência na Península Coreana, incluindo eventos de treinamento aéreo, terrestre, marítimo e de defesa química, mostrando que, caso seja necessário, eles estão prontos para conflitar com Kim Jong-un e fincar seus interesses. Por último, temos o Teatro de Comando Central. Ele é responsável pela defesa de Pequim, proporcionando segurança para a liderança e faz o papel de reserva estratégica para os demais Teatros de Comando. Esta parte compõe três grupos de exércitos, duas bases da Força Aérea e uma base da Força de Foguetes. Em que pese possuir responsabilidades costeiras, não possui forças navais subordinadas (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2019). Por todo o exposto, é perceptível que a China não mede esforços em marcar presença nessas regiões, e se mostram imponentes para contemplar seus interesses. Alguns Teatros de Comando como o do Leste e o Sul, palcos de conflitos delicados para o país, estão repletos dos três tipos de forças militares com vistas a auferir ganhos e garantir seus interesses, com a presença de algumas armas nucleares para fortalecer esse objetivo. Nos outros teatros, devido ao fato de que não há fricções mais prementes a serem sanadas, não há uma presença militar massiva, mas eles se mostram atentos e dispostos a demonstrar sua força caso seja necessário.

## **2.6 A influência da China e dos EUA no contexto nuclear dentro do Supercomplexo Asiático**

Devido à centralidade acima colocada da questão nuclear da China e dos Estados Unidos, tal seção se faz necessária com vistas a explicitar qual papel exato que esses dois países possuem quando se trata de armas nucleares na região que estamos analisando. Para isso, é necessário retornarmos à abordagem dos CRSs, pois nos ilustra pela ótica de amizade e inimizade, seus padrões de alianças e onde

a política nuclear entra no Supercomplexo Asiático. Tal como na estética há a cisão entre o belo e o feio, a esfera política é diferenciada também pela distinção entre amigo e inimigo, sendo isto fulcral na análise construtivista e em diálogo com a teoria da securitização. Os autores da Escola de Copenhague enxertam no conceito de segurança a dicotomia entre amigo e inimigo, atribuindo o grau de intensidade securitário calcado nessa relação. Isso possibilitou alargar as análises securitárias para outros temas, fazendo com que seus estudos funcionem como uma tática política do ator securizante para levantar questões de segurança de acordo com sua volição. Em diálogo com o que discorremos anteriormente sobre o fato de que essa teoria construtivista é uma ferramenta política do enunciador, tendo a possibilidade de levantar o que ele almeja como sendo uma questão de segurança (CARMALI, 2008). Conforme dito na seção anterior, há um panorama tangencial existente na relação entre os dois países no que concerne às armas nucleares, não sendo visto ainda um uso direto desse armamento entre EUA e China para defender seus interesses no complexo que estamos estudando.

O papel da política nuclear realizado por EUA e China se faz presente no Complexo do Sul da Ásia, derivados dos conflitos indo-paquistaneses. Índia e Paquistão são Estados de grande projeção política e bélica, mas possuem arsenal nuclear reduzido. A seu turno, tanto China quanto Estados Unidos são atores de influência no auxílio de parcerias de suprimento de armas. Os Estados Unidos nos anos 50 usaram o Paquistão como um Estado parceiro para a contenção de desafetos na Ásia, integrando parte de sua cadeia de alianças dentro do continente. Porém, nos anos 70 eles se mostraram bastante refratários quanto ao recrudescimento de armas nucleares desse país, assim como em todos os países do continente asiático. Não obstante, na década seguinte, eles retomaram a aliança para dirimir a influência soviética no Afeganistão, usando o Paquistão como um Estado parceiro para enfraquecer seu inimigo principal da Guerra Fria. Essa ligação foi consolidada com fornecimento de armas para o país muçulmano e manobras navais norte-americanas na Baía de Bengala durante a Guerra Indo-Paquistanesa em 1971, ocasionando preocupações na Índia. Devido a isso, a associação indo-soviética foi formalmente consolidada como uma aliança em 1971, cujos desdobramentos já eram iniciados nos anos 60. A Guerra Sino-Indiana em 1962 apenas reforçou a tendência da Índia com o regime soviético e, por outro lado, cimentou o relacionamento China-Paquistão. Dessa

maneira, os padrões de nível global dentro do Sul da Ásia eram baseados em alianças calcadas nas rivalidades EUA-URSS e China-URSS (BUZAN; WAEVER, 2003).

Com a intensificação do conflito da Caxemira, sendo isto uma marca profunda na contenda indo-paquistanesa, ambos os países enriqueceram seus arsenais nucleares. A China apoiava o Paquistão com o objetivo de se igualar à Índia em termos dessa tecnologia, e a Índia receava e declarava sua ameaça vinda da China, sendo esta retórica usada como justificativa para a evolução de seu programa nuclear, mais do que a rivalidade com o Paquistão. Entretanto, o apoio chinês era tácito devido à islamização da política paquistanesa, sendo visto como algo negativo por conta dos problemas das minorias muçulmanas em território chinês. Ademais, o apoio estadunidense para o Paquistão também fortaleceu o país na seara bélica, mesmo que eles fossem declaradamente contra sua evolução do programa nuclear. Do lado indiano, houve bastante suprimento militar vindo da URSS, porém, com a implosão do regime em 1991, tal apoio foi cessado (BUZAN; WAEVER, 2003).

Com o desvanecer do regime soviético e, conseqüentemente, o encerramento da invasão ao Afeganistão, o apoio norte-americano na seara bélica ao Paquistão terminou com a promulgação da emenda Pressler em 1990. Porém, em pouco tempo após o término da URSS, a parceria da Índia com agora, a Rússia, voltou a acontecer, e o padrão de ajuda e suprimentos voltou a se intensificar. Por outro lado, a relação dos Estados Unidos com a Índia friccionou por conta da questão dos Direitos Humanos e a vontade de não haver recrudescimento bélico nuclear no continente asiático, sofrendo boicote dos norte-americanos desde o seu primeiro teste nuclear em maio de 1974. Destarte, o papel dos norte-americanos na região se tornou ambivalente, pois ao mesmo tempo eles não queriam a proliferação horizontal de armas nucleares, para eles era importante conter a influência de seus desafetos na região, em especial a Rússia e a China (BUZAN; WAEVER 2003).

Devido a essa ambivalência, era medular para os EUA conterem o poder de seus oponentes geopolíticos na Ásia. A China, que no início do século XXI começou a ganhar bastante poder político e econômico, ocasionou uma mudança de percepção dos norte-americanos no trato de armas nucleares de alguns Estados asiáticos. A Índia, sendo um inimigo histórico da China, poderia fornecer um contrapeso fulcral para a influência chinesa no território. Em que pese as inúmeras tentativas dos EUA de enfraquecer a Índia no enriquecimento de armas nucleares, o Acordo Nuclear Civil

entre Índia e Estados Unidos em 2005 consolidou uma contradição dessa retórica. Em quase 30 anos de boicote ao seu programa nuclear, a visita do ex-presidente George W. Bush à Índia promulgou o tratado de cooperação nuclear civil entre esses dois países. Os EUA declararam à época que o governo indiano tinha o direito de obter independência energética, possibilitando a importação da tecnologia nuclear norte-americana, a venda dos EUA de um sistema bélico de alta tecnologia para a Índia e a possibilidade do país de escolher quais estações nucleares estariam sujeitas a inspeções do AIEA. Tal acordo sofreu grandes críticas de muitas autoridades e fontes midiáticas, afirmando que a Índia não era signatária do TNP, e, mesmo que fosse, isso engendraria mais crescimento deste armamento, ferindo completamente o regime de não-proliferação. Como também poderia ensejar outros países a enriquecerem seus programas nucleares, como o caso do Irã e Coreia do Norte. Ademais, tal tratado foi claramente lido como uma tentativa de frear a influência crescente dos países que poderiam afetar os interesses norte-americanos, nesse caso, a China (Deutsche Welle, 2006).

Desse modo, pode-se enxergar que dependendo dos fins almejados pelos Estados no que concerne à posse de tecnologia nuclear, a mudança de percepção pode acontecer facilmente. Como dito acima, os EUA sempre se mostraram com uma retórica refratária ao aumento de armas nucleares nos países da Ásia, até mesmo quando eles apoiavam o Paquistão. Porém, com o aumento da projeção de poder da China no continente, e o aumento na percepção estadunidenses de que o poderio chinês constituiria uma ameaça aos EUA, a potência ocidental viu nesse acordo uma forma de dirimir a influência da potência comunista na região, fortalecendo um inimigo histórico chinês. Portanto, o papel da China e dos Estados Unidos no tocante às armas nucleares dentro do Supercomplexo Asiático acontece de forma indireta, através de apoios e acordos bilaterais com os desafetos de cada um. Desse modo, por mais que não tenha havido um conflito direto sino-estadunidense com uso desse armamento, tais ações tangenciais mostram que ambos os Estados enxergam no arsenal bélico nuclear do inimigo um perigo a ser solucionado, e ações para enfraquecer seus desafetos nesse quesito são claramente feitas.

Em relação aos outros complexos que formam o Supercomplexo Asiático, a questão nuclear envolvendo a China e os EUA ainda se faz presente. Em relação ao Complexo do Nordeste Asiático, como vimos no capítulo anterior tratando das

relações de amizade e inimizade na região, o Japão, Coreia do Sul e Taiwan marcam o padrão de alianças formado pelos EUA para conter o poderio comunista na Guerra Fria. Como já visto, o Japão marca um revés enorme para a China de décadas como um inimigo a ser enfrentado, com o qual já guerreou duas vezes, uma vez em 1894 e outra em 1937. Apesar disso, após a Segunda Guerra Mundial e a derrota acachapante que o Japão sofreu dos Aliados<sup>8</sup>, o país insular adotou uma postura de não-militarização, ficando sob às salvaguardas do Ocidente em relação à sua proteção a possíveis ameaças. De tal modo, a projeção chinesa na Guerra Fria com a consolidação do seu regime comunista marca uma contraposição para o Japão devido ao seu sistema político capitalista e seu passado beligerante com a China. Mesmo com essa dicotomia, ainda há uma forte resistência do Japão de se militarizar contra a potência comunista, devido às questões estruturais e históricas que o faz aderir ao *status quo*, e uma aquisição de armas nucleares desencadearia uma forte resistência chinesa e estadunidense. Dois anos após a Segunda Guerra Mundial, o Japão instaurou sua Constituição de 1947, onde no artigo 9º, afirma-se que o país não é mais autorizado a fazer guerras, e também o proíbe de construir Forças Armadas de qualquer tipo, muito menos montar um programa nuclear bélico. Tal caminho é sustentado pelo pensamento de que com a nova postura pacifista após a derrota na Segunda Guerra Mundial, o Japão com o auxílio dos EUA encaminhariam para um crescimento econômico vultoso sob a proteção militar do mesmo (OLIVEIRA, 2017). Mas tentativas recentes foram empreendidas pelo governo japonês com vistas a reinterpretar o artigo 9º. Em maio de 2014, o ex-primeiro-ministro Shinzo Abe fez um pedido de revisão aos limites jurídicos sobre a capacidade do exército de combater no exterior. Segundo ele, é preciso iniciar uma reforma completa na política de defesa, restringida há décadas pela Constituição, permitindo lidar com o novo cenário geopolítico mundial, em especial o conflito marítimo com a China e a ameaça nuclear da Coreia do Norte. Se isso acontecer, o Japão poderia socorrer os EUA ou outro aliado. Abe recebeu formalmente o relatório de uma comissão de especialistas nomeada pelo governo, defendendo uma reinterpretação da Constituição de modo a permitir o uso da força militar em defesa de outros países. Porém, tais tentativas de mudança sofreram resistências de alguns membros da coalizão governante, sendo

---

<sup>8</sup> Na Segunda Guerra Mundial, os Aliados eram formados pelos Estados Unidos, União Soviética, França, Reino Unido e China somados aos seus parceiros contra o Eixo, constituídos pela Alemanha, Japão e Itália.



preciso ter um consenso para obter aprovação no Gabinete (REINOSO, 2014). Desse modo, uma revisão do artigo 9º não parece viável, especialmente pelo fato de que o partido Komeito defende declaradamente uma postura pacifista do Japão, que faz parte da coligação governamental. As alterações para uma reforma constitucional exige uma maioria de dois terços nas câmaras japonesas e uma maioria referendada popular, fazendo com que a Constituição japonesa seja uma das mais difíceis de modificar no mundo (CHELLANEY, 2015).

## 2.7 Conclusão

É conspícuo que a política declaratória de ambos os países, em comparação com as atividades práticas concernentes à política nuclear acarretam em questões de pertinentes análises. Apesar do NPR de 2010 apresentar uma tônica mais branda sobre questões securitárias em relação à China e suas armas nucleares, dentro desse período, as atividades práticas atinentes a esse tipo de armamento cristalizam uma preocupação e prontidão de ação do governo norte-americano. Diante dos atos de fala estadunidenses (enunciados, primordialmente, nos chamados *Nuclear Posture Review*) e das práticas nucleares dos EUA aqui analisadas, é possível identificar um movimento de securitização da tecnologia nuclear (com finalidade bélica) da China por parte das autoridades de defesa dos EUA. Esmiuçando o NPR de 2018, o ato de fala assertivo provindo dos EUA marca uma retórica de percepção de ameaça por parte do arsenal nuclear chinês devido à sua modernização constante e falta de transparência. Tais declarações possibilitam que processos de securitização sejam deferidos, ficando uma regra de instrução, pois os EUA detêm condições mais eficientes de impor sua posição em comparação com a China, devido à sua superioridade política e econômica, enquadrados nos aspectos contextuais concernentes às condições facilitadoras da teoria da securitização. Por sua vez, uma tentativa de dessecuritização no ato de fala comissivo presente nos documentos chineses não tem sido bem sucedida, uma vez que as autoridades de defesa dos EUA não acreditam na postura pacifista chinesa e as regras de promessa não se concretizam. O que pode ser visto no fato de que a potência ocidental enxerga no arsenal nuclear chinês um problema a ser sanado, o que é confirmado pelas ações que o governo dos EUA realizam para impedir que seus aliados asiáticos sejam

prejudicados. Em consonância com a teoria construtivista da Escola de Copenhague, a contribuição das análises pelo prisma dos CRSs nos guia em observar com clareza as relações de amizade e inimizade dentro do Supercomplexo Asiático, e o que exatamente irá afetar os Estados Unidos e a China na seara nuclear de forma a sustentar como a percepção de perigo é observada pelas autoridades desses países, em diálogo com a teoria da securitização. Ao começar o capítulo, é possível vermos que ambos os NPRs de 2010 e 2018 dos EUA nos mostram que há o desejo de que armas nucleares sejam banidas do cenário internacional, e que eles almejam uma parceria das potências nuclearmente armadas com vistas a promover isso. Entretanto, é necessário enxergar as nuances presentes nessa declaração, fundamentadas nas diferenças entre proliferação vertical e horizontal. Há um consenso entre os dois países de não haver mais proliferação horizontal, porém, quanto à vertical existe a inflexão quanto às armas nucleares que já existem pertencentes às grandes potências nucleares. Existe o pensamento de abolir tais armamentos arregimentados no TNP, todavia, o que se observa é uma tentativa *ad eternum* do cumprimento do artigo 6º. Corroborado com o fato de que nas reuniões do START, o que se observa é uma eliminação de armas nucleares que já foram aposentadas, sendo isto objeto de crítica pela China de não aceitar fazer o mesmo, uma vez que eles possuem um arsenal bem reduzido e quem deveria estar diminuindo seu arsenal nuclear não o faz.

O NPR de 2018 apresenta diferenças fulcrais de postura dentro da gestão Trump, reforçados pela mudança que o cenário internacional sofreu no que concerne à sua estabilidade pacífica. Especialmente no caso da China, o relatório é mais incisivo e faz menções mais fortes sobre o arsenal nuclear chinês, afirmando que sua modernização e falta de transparência são os motores causadores de receios e preocupações aos EUA. Isso também é mencionado no relatório de 2010, mas em uma entonação mais branda, mostrando que é realmente um fator de preocupação ao governo norte-americano independente do partido que está no poder. A diferença de percepção no de 2018 se mostra no ato de fala que apresentamos acima concernente à China e suas armas de destruição em massa, pois dessa vez pode-se enxergar um tom mais assertivo das autoridades norte-americanas, afirmando que eles estão prontos para entrar em um conflito com a potência comunista caso haja um ataque nuclear ou não-nuclear aos EUA e a seus aliados asiáticos, sendo estes desafetos da China de muitos anos. Alimentado em grande parte pela crescente modernização e

falta de transparência chinesa em seu arsenal nuclear, sendo esta a maior preocupação estadunidense sobre esse tema. O processo ao gerar uma regra de instrução, instrui à audiência o que ele almeja que ele faça, deferindo o processo de securitização onde a ameaça são as armas nucleares chinesas. O que se pode apresentar em uníssono ao fazer uma análise macro dos dois relatórios é a retórica de maior preocupação com os países considerados párias: Irã e Coreia do Norte. Dentro do nosso marco regional, apenas a Coreia do Norte entra no Supercomplexo Asiático. O fato de Kim-jong ter realizado diversos testes balísticos entre 2016 e 2017, aumenta a percepção de perigo para os aliados norte-americanos na Ásia, como Coreia do Sul e Japão. Apesar de desassociarem a China em qualquer influência nesse quesito, há fricções expostas que valem a pena apresentar. As tentativas de Trump em apaziguar as relações com Kim-Jong un através de suas visitas não representou uma desnuclearização efetiva na península. Isso sendo um caso delicado, pelo fato de tanto China e EUA serem Estados detentores de armas nucleares reconhecidos pelos regimes multilaterais e, por conseguinte, atores importantes em mitigar a proliferação norte-coreana, pois é um risco político declarado por ambos (POLLACK, 2020).

Em que pese a conhecida relação comercial e política partilhada por China e Coreia do Norte, a última não demonstra uma volição de se subordinar ao regime de Xi Jinping. Essa insubordinação reflete no fato de Kim Jong-un não aceitar reverter a nuclearização de seu regime, e tal fato poderia ensejar Coreia do Sul e Japão de fazerem o mesmo, apresentando problemas ainda maiores na região do Nordeste Asiático, lugar estratégico economicamente para China. Com esse quadro, os caminhos de Trump para apaziguar as tensões na península durante os anos de 2016 e 2017 aumentam o poder político de negociação norte-americana nessa seara, apesar da clara ineficácia disso. Mesmo assim, tal cenário engendra um quadro de ameaças entre os três países, pelo fato de que a continuação de Pyongyang de continuar com sua postura de enfrentamento, faz com que os EUA ainda continuem presentes no Nordeste Asiático, arregimentando contendas já existentes, pois China declara enfaticamente que a parceria com a Coreia do Sul e EUA ainda se mostram como “vestígios da Guerra Fria”. Consequentemente, gera um recrudescimento na tensão da Península Coreana, e o ônus político para a China se mostra mais agudo, ainda mais considerando que a região é um quintal para a potência comunista de

funcionamento de sua economia e relacionamento político (POLLACK, 2020). Além disso, prospecta-se uma percepção vinda da China que a presença norte-americana perto de sua região ao tentar defender seus aliados, pode causar riscos de alvos militares ataquem a China, revertendo a dinâmica de preocupação anteriormente centrada na Coreia do Norte (USIP, 2019).

Por sua vez, na política declaratória chinesa, é necessário aclarar que a China carrega um tom mais ameno que os EUA sobre as questões securitárias, principalmente falando de armas nucleares. Os Livros Brancos de Defesa de 2010, 2013, 2015 e 2019 nos mostram que a política nuclear é bem hermética nas declarações chinesas, confirmando o receio da potência ocidental fruto da não-transparência da política nuclear chinesa, atendo-se somente ao que eles afirmam nesses documentos, onde em alguns que analisamos nem é mencionada a questão nuclear, principalmente em relação aos EUA. Porém, ainda assim temos um material de análise pertinente que auxilia no entendimento desse tema para a China. No nosso marco temporal, o primeiro Livro Branco já denota a tentativa de cooperação e atitudes unilaterais de negociação alusivas às questões de segurança, e na seara nuclear, endossa seu interesse em não promover proliferação vertical e horizontal, assim como reitera sua política de não ser o primeiro a usar armas nucleares e não atacar Estados não nuclearmente armados e ZLANs. O que corrobora com o que vimos acima sobre o interesse mútuo de não querer que Coreia do Norte se arme nuclearmente ainda mais, mesmo ela sendo parceira comercial e política desse país. Três anos depois, no Livro Branco de 2013, nenhuma menção forte sobre a questão nuclear entra, mas é reiterado que Taiwan centra a maior preocupação securitária chinesa, assim como nos outros documentos.

Em contrapartida, a tônica de ameaça no Livro Branco de 2015 já começa a ganhar destaque. Eles salientam o medo da maior presença norte-americana na Ásia-Pacífico e a sua preocupação com regiões de delicado interesse para a China, como o Mar do Sul da China, Mar do Leste da China, Península Coreana, Nordeste Asiático e Taiwan. Isso cristalizado no ato de fala que apresentamos do discurso da delegação chinesa no Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão das Partes para o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Eles afirmam que a China se encontra preparada e em alerta caso haja algum ataque nuclear para a potência comunista, afirmando a retaliação que haveria caso acontecesse. Portanto, temos um

ato de fala assertivo, que informa à audiência – os Estados Unidos – um fato a ser seguido, e caso o contrário, haverá consequências. Não obstante, apesar de haver a percepção de ameaça do arsenal nuclear estadunidense, as condições facilitadoras para o processo de securitização ser deferido ainda carecem em relação aos EUA, devido ao capital político ainda ser menor que o do oponente, o que é sustentado pelo o que a teoria da securitização afirma em relação à discrepância de poder entre os atores securizantes e a audiência, e os fatores empíricos que Balzacq (2011) coloca como necessários para efetivar o processo securitário. Por último, no Livro branco de 2019, China apresenta sua postura mais assertiva dentre todos esses documentos. Em consonância com o que foi apresentado no NPR de 2018, afirmando que o cenário internacional sofreu mudanças, como hegemonismo, política de poder, unilateralismo e conflitos regionais. Dessa vez, eles apresentam um papel dos EUA na construção de rivalidades entre os dois, denunciando a maior presença norte-americana na Ásia e o aumento do seu orçamento para armas nucleares. Afirmam mais categoricamente a interferência nos assuntos atinentes à Taiwan, em diálogo com o que vimos no maior apoio estadunidense para a Ilha Formosa, com maior intercâmbio bélico e contatos formais após as eleições de 2016 que deram vitória ao partido que busca a separação da China continental. Embora essa assertividade tenha aumentado, o ato de fala que mostramos dentro desse documento mostra que a maior vontade da China é cooperar para uma reunificação pacífica e cooperação em não-proliferação de armas nucleares com os EUA, até afetando seu parceiro Coreia do Norte. Desse modo, temos um ato de fala comissivo, que busca negociação aberta com a potência ocidental neste quesito, mesmo que eles tenham ultrapassado alguns limites delineados pela China. Tal ultrapassagem mostra o que dissertamos acima sobre o fato dos EUA não aceitar esse ato de fala e, com isso, uma tentativa de dessecuritização não ser possível.

Dentro das atividades práticas sobre a política nuclear estadunidense e chinesa, podemos ver claramente que há diferenças entre a declaração sobre o tema e a factibilidade do uso, permitindo-nos enxergar nas entrelinhas o processo que o marco teórico se propõe. As ações que seriam os *deeds* que discorreremos no início do capítulo, ilustram que a questão declaratória carrega uma forma de mostrar a percepção pacífica sobre esse tema, com vistas a fazer com que o adversário coopere no que foi dito sobre a política nuclear. Ao passo que as ações carregam diferenças essenciais para a análise do trabalho. Somado a esse fato, temos a presença norte-

americana nos voos de reconhecimento marítimo no Oceano Pacífico, que como foi aclarado, mostram-se bastante presentes, chegando a 1.200 em 2014. De acordo com as autoridades chinesas, isso é um desafio à soberania do país, mesmo que não seja um consenso que aquelas regiões sejam pertencentes à China, levando até sua derrota na reclamação das Filipinas em 2016 sobre o processo chinês que reivindicava aquela região sob a égide da Linha de Nove Traços. Como foi mostrado, dentro do Teatro de Comando do Sul, onde jaz o Mar do Sul da China, há uma massiva quantidade de tropas militares e ilhas de apoio para garantirem seus interesses, mesmo que os EUA também estejam atentos e presentes nessa região. Desse modo, ambos os países estão atentos a esse local, suscitando um quadro hostil que os faz de prontidão às atividades de ambos. Ademais, o apoio financeiro a intercâmbio de armamentos para alguns desafetos chineses também se mostra um grande ponto de inflexão na seara nuclear dos dois países. A parceria norte-americana com a Índia, calcada no apoio bélico e no Pacto Nuclear entre os Estados Unidos e Índia em 2005, cristaliza esse problema, pois isso enseja uma maior assertividade no Sul Asiático devido ao conflito bastante agudo entre Índia e Paquistão, ambos detentores de armas nucleares. É notório que esse apoio fortalece a Índia, fomentando em uma maior escalada de tensões passíveis de serem revertidas em uma contenda nuclear. Do outro lado, Paquistão também recebe o apoio chinês na parte bélica, com uma parceria de quase 20 anos que reverbera em uma tensão com o inimigo indiano, que já até conflitou com a China na região do Tibete, saindo derrotada. Desse modo, a separação de lados e o enriquecimento chinês e norte-americano para Paquistão e Índia são fatores de recrudescimento da escalada de conflitos no Sul da Ásia, mesmo que eles não estejam diretamente ligados com esse imbróglio. Além disso, os EUA se mantêm bastante presentes e preocupados com Taiwan e seu regime que procura separação da China continental, assentado principalmente no fato da atual presidente de Taiwan buscar uma separação do regime comunista. Contrapondo-se a isso, o Teatro de Comando do Leste é o teatro que mais carrega presença maciça militar chinesa, pois é uma região com contendas históricas para o país, onde se encontram Taiwan, Mar do Leste Chinês e Japão. As Ilhas Senkaku representam uma disputa histórica entre China e Japão, chegando até ter a presença em 2018 de um submarino de propulsão nuclear da China nas águas vizinhas para marcar sua posição de alerta. Mas dentro deste conflito, os EUA procuram não se intrometer diretamente, em

contraste com a Ilha Formosa.

Todas essas atividades práticas sustentam nossa análise de que os EUA não aceitam a tentativa da China de dessecuritizar a questão nuclear para ambos, pois os EUA continuam em prontidão e agindo para dirimir a influência e projeção chinesa. Apesar de não haver um uso direto de armas nucleares contra um a outro, existe a percepção de ameaça por parte dos EUA, e a reação a isso acontece numa roupagem tangencial, como elencamos nos sistemas de apoio à Índia na questão bélica, e proteção do guarda-chuva nuclear ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan. A constante parceria bélica e comercial entre os EUA para Taiwan e Índia suscitam em preocupações bastante elevadas e declaradas para China, que calciona abertamente em seus documentos oficiais, com forte presença militar do regime comunista nas águas vizinhas taiwanesas, sendo a maior de todos os Teatros de Comando, como também o alerta do enriquecimento do programa nuclear indiano assegurado pelo Acordo Civil Nuclear EUA-Índia. A China já declarou abertamente que está disposta a empregar armas convencionais caso haja algum movimento separatista mais forte da ilha, e o apoio norte-americano só ensejaria isso. Mas a predileção pela China de aderência ao princípio de “uma China” de forma pacífica mostra que sua prioridade é manter as relações amistosas com a potência ocidental e com Taiwan. Destarte, a China também carrega uma percepção de ameaça por parte dos EUA, mas suas condições facilitadoras para tentar fincar um processo de securitização ainda são menores do que seu adversário. Desse modo, percebe-se que ela precisa seguir a regra de instrução feita pelos EUA a fim de que não suscite em litígios maiores, o que é corroborado com as atividades práticas norte-americanas e sua desconfiança da tentativa da China de gerar uma regra de compromisso.

Ao fazermos uma análise macro de tudo o que foi dissertado, percebemos que ambos os Estados marcam sua presença e ação nas regiões de importância tanto para China quanto para os EUA. A China com seus Teatros de Comando garantem que ela é dominante na Ásia-Pacífico, marcando sua presença militar em todos os teatros, alguns com mais assertividade do que outros. Ao passo que os EUA não procuram deixar de ficarem atentos e prontos para interferência na região, principalmente nas contendidas do Mar do Sul da China e Taiwan. O maior medo estadunidense se cristaliza no receio da falta de transparência do arsenal bélico nuclear chinês e sua modernização, capaz de afetar os seus aliados que possuem

conflitos com a potência comunista. Esses fatores mostram como há forte percepção por parte dos EUA de ameaça do arsenal bélico nuclear chinês, o que sustenta sua tentativa de securitizar a tecnologia nuclear do país e proteger seus aliados na Ásia baseados nas relações de amizade e inimizade mostrados no Supercomplexo Asiático.

Fundados nesses argumentos, a tensão se centra na preocupação que essa constante modernização e fortalecimento das forças chinesas encoraja a China de realizar um primeiro ataque a algum aliado norte-americano, e a capacidade de proteção seja enfraquecida. Mas a China já declarou que não será a primeira a usar armas nucleares em algum Estado, e nem empregaria contra algum país que não as possua. Logo, um ataque chinês à Taiwan seria improvável, mesmo porque eles afirmam que sua intenção é uma reunificação pacífica e apoio dos Estados parceiros nessa seara. Assim como algum ataque ao Japão ou a algum Estado no Mar do Sul da China não se mostra provável, principalmente pela volição do país de manter relações estáveis na região e o medo de que os EUA possam responder de forma agressiva, e eles estão cientes que isso é exequível e causaria danos exponenciais à China, mesmo que ela tenha capacidade retaliatória. O principal pilar que se mostra nas relações entre os dois no contexto nuclear se centra em uma tentativa de cooperação para evitar a proliferação nuclear para outros Estados, principalmente para a Coreia do Norte. Este caso, como dissertado acima, representa análises com preocupações para a China em escala significativa. Pelo fato de que as tentativas de Trump de amenizar as tensões geradas por Kim Jong-un após seus testes balísticos, apesar de fracassadas, possibilitou uma margem de atuação norte-americana que desagrade os chineses, onde segundo Pollack (2020), outorgou a China um papel secundário nessa cisão. Isso representa uma perda política significativa para Xi Jinping, pois considerando sua proximidade geográfica e econômica na região do Nordeste Asiático, faz com que a China tenha mais um ônus político, pois além de não ter interesse em querer que Coreia do Norte aumente seu arsenal, desencadeia em um arrefecimento em sua atuação política na região, além de enfraquecer sua parceria econômica e política na região. Ou seja, mesmo que a Coreia do Norte não tenha diminuído sua intenção de promover seu arsenal nuclear, isso apenas abre maior margem de atuação dos EUA na região para defender seus aliados como Japão e Coreia do Sul. Desencadeando em perdas políticas chinesas em diferentes vertentes



nessa conjuntura, pois apenas fortalece seus desafetos e ainda o faz estar em uma atuação secundária ocasionada pelos EUA. Portanto, é difícil observar uma ligação sino-americana consistente e organizada para frear os ímpetos da Coreia do Norte, ainda mais ao considerar que tais ações norte-americanas para proteger seus aliados contra o regime de Kim Jong-un pode ser prejudicial ao bem-estar e soberania chineses (POLLACK, 2020; USIP, 2019). Destarte, há muitos desafios a serem sanados pelos dois com relação à Coreia do Norte, mesmo que ambos partilhem da mesma vontade de conter o aumento do arsenal norte-coreano e o emprego efetivo de armas nucleares por esse país. Por outro lado, a influência no Sul da Ásia concernente à escalada de conflitos indo-paquistaneses se encontra em uma roupagem tangencial, através de parcerias de cada lado calcado em fatores históricos de décadas atrás. A China procura se desvencilhar do papel nuclear dentro dessa região, como foi mostrado acima, e as relações da potência comunista para esse local se encontram estáveis no pilar dos seus conflitos com a Índia, diferentemente de Taiwan e Mar do Sul da China.

### **3 A COREIA DO NORTE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS PROCESSOS DE SECURITIZAÇÃO**

#### **3.1 Introdução**

Como dito na Introdução da dissertação, a questão da Coreia do Norte é um tema especial e delicado que merece uma atenção própria no que concerne aos processos de securitização no Supercomplexo Asiático. Desde o começo da Guerra Fria, o país é motivo de bastante preocupação para o Ocidente pelo fato da Península Coreana ter sido um palco tradicional das dinâmicas essenciais do que a guerra se propunha na época, uma tensão bipolar marcada por uma cisão clássica capitalista-comunista. A Coreia do Norte recebendo apoio e aliança da URSS, ao passo que a Coreia do Sul era um aliado tradicional dos EUA e se mantém até hoje. O programa nuclear nortecoreano foi financiado diretamente pela potência soviética, e isso acarreta em preocupações prementes para seu inimigo clássico à época, que se mantém até hoje e é um dos nossos países de análise, os EUA. Desde aquela época até atualmente, as tensões da Guerra da Coreia não cessaram, mesmo que a guerra tenha se encerrado e os conflitos bélicos finalizado. Além disso, Coreia do Norte deu entrada no TNP e, posteriormente, depois se retirou por suspeitas de violação dos artigos celebrados no tratado, sendo inclusive considerado um país pária junto com Irã e Iraque em 2002 sob o governo Bush, classificando-os como Eixo do Mal, o que não ocorre com outros países detentores de armas nucleares dentro do nosso marco regional. Ademais, os testes balísticos de Kim Jong-un em 2016 e 2017 marcaram momentos difíceis e preocupantes para os aliados norte-americanos, o que ocorreu dentro do nosso marco temporal. Além do que, diferentemente dos outros Estados detentores de armas nucleares, EUA e China são atores centrais que possuem vastas negociações com vistas a apaziguar as tensões dentro da península, assim como ambos os Estados possuem certas alianças e rivalidades que são afetadas diretamente pelas investidas de Pyongyang dentro dos seus testes balísticos. China tendo relações diplomáticas com o país desde a Guerra Fria, contra os aliados já citados do Ocidente – Japão, Coreia do Sul e Taiwan –, estes sob proteção norte-americana dentro do guarda-chuva nuclear, com a garantia que eles irão proteger seus aliados caso haja algum ataque tanto da China quanto da Coreia do Norte. Esse

cenário se difere totalmente dos outros países do Supercomplexo Asiático, e, desse modo, para testar nossa hipótese, uma seção especial merece nossa atenção.

Portanto, o presente capítulo começará com uma explicação do histórico das relações beligerantes concernentes à Coreia do Norte, mostrando com clareza como foi construído tal panorama hostil que observamos hoje, pinçando a influência dos EUA e China dentro dessa dinâmica. Em seguida, será feito um aparato da formação do programa nuclear norte-coreano e o detalhamento de seu arsenal nuclear, como fizemos com China e EUA. Dentro da mesma seção, à luz dos CRSs, esclareceremos como as relações de amizade e inimizade se formaram dentro do Supercomplexo Asiático, de modo que enxerguemos como essas dinâmicas funcionam para que que percebamos esse cenário de como atitudes feitas por Pyongyang podem ser prejudiciais aos EUA e seus aliados na circunvizinhança da Península Coreana, mas não para a China. Posteriormente, aclarar-se-á as tentativas feitas por China e EUA para solucionar o imbróglio ocasionado pelo seu programa nuclear, fornecendo a trajetória do país quanto aos órgãos multilaterais que regem o funcionamento do regime de não-proliferação. Por último, faremos um balanço da captação dos atos de fala dentro do nosso marco temporal em conformidade com a proposta e exequibilidade da pesquisa, que dizem respeito à Coreia do Norte feitos por EUA e China, mostrando como a questão com o país é mais delicada para ambos em comparação aos outros países detentores de armas nucleares, tentando de acordo com a teoria da securitização mostrar a percepção de ameaças feitas pelos atores securizantes, objetos de referência e a audiência.

### **3.2 Histórico das problemáticas concernentes à Coreia do Norte no Sistema Internacional**

Tudo começou após a Segunda Guerra Mundial, na época da Conferência de Potsdam, feita pelos vencedores desse conflito. Foi decidido que o derrotado Japão perderia parte dos territórios conquistados, sendo um deles a Península Coreana, que a anexou formalmente em 1910. Esse domínio ainda causa fricção nas relações de ambas as Coreias com o país insular. Devido a isso, o ano de 1950 foi o ano de divisão das duas Coreias, formados pelo paralelo 38º. Com isso, no período da Guerra Fria, a parte norte estava sendo influenciada pela URSS, e, a parte sul, pelos Estados

Unidos. Não obstante, a estabilização da região não ocorreu, pelo contrário, abriu ainda mais a fricção entre o norte e o sul. Com isso, na tentativa de reunificar a península para si, em junho de 1950, a Coreia do Norte tentou invadir o Sul até tomar a capital Seul. Como resposta, a ONU influenciada pelos EUA, iniciou uma ofensiva na Península Coreana, deflagrando a Guerra da Coreia que duraria três anos. A URSS, por incrível que possa parecer, não se envolveu com tanto empenho quanto os EUA, e o avanço das tropas da ONU ocasionou pressões na China, sentindo-se ameaçada. Logo, o regime chinês apoiou os norte-coreanos, reequilibrando o conflito. No dia 27 de julho de 1953, foi assinada uma trégua, chamada de Armistício de Panmunjon (FIGUEIREDO, 2019). Dentro do Nordeste Asiático, a Coreia representou um país pós-colonial juntamente com Taiwan, que sempre estavam sob a influência da China e do Japão, que nunca perderam suas independências para as potências coloniais, e ambas se tornaram grandes potências dentro do complexo, o que sustenta a rivalidade histórica entre os dois e suas disputas na Ásia (BUZAN; WAEVER, 2003).

Esse complexo foi bastante penetrado pelos EUA no nível global, que fincou seu padrão de alianças – Taiwan, Coreia do Sul e Japão – contra as potências comunistas. Ao passo que a China, sempre independente, atuou predominantemente como um ator de nível regional capaz de realizar *spillover*, ou seja, espraiava sua influência para outras regiões de sua vizinhança na Ásia, tornando-se um terceiro ator central na Guerra Fria, junto com URSS e EUA. Nesse quadro, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, as dinâmicas de segurança no nível doméstico dos países deste complexo basearam-se em linhas de disputa comunistas e anticomunistas. As tropas militares norte-americanas marcaram presença fortemente no Japão e na Coreia do Sul, ao passo que Coreia do Norte e China firmemente formaram alianças da URSS. A Guerra da Coreia, como dito anteriormente, cimentou uma virada leste-oeste na região, o que nos aclara notoriamente as relações de amizade e inimizade dentro deste complexo (BUZAN; WAEVER, 2003).

Após 1960, a China se desvencilhou da aliança com a URSS e procurou ter um curso independente como uma grande potência tentando se afastar da triangulação existente na Guerra Fria junto com os EUA e os soviéticos. Ela foi bem sucedida nessa missão, e desde 1971, os EUA reconheceram ela como um contrapeso para derrotar a URSS, depois que os regimes comunistas se desentenderam no passado. Mas a China continuou representando uma ameaça aos aliados norte-americanos no

continente, permanecendo até hoje. O Nordeste Asiático foi bastante penetrado pelo nível global em suas dinâmicas, mas ainda assim, permaneceram uma região securitária autônoma. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, China e Japão se mantiveram como potências de grande poder dentro da região, marcando uma relação de rivalidade entre a cisão comunista-capitalista presente no Nordeste Asiático com a influência direta dos EUA nessa dinâmica. Apesar da reviravolta, China e URSS ambas apoiaram a Coreia do Norte como um aliado comunista e um estado-tampão contra o Ocidente. Eles também partilham políticas semelhantes frente ao Japão, procurando enfraquecer os EUA, como também para manter sua postura pacifista e militarmente fraca (BUZAN; WAEVER, 2003). Tal panorama nos brinda com clareza as relações de amizade e inimizade que nos servem para entender como os atos de fala concernentes à Coreia do Norte e seu programa nuclear vai afetar a reação dos países que estamos analisando, o que será explorado posteriormente neste capítulo.

O programa nuclear nortecoreano teve seu início nas décadas de 50 e 60, concentrando-se na formação de especialistas nucleares treinados e no desenvolvimento das bases de uma infraestrutura nuclear com apoio da URSS. Nos anos 70, o líder norte-coreano Kim Il Sung encetou o desenvolvimento nacional do país do seu programa nuclear, e em 1970 Pyongyang começou a construção de um reator nuclear experimental 5 MWe em Yongbon, podendo operar com urânio natural e produzir combustível irradiado para reprocessamento em plutônio para armas. Em 1985, quando a Coreia do Norte estava concluindo o reator de 5MWe, ela assinou o TNP sob pressão dos aliados soviéticos e indiretamente dos estadunidenses. Não obstante, o país não aceitou um acordo de salvaguardas nucleares com a AIEA (WERTZ, 2018). Com vistas a manter uma situação apaziguada na região, e já sem as pressões soviéticas no mundo, em 1991 os Estados Unidos se retiraram junto com seu armamento nuclear da Coreia do Sul. No fim deste mesmo ano, foi celebrado o acordo chamado Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana, onde ambas as partes concordaram em não testar, produzir, manufaturar, receber, processar, armazenar, implantar ou usar armas nucleares. Diante desta situação diplomática, a Coreia do Norte permitiu que agentes da AIEA inspecionassem suas instalações nucleares. Porém, só foi acordado que a inspeção ocorreria em alguns locais, e quando a agência percebeu violações nas atividades nucleares entre 1989 e 1991, em 1993 a Coreia do Norte se retirou do TNP. No ano seguinte, o ex-presidente

Jimmy Carter viajou para Pyongyang com vistas a construir relações diplomáticas com Kim Il Sung, e as negociações resultaram no acordo chamado *Agreed Framework* (FIGUEIREDO, 2019).

Dentro deste acordo, Pyongyang acordou em cessar suas operações das suas instalações nucleares em Yongbyon e acabar com a construção de novos reatores. O acordo aliviou o senso imediato de crise que sondava o programa nuclear norte-coreano. Anos após, os dois lados fizeram progressos nos encontros bilaterais para a em detalhes das implementações e nas medidas construtivas de confiança como a cooperação para recuperar as rugas da Guerra da Coreia (WERTZ, 2018). Não obstante, o cumprimento ou não dos termos do tratado não era assegurado nos anos seguintes e o clima de desconfiança perdurou em grandes partes das agências de inteligência dos EUA, crendo que Pyongyang estava desenvolvendo tecnologia nuclear em segredo. Frente a isso, uma comitiva foi mandada ao país e em 2002, os EUA afirmaram que havia violações do *Agreed Framework* (FIGUEIREDO, 2019). Esse é o início de uma crise enorme que paira até hoje sobre o país no que concerne às armas nucleares, marcada pela saída do TNP em 2003 e consolidando sua posição de Estado-pária pelo governo de George W. Bush (G1, 2016).

De acordo com os relatórios do SIPRI, a Coreia do Norte possui uma quantidade estimada de 30 a 40 armas nucleares. O processo de produção e separação de plutônio do país se encontra no Centro de Pesquisa Científica Nuclear Yongbyon (YNSRC). Em relação aos mísseis balísticos – aqueles de curto, médio e longo alcance –, o país segue expandindo e modernizando suas forças na área, com estimativas que nos últimos anos os norte-coreanos buscaram desenvolver vários sistemas de mísseis com maiores recursos de entrega e aumento progressivo de sua sofisticação (KILE; KRISTESEN, 2019).

Em 2019, Pyongyang conduziu os lançamentos iniciais de pelo menos três novos tipos de mísseis de curto alcance de combustível sólido. Designado pelo Departamento de Defesa (DoD) dos EUA como KN-23, assemelhando-se ao russo Iskander-M SRBM. Com alcance máximo superior a 600 quilômetros e testado quatro vezes em 2019. Assim como há um segundo míssil, designado pelos EUA como KN-25, utilizando um sistema de foguetes de lançamento múltiplo de grande calibre e com alcance de 380 quilômetros. Além disso, um terceiro chamado KN-24 é parecido com uma versão ampliada do Sistema de Mísseis Táticos do Exército dos EUA (ATACMS,

na sigla em inglês), testado duas vezes em 2019 e com alcance estimado de 400 quilômetros. Apesar desses dados, há poucas informações de código aberto sobre as dimensões técnicas de novos SRBMs, incluindo seu alcance, precisão e capacidades de penetração de defesa antimísseis. Em 2019, alguns analistas levantaram que talvez os mísseis KN-23 e KN-24 podem ter sistemas de capacidade dupla, ou seja, funções de entrega atribuídas para ogivas convencionais e nucleares. Eles alegam preocupações que tal poder pudesse criar um canal novo de imprevisibilidade na tomada de decisões militares, pois nem os EUA e a Coreia do Sul teriam conhecimento de discernir se um míssil desse tipo possa ter armamento nuclear, e, com isso, poderiam responder de forma desproporcional. Mas tais informações não estão disponíveis oficialmente confirmando isso. Analistas estimam que o sistema mais provável de ser fornecido um papel de míssil nuclear é o Hwasong-7 ou Nodong (ou também chamado de Rodong), ao considerar seus tamanhos, alcances e status operacional. Com semelhança à tecnologia do míssil Scud na era soviética, o Nodong consiste em um míssil balístico de combustível líquido com um alcance estimado superior a 1200 km. Ademais, o país desenvolveu o Hwasong-9 (ou Scud-ER), que possui um alcance estimado de 1000 km, e detém fuselagem alongada para transportar combustível adicional. Por sua vez, o Musudan (também denominado Musudan ou BM-25), possui um alcance maior estimado em 3000 km, apresentado pela primeira vez em um desfile militar em 2010. Além disso, a Coreia do Norte possui um míssil com um veículo pós-esforço, usado para aumentar seu alcance e melhorar a precisão da ogiva. Chamado de KN-17 ou Hwasong-12, possui um alcance de 3000 km, lançado pela primeira vez em 2017, mas ainda não foi implantado. Assim como há o desenvolvimento do míssil Bikkeukseong-2 (ou KN-15), cujo desenvolvimento faz parte de um esforço para melhorar a capacidade de sobrevivência de seus sistemas de mísseis balísticos com capacidade nuclear, e possui combustível sólido. Esses tipos de combustível permitem que os disparos aconteçam mais rapidamente do que de sistemas de combustível líquido e requerem menos veículos de apoio que podem revelar sua posição de vigilância aérea (KILE; KRISTESEN, 2019).

Não obstante, acredita-se que Pyongyang tenha priorizado a construção e implantação de um míssil balístico intercontinental dotado de capacidade de atingir alvos continentais estadunidenses. O Hwasong-13 (ou KN-08), foi apresentado pela primeira vez pelo país como um míssil móvel de alcance intercontinental em um

desfile militar de 2012, mas ainda assim não foi confirmada suas capacidades de longo alcance, com apenas especulações desses dados. Ademais, um novo protótipo de míssil balístico intercontinental apareceu pela primeira vez em um desfile militar em 2015, chamado Hwasong-14 ou KN-20. Mas esse míssil ainda carece de alcance o suficiente para atingir alvos nos EUA pois é estimado por analistas que não ultrapassa de 8000 km, significando que se lançado da Coreia do Norte, apenas atingiria a costa oeste dos EUA. Mas ainda há o desenvolvimento do Hwasong-15, que possui um segundo estágio relativamente maior e motores mais potentes do que o Hwasong-14. Seu primeiro teste de voo foi feito em 2017, quando ele foi lançado em uma trajetória elevada e voou mais alto e por mais tempo do que qualquer outro míssil norte-coreano. Uma estimativa afirma que ele possui um alcance de até 13.000 km, capaz portanto de atingir a capital norte-americana e outros alvos na costa leste. Por todo o exposto, embora haja progressos significativos na fabricação de um míssil balístico intercontinental capaz de atingir territórios dos EUA, o país ainda não mostrou o desempenho e confiabilidade desses sistemas de mísseis. A Avaliação de Defesa contra Mísseis em 2019 do Departamento de Defesa dos EUA indicou que Pyongyang poderia ter implantado o ICBM Taepodong-2. Porém, outras fontes oficiais listam o míssil carecendo de reconfiguração para ser usado como um míssil balístico intercontinental (KILE; KRISTESEN, 2019).

Tratando-se da parte marítima, o país continua a buscar um desenvolvimento de um sistema de submarinos nucleares com vistas a melhorar sua capacidade de sobrevivência de seus sistemas de mísseis balísticos com capacidade nuclear. Em outubro de 2019, houve o anúncio que um novo tipo de SLBM chamado Bukkeukseong-3, cujo teste fora conduzido a partir de uma plataforma subaquática nas águas da costa leste da Coreia do Norte. Com alcance máximo de 1900 km, ele seria um míssil de combustível sólido de maior alcance no arsenal norte-coreano. Atualmente, o país tem um submarino experimental da classe Sinpo em serviço, e uma visita de Kim Jong un ao Estaleiro Sinpo South em julho de 2019 revelou evidências de que seu regime tinha planos de construir um novo submarino de mísseis balísticos. De acordo com a Agência Central de Notícias da Coreia, a implantação operacional estaria próxima de ocorrer (KILE; KRISTESEN, 2019).



### 3.3 Tentativas sino-americanas de negociações e atividades práticas da Coreia do Norte

Tratando-se de negociações no âmbito da crise nuclear norte-coreana, uma iniciativa de grande porte deve ser dissertada para que entendamos como Estados Unidos e China empreenderam esforços para negociar uma tentativa de enfraquecer o programa nuclear coreano, envolvendo outros países de pertinente colocação. Apesar de ocorrer fora do nosso marco temporal, esse empreendimento nos auxilia a enxergar com clareza o padrão de relação de amigo e inimigo atinente à Coreia do Norte. O Grupo dos Seis (Six Party Talks, em inglês) foi uma série de negociações multilaterais com início em 2003 com sede em Pequim, sendo formado por China, Japão, Coreia do Norte, Rússia, Coreia do Sul e EUA. Tinha como objetivo desmantelar o programa nuclear norte-coreano, começando seus trabalhos em 1994 derivado das negociações do já citado *Agreed Framework* encerrado em 2002. Em agosto de 2003, sob influência da China, a Coreia do Norte declarou sua vontade de participar do Grupo dos Seis (DAVENPORT, 2018). A China atuou como um ator pivô no grupo, tentando fazer um papel mediador entre a Coreia do Norte e os EUA, procurando a estabilização da Península Coreana. Desde 1993 a China considerou a questão nuclear como um problema bilateral entre a Coreia do Norte e os EUA, não procurando se envolver, mas a beligerância da gestão Bush a levou a esforços de mediar essa questão pela primeira vez. Procurando evitar a pressão norte-americana agressiva e permitindo que eles tivessem sua posição de influência sobre a Coreia do Norte (BUSZYNKSI, 2013). A primeira rodada das negociações consistiu na posição da Coreia do Norte de normalizar as relações com as partes e o pacto de não-agressão com os EUA. Mas não houve aquiescência por parte dos norte-americanos pela sua descrença de que a Coreia do Norte pudesse cumprir com o enfraquecimento do seu programa nuclear, impedindo qualquer acordo substantivo nessa primeira fase. Porém, o vice-ministro das Relações Exteriores chinês Wang Yi elencou seis pontos de consenso que foram obtidos no fim dessa rodada, incluindo um compromisso de trabalhar para resolver a questão nuclear através de meios pacíficos e diálogo, ensejando em uma tentativa de uma segunda rodada de negociações (DAVENPORT, 2018). As prioridades dos EUA em relação à questão nuclear coreana eram globais, pois eles haviam assumido sua responsabilidade pelo TNP por conta da ameaça que

seus aliados estavam sofrendo, e a preocupação de que a Coreia do Norte pudesse sair incólume com seu programa nuclear, encorajando outros países a fazerem o mesmo, como Irã e Líbia, atuando como o ator dominante desse acordo (BUSZYNSKI, 2013).

Com a nova chamada da China para o fórum, Coreia do Sul, Japão e EUA se encontraram separadamente para discutir estratégias conjuntas para a próxima rodada e de inspecionar as instalações nucleares da Coreia do Norte (DAVENPORT, 2018). Os chineses tiveram um papel ambivalente nesse grupo, tentando convencer os estadunidenses de seu desejo de resolver a questão nuclear, mas também tiveram que evitar se aliar diretamente com os EUA, pois isso poderia minar seu relacionamento com Pyongyang. Eles dependiam da crença norte-americana de que a China tinha influência sobre a Coreia do Norte trazendo os resultados que os EUA desejavam, ao mesmo tempo que asseguravam à Coreia do Norte que essa influência não seria usada contra eles (BUSZYNSKI, 2013). Em outubro de 2003, a China negociou um retorno do líder à época Kim Jong Il para a volta do Grupo dos Seis, após o ex-presidente Bush declarar sua vontade de prover garantias securitárias de não-agressão a Pyongyang, em que pese ainda hesitar de negociações diretas entre seus diplomatas com as autoridades norte-coreanas, demandando concessões unilaterais ao regime, como o completo desmantelamento do seu programa nuclear. Começando em fevereiro de 2004 com a iniciativa do Ministro das Relações Exteriores chinês e o vice-ministro Alexander Losiukov, principal negociador russo, reportando que a Coreia do Norte havia oferecido enfraquecer seu programa nuclear, mas ainda manteriam suas atividades pacíficas nesse rol. O que desagradou o lado ocidental do grupo, pois eles insistiam que deveria ser eliminadas todas as instalações nucleares norte-coreanas, pois havia a dúvida de que pudesse haver atividades nucleares sem fins militares vindas do regime (DAVENPORT, 2018).

A terceira rodada não obteve grandes expectativas das partes, por conta da proximidade com as eleições norte-americanas que reelegeram Bush em 2004. Houve o encontro dos seis países, e os EUA e a Coreia do Sul apresentaram um conjunto de propostas formais para o desmantelamento do programa nuclear norte-coreano, e apesar da afirmação do vice-ministro norte-coreano Kim Kye Gwan de se dispor a aceitar o congelamento do programa, o consenso necessário para uma ação conjunta não pôde ser feito (DAVENPORT, 2018). A Coreia do Sul atuou como um Estado-

pêndulo nesse imbróglio, pois ao mesmo tempo que fazem parte do quadro de alianças norte-americano por conta da Guerra da Coreia, o país demonstra o anseio por laços mais próximos com o Norte e sua reunificação. A aliança com os EUA era uma questão de necessidade e sobrevivência, mas a separação das famílias despertou desejos de reunificação da Península. No discurso em fevereiro de 2003 do ex-presidente Roh Moo-hyun, ele declarou sua vontade de apaziguar suas relações na Península Coreana, mas isso dependeria do apoio norte-americano, o que vai de encontro aos seus interesses. Desse modo, o Sul não consegue criar um bom relacionamento com o Norte sem a anuência dos EUA (BUSZYNSKI, 2013).

Com mais ou menos 1 ano de incerteza entre as rodadas, a Coreia do Norte quis esperar o restabelecimento do governo Bush antes de decidir voltar às negociações. No começo de fevereiro de 2005, o regime norte-coreano declarou sua posse de armas nucleares e afirmou que não iriam participar de uma nova rodada do Grupo dos Seis, acusando os EUA de interferir no seu governo. Não obstante, em julho de 2005, o novo negociador dos EUA Christopher Hill e Kim Kye Gwan anunciou que Pyongyang estaria disposto a atender a uma nova rodada de negociações, motivado principalmente pela declaração estadunidense de não ter intenção de invadir o país (DAVENPORT, 2018). A Coreia do Norte, como um Estado-alvo nesse Grupo dos Seis, possui a ferramenta de negociação de barganha tácita com o Ocidente. Ou seja, eles realizam suas exigências no acordo de forma imprecisa podendo ter margem de negociação fruto desta estratégia. Um caso de barganha tácita foi a exigência norte-coreana de que os EUA deveriam parar com sua hostilidade como condição de encerrar seu programa nuclear, nunca explicando o que isso significava e deixando aberto a interpretações. Essa postura dava a vantagem de poder rejeitar propostas, mas sempre aberto a futuras negociações (BUSZYNSKI, 2013).

Dois meses depois, as 6 partes atingiram o primeiro avanço para resolver a crise nuclear norte-coreana, emitindo uma Declaração Conjunta (Joint Statement, em inglês) com as etapas acordadas em direção à desnuclearização da Península Coreana. Desse modo, a Coreia do Norte se comprometeu a abandonar todas suas armas nucleares, assim como retornar ao TNP e aceitar as inspeções da AIEA. Em troca, as outras partes garantiriam o direito dela trabalhar sua tecnologia para fins pacíficos. Em novembro de 2005, a quinta rodada de negociações teve início com duração de 3 dias, tendo a declaração das 6 partes de que a Declaração Conjunta

seja cumprida, mas não foram registrados progressos nesse sentido e negociações substanciais não aconteceram. Tendo o encerramento da reunião sem uma data nova para uma próxima rodada, tendo uma deterioração do Grupo dos Seis e de sua proposta. Com isso, ocorreu a retomada de sanções econômicas para as entidades comerciais norte-coreanas, fazendo o país boicotar o grupo. Com o passar do tempo, outras discussões foram realizadas em fevereiro de 2007, culminando no Acordo de 13 de Fevereiro, estipulando que o país fechasse suas instalações nucleares de Yongbyon e transparecesse suas atividades nucleares. Ao mesmo tempo, os EUA começou o processo de retirar a Coreia do Norte dos países patrocinadores do terrorismo, ensejando uma nova rodada de negociações para março de 2007 (DAVENPORT, 2018).

Contudo, como a delegação norte-coreana não notou o arrefecimento das sanções econômicas, aguardando a liberação de fundos do sancionado Banco Delta Asia, essa nova rodada não chegou a um acordo substantivo no início. Nesse meio tempo, uma nova necessidade de inspeção da AIEA foi endossada pelas partes em julho de 2008, mas o pedido de verificação foi rejeitado, pois a Coreia do Norte queria que só Yongbyon fosse supervisionado, reiniciando sua planta de reprocessamento. Em outubro de 2008, as 6 partes concordaram que deveria haver inspeções para além desse local, e um acordo verbal feito por Christopher Hill e as autoridades norte-coreanas fincou esse estabelecimento. Mas Pyongyang negou tal acordo verbal, e a nova rodada de negociação em dezembro não rendeu nenhum progresso. Com isso, em abril de 2009, Pyongyang testou novamente seu foguete Taepo Dong-2, violando a Resolução 1718 e ampliando as sanções às empresas norte-coreanas. Desse modo, o país em abril de 2009 saiu de vez do Grupo dos Seis (DAVENPORT, 2018).

Um bom panorama explicativo pode ser versado sobre o Grupo dos Seis, calcado nas relações de amizade e inimizade que cristalizam a proposta do trabalho. Uma vez que a Coreia do Norte concordou em participar das negociações, as expectativas foram aumentadas de que o imbróglio de seu programa nuclear acabasse, mas como um Estado-alvo, o país acabou tendo sua margem de atuação autônoma através da ferramenta de barganha tácita, onde eles criavam uma impressão do que queriam, sem dizer com clareza seus interesses, gerando uma ambiguidade e usando isso como vantagem política para fazerem suas negociações de forma autônoma. O Estado dominante seriam os EUA, que não foi capaz de utilizar

seu poderio vantajoso para direcionar seu objetivo de desnuclearização da Península Coreana. Eles queriam que a China usasse sua influência com a Coreia do Norte para cumprir esse objetivo, mas o Estado-pivô tinha outros objetivos além da desnuclearização de Pyongyang, promovendo seus próprios interesses. A Rússia ficou como um apoiador da China e resistiu aos esforços dos EUA para conduzir as negociações seguindo seus objetivos. A Coreia do Sul agiu como um Estado-pêndulo, que embora fosse aliado norte-americano, ficou atrás da China e da Rússia nas negociações, enquanto queriam se desvencilhar do apoio dos EUA e tentar uma atuação independente com vistas a apaziguar sua relação com o Norte. O Japão atuou como um Estado-periférico nas negociações, mostrando-se ineficaz e um aliado acrítico dos EUA, com preocupações voltadas à política doméstica atinente ao seu passado com a Península Coreana, sem atuações fortes sobre desnuclearização. A aliança entre o Estado-pivô (China) e o Estado-alvo (Coreia do Norte) foi crucial para impedir qualquer unidade entre as partes em relação ao objetivo norte-americano de mitigar o programa nuclear coreano (BUSZYNSKI, 2013).

Após esse panorama das relações de alianças e inimizades relacionadas à Coreia do Norte e a descrição do Grupo dos Seis, podemos entrar nas práticas mais recentes do regime norte-coreano e como isso afeta a percepção de ameaças para China e EUA, assim como suas outras tentativas bilaterais de negociação com Pyongyang sobre a crise nuclear. Diante da crise que pairava a Península Coreana devido ao recrudescimento dos testes balísticos em 2016 até 2018, a China mesmo que tenha parcerias com o regime de Kim Jong un, receava que os mísseis instalados na Coreia do Sul pudessem prejudicá-la em certo grau, pois isso poderia ser um ensejo para que inimigos históricos da China como Japão e Coreia do Sul pudessem querer também desenvolver armas nucleares. Somado ao fato de que os EUA sempre se mostraram recalcitrantes com o recrudescimento de armas nucleares na Ásia, com exceção da Índia baseados nos motivos explicitados acima (BUZAN; WAEVER, 2003). Desde a chegada ao poder de Kim Jong-un em 2014, o perigo de uma escalada nuclear na Ásia voltou a pairar dentro do continente. Apesar de alguns atos já terem acontecido antes desse ano concernentes às suas armas nucleares, a chegada do atual líder do regime de Pyongyang representa um marco nessa tensão do tema, em resposta às sanções econômicas sofridas pela comunidade internacional que o país sofreu, inclusive apoiadas por aliados históricos como China e Rússia. Os planos da

família Kim de transformar o país asiático em uma potência nuclear não são recentes, datando da década de 80, quando Kim Il-Sung, fundador do regime, realizou o primeiro teste balístico. Ao todo, 5 testes nucleares foram conduzidos, e para níveis de comparação, o teste ocorrido em setembro de 2016 atingiu uma estimativa de alcance entre 10 a 30 kilotons<sup>9</sup>. Surpreendentemente, a bomba que atingiu Hiroshima em 1945 tinha a potência de 15 kilotons (RUIC, 2017). As sanções econômicas ao país começaram em julho de 2006, resultado dos testes de sete mísseis de longo alcance, fazendo o CSNU adotar a resolução 1695, pedindo o fim de qualquer atividade de mísseis balísticos. Em outubro de 2006, foi realizado o primeiro teste nuclear subterrâneo e a edição da já citada resolução 1718, pedindo o fim dos testes balísticos e nucleares. Por sua vez, em 2009, houve o lançamento de um foguete de longo alcance que sobrevoou o Japão e caiu no Oceano Pacífico, tendo a imediata condenação do CSNU e reforçando as sanções econômicas ao país, fazendo com que Coreia do Norte abandonasse as negociações sobre seu programa nuclear. No mesmo ano, houve o segundo teste nuclear subterrâneo, sendo este muito mais potente, resultando na Resolução 1874 do CSNU, impondo sanções complementares. Com algum tempo de calmaria, em fevereiro de 2013 houve o terceiro teste nuclear subterrâneo, e o quarto três anos após. Em fevereiro de 2016, o país anunciou o sucesso de seu segundo lançamento de foguete espacial colocando um satélite norte-americano em órbita, fazendo com que um mês depois, o CSNU impusesse ao regime sanções ainda mais duras. Em agosto de 2016, pela primeira vez, o regime disparou um míssil balístico em águas japonesas. Um mês depois, houve o lançamento de três mísseis balísticos durante uma reunião de líderes do G20 na China, além do quinto teste nuclear, fazendo com que a ONU endurecesse as sanções e limitasse as exportações norte-coreanas de carvão à China (RUIC, 2018).

2017 foi um ano de intensas atividades concernentes a lançamentos de mísseis balísticos. Em fevereiro de 2017, um novo míssil balístico foi lançado no Mar do Japão, após percorrer 500 km. Um mês depois, Pyongyang lançou quatro mísseis balísticos afirmando se tratar de um exercício para atingir bases dos EUA no Japão. Em maio deste ano, eles lançaram um míssil que percorreu 700 km antes de cair no mar do Japão, onde houve estimativas de analistas que o alcance do míssil chegou a 4.500 km. Em julho, houve disparos de mísseis balísticos com percurso de 930 km e outro

---

<sup>9</sup> Unidade de medida quantificada para medir explosões

de alcance teórico de 10.000 km, podendo atingir os EUA. Em setembro de 2017, eles anunciaram o seu sexto teste nuclear de sucesso, e o mais potente de sua história, causando até um terremoto de magnitude 6,3 na Península da Coreia (RUIC, 2018). Devido a esse teste, o CSNU limitou as entregas destinadas ao regime norte-coreano a 4 milhões de barris de petróleo ao ano a 500 mil no caso de produtos refinados e proibiu as de gás natural. China e Rússia, principais provedores de petróleo de Pyongyang, votaram a favor dessas restrições (ESTADO DE MINAS, 2019). Apesar destas sanções, China continua sendo o maior parceiro comercial da Coreia do Norte e o principal fornecedor de commodities essenciais, incluindo alimentos e petróleo. Embora essas sanções tenham ocorrido endossadas pelo apoio chinês, Pyongyang ainda percebe a China como um confidente e conselheiro durante suas negociações com os EUA desde 2018 (USIP, 2019)

No ano seguinte, em 2018, o cenário começou a mudar. Em março deste ano, houve notícias de que o regime estaria disposto a negociar a interrupção de seu programa nuclear. No mês seguinte, o secretário de Estado à época Mike Pompeo fez uma visita secreta ao país para encetar uma rodada de negociações entre Kim e Trump. Ademais, neste mesmo mês, os presidentes das duas Coreias se encontraram para construir um restabelecimento das relações entre eles, mudando o cenário de beligerância ocorrido desde a década de 50, reforçando esperanças de uma pacificação (RUIC, 2018).

Devido a essa amenização, a 1ª Cúpula entre Trump e Kim Jong-un no dia 12 de junho de 2018 foi realizada em Singapura. O encontro tinha como objetivo a interrupção do programa nuclear e a desnuclearização do país (RUIC, 2018). Pelo lado dos EUA, tal cúpula foi composta pelo conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, o secretário de Estado Mike Pompeo e o chefe de Gabinete da Casa Branca, John Kelly. Do lado norte-coreano estava a irmã do líder norte-coreano Kim Yo-jong, seu homem de confiança Kim Yong-chol, o chefe de Gabinete Kim Chang-son e o chefe da delegação que se reuniu em Panmunjom com representantes norte-coreanos, Chow Son-hui. Dentre os pontos acertados na cúpula, foi acordado que os Estados Unidos e a Coreia do Norte se comprometem a estabelecer novas relações, em concordância com o desejo de paz e prosperidade dos povos dos dois países. Além de se unirem para construir um regime de paz duradouro e estável na Península Coreana, e reafirmando as diretrizes da Declaração de Panmunjom de abril de 2018,

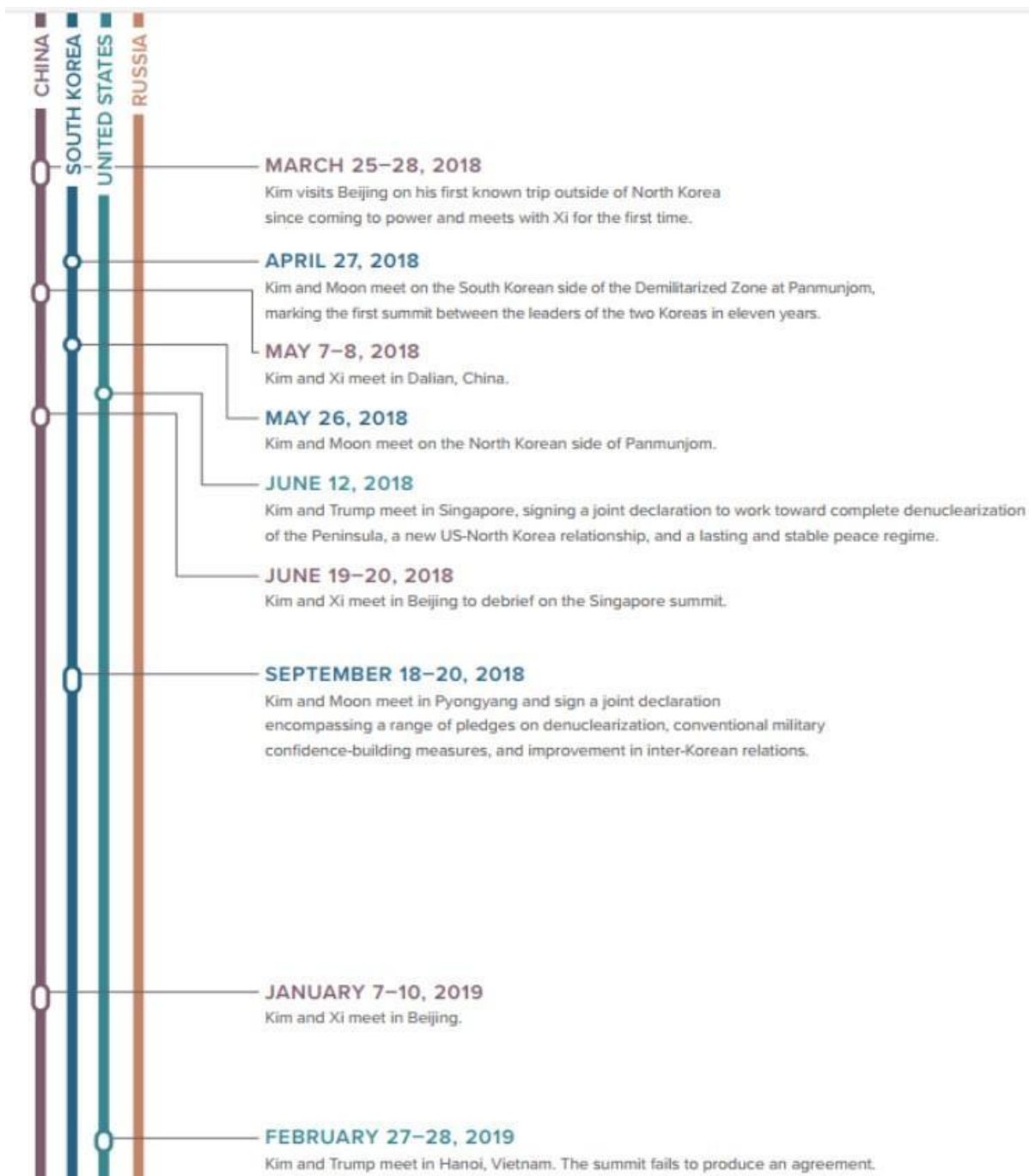
a RPDC (Coreia do Norte) se comprometeria a trabalhar pela desnuclearização completa da Península Coreana. Por último, ambas as partes se comprometeram a recuperar os restos de prisioneiros de guerra e desaparecidos em ação, incluindo a repatriação imediata daqueles já identificados. Tal acordo foi histórico, pois os EUA diminuíram consideravelmente o tom de suas exigências, pelo fato de reconhecerem que seria necessário um longo processo para se chegar ao término do arsenal norte-coreano, mas insistem que a meta continua a mesma, com a manutenção das sanções econômicas (LIY, 2018).

Seis meses depois, a 2ª cúpula aconteceu em Hanói, no Vietnã, e foi posto à mesa o cumprimento das exigências feitas na reunião de Singapura, tendo uma mudança de postura proveniente das duas partes. Esse encontro tinha como intuito traçar novos planos para a completa desnuclearização da Península Coreana, como também averiguar quais promessas foram colocadas em prática desde o primeiro encontro. Apesar de haver o encerramento dos testes de mísseis balísticos, não houve uma real desnuclearização de Pyongyang, e é isso o que os EUA almejam em troca de encerrar as sanções econômicas do país (EXAME, 2019). Destarte, a segunda cúpula entre os líderes terminou sem um acordo sobre a desnuclearização da Coreia do Norte, devido a essas discordâncias entre os dois sobre as sanções impostas (ESTADO DE MINAS, 2019)

Ações unilaterais foram deferidas também pelo lado chinês. Somada às visitas já conhecidas de Trump a Kim Jong-un, China também se movimentou no mesmo sentido. Em 2018, Xi Jinping se encontrou 3 vezes com Kim Jong-un, e uma quarta vez em 2019 com vistas a manter boas relações e não deixar novos testes balísticos ocorrerem. Tais reuniões angariaram algum protagonismo chinês na resolução desse imbróglio, tentando manter a liderança vigorada pelos EUA neste caminho. Apesar do fato da China ser historicamente contra a impor sanções aos produtos comerciais norte-coreanos, em 2017 votou três vezes a favor de implicar tais sanções, proibindo uma variedade enorme de exportações para o país e restringindo o comércio entre os regimes comunistas. Não obstante, a China não vê na Coreia do Norte uma possibilidade de desnuclearização a longo prazo, e sim tentativas paulatinas de frear o aumento no arsenal, ao contrário dos EUA que urgem uma rápida retirada de armas nucleares no país (USIP, 2019).



Imagem 2 - Principais reuniões da Coreia do Norte em relação ao seu programa nuclear



Fonte: United States Institute of Peace (USIP), p.11, 2019

Como pode ser visto na Imagem 2, China também levantou esforços para apaziguar a situação aguda na Coreia do Norte concernente às suas armas nucleares, somados com as negociações do Grupo dos Seis. Essa situação se difere em relação aos outros países do Supercomplexo Asiático, pois não houve conjuntos de negociações tão coordenadas com Índia e Paquistão para solucionar possíveis

impasses relacionados aos seus programas nucleares. Devido a isso é que se confirma o cenário diferenciado para o regime de Pyongyang atinente ao trato de armas nucleares, em consonância com a proposta da pesquisa de comprovar e esclarecer o motivo pelo qual a situação com a Coreia do Norte se mostra necessária em acrescentar um capítulo específico na dissertação.

Para a Coreia do Norte há uma postura mais incisiva dos Estados Unidos com o país, devido aos testes balísticos que ocorreram em 2016, causando uma fricção intensa entre os dois países em 2017 e 2018. Neste quesito, os Estados Unidos salientam que seus aliados como Japão e Coreia do Sul estão ameaçados por essas ações norte-coreanas, mas não apresentam um papel da China neste processo, desvencilhando na política declaratória qualquer influência e/ou envolvimento chinês nesta relação belicosa. No ano de 2016, o período em que houve um recrudescimento dos testes nucleares norte-coreanos, tanto China quanto Estados Unidos concordaram em ampliar a cooperação no CSNU e nos canais de aplicação da lei depois do quinto teste nuclear norte-coreano, em consonância com o desejo de cooperação de ambos os lados para construir um mundo sem armas nucleares (REUTERS, 2016). No ano seguinte, quando o presidente norte-coreano realizou o sexto teste nuclear em 11 anos, que foi consistido por um teste bem sucedido de bomba de hidrogênio capaz de ser carregada no míssil balístico intercontinental do país, tanto China quanto Estados Unidos somados a Rússia, Japão, Coreia do Sul, França, OTAN e União Europeia repudiaram o ato. A China condenou enfaticamente o novo teste nuclear realizado, segundo um comunicado do Ministério de Assuntos Exteriores do país. De acordo com o levantamento da agência Reuters, o país também iniciou um monitoramento das condições radioativas na região (G1, 2017).

Diante dessas informações, conclusões analíticas podem ser versadas sobre o papel da China e dos EUA no que concerne à Coreia do Norte e suas armas nucleares. Trump ao negociar diretamente com Kim Jong-un sobre a pacificação do programa nuclear norte-coreano, tentou relegar à China um papel secundário nesses assuntos. Mas a proximidade com a China na península coreana, sua centralidade econômica para ambos os Estados coreanos e seus duradouros interesses estratégicos no Nordeste Asiático são indiscutíveis. O efeito foi o contrário, pois permitiu que Kim negociasse mais abertamente com a China sem arriscar seu relacionamento com os EUA. Logo após a cúpula de Cingapura, Kim realizou pela primeira vez uma visita à

China, demonstrando deferência atípica, embora simbólica para Xi Jinping. Isso refletido nas quatro reuniões subsequentes entre os dois líderes asiáticos, incluindo a visita de Xi Jinping a Pyongyang em junho de 2019. Aliás, o empréstimo da China de uma aeronave Boeing 747 para o voo de Kim até Cingapura e a viagem de trem pelo interior da China até Hanói para o segundo encontro com Trump refletem com clareza a contínua dependência da Coreia do Norte em relação a Pequim. A China sem dúvida prefere a continuação do regime norte-coreano, mas pouco é revelado sobre as medidas que ela pode tomar para ajudar a sustentá-lo. Reflexões ainda sem resposta permanecem sobre a política chinesa para a Coreia do Norte, o que inclui a avaliação da China sobre a capacidade do regime de sobreviver no Sistema Internacional, se os EUA têm como objetivo final o fim do regime, as consequências da unificação peninsular e como isso irá afetar os interesses chineses. O futuro do programa nuclear norte-coreano paira sobre essas questões. Não existe uma fórmula acordada entre a China, EUA e os aliados estadunidenses ameaçados pelo recrudescimento de armas nucleares norte-coreanas sobre Pyongyang e como isso afeta as relações adversárias com esses países. A China continua relutante em usar uma força mais incisiva contra o regime norte-coreano, vendo isso como uma estratégia de limitação de risco. Apesar de seu poderio superior no continente asiático, a passividade e a aversão ao risco continuam sendo sua principal opção para a Coreia do Norte (POLLACK, 2020). Em suma, a China não possui capacidade de resolver a crise norte-coreana para os EUA. Pyongyang almeja segurança, alívio das sanções e reconhecimento diplomático dos EUA. A China pode oferecer alívio das sanções e segurança, mas não pode fornecer o que eles querem dos EUA. Além disso, Pequim mostrou que há limites na pressão que é exercida para a Coreia do Norte, acreditando que ser muito incisivo com Pyongyang pode reduzir sua habilidade de moldar o comportamento norte-coreano e potencialmente provocar comportamentos mais favoráveis ao risco. Não obstante, é nítido que Pequim ainda continua com uma postura de diálogo e construção de um quadro pacífico concernente a esse tema. Como frisou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China após a fracassada 2ª Cúpula de Hanói, a China “continuará a fazer esforços e contribuições” para manter o ímpeto para o diálogo (USIP, 2019, p.10). Assim como é fulcral lembrar o papel do Grupo dos Seis no âmbito das atuações sino-americanas de negociação desse imbróglio nuclear. A China, que representou o ator-pivô nesse acordo, estava na posição-chave para fazer com que

as negociações fossem bem-sucedidas ou não, devido ao fato de possuir suas ligações com a Coreia do Norte. Mas a postura norte-americana presente na gestão Bush focou muito na urgência de desnuclearização da Península Coreana, que atuou como Estado-dominante e minou as possibilidades do sucesso do Grupo dos Seis. A China acreditava que tal processo deveria acontecer de forma paulatina, tendo outras prioridades além da desnuclearizar de forma célere a Coreia do Norte. Devido à urgência imposta pelo Estado-dominante, o Estado-alvo (Coreia do Norte) portou-se com uma postura de resistência com as tratativas do acordo, mantendo sua posição de Estado-pária e promotor do terrorismo (BUSZYNSKI, 2013).

### **3.4 Processos de securitização de China e EUA envolvendo a Coreia do Norte**

Em conformidade com a teoria da securitização, nesta seção será apresentada em específico os atos de fala atinentes à Coreia do Norte feitos por China e EUA. Tal centralidade se faz presente, como dissertado acima, pela situação diferenciada que a Coreia do Norte se encontra devido aos aspectos políticos e ações realizadas pelo regime norte-coreano que o faz ser considerado um país em que há muita preocupação sino-americana e esses Estados já realizaram ações mais coordenadas para apaziguar a situação aguda que lá se encontra. A Coreia do Norte é altamente alvo de irregularidades dentro do regime de não-proliferação, causadas por suspeitas de descumprimento das diretrizes do TNP, fazendo com que em 2003 tenha saído do tratado e ainda sendo posta por Bush como países do Eixo do Mal, como Iraque e Irã. Tal fato não ocorre com outros países como Índia e Paquistão dentro do nosso marco regional, sendo isto um fato de pertinente análise, fazendo com que EUA e China empreendam esforços para sanar os problemas concernentes às grandes atividades nucleares dentro do país. Desse modo, analisaremos dentro do nosso marco temporal (2009 até 2020) os atos de fala presentes nos documentos já analisados no capítulo anterior, em conformidade com a teoria da securitização, buscando classificar qual tipo de ato é e se dentro dos escritos de Balzacq (2011) podemos identificar o processo de securitização, como feito com os outros países do Supercomplexo Asiático. Em seguida, explicitar as razões pelas quais o cenário norte-coreano se torna mais delicado para as preocupações sino-americanas, pinçando as relações de

amizade e inimizade que há para Pyongyang, aclarando os perigos que os aliados norte-americanos sofrem de modo que suscite uma preocupação maior dos EUA para com o regime de Kim Jong-un e como para a China essa situação se diferencia, na tentativa da pesquisa de realizar um estudo construtivista de acordo com as teorias desenvolvidas na Escola de Copenhagen.

Repetindo o mesmo método dos capítulos anteriores, vamos começar pelo Relatório de Revisão de Postura Nuclear dos EUA de 2010. Com o governo Obama, tem-se uma tônica mais pacífica em comparação com Trump, como já dito anteriormente, além do fato de que os acontecimentos mais agudos feitos pela Coreia do Norte começam em 2016, ano em que Trump começou seu mandato presidencial. Destarte, os dois fatos se interligam e nos ilustram como o contexto pode influir na presença ou não de atos de fala mais assertivos, diretivos ou comissivos. Dentro desse primeiro documento, os atos de fala norte-americanos seguem um padrão semelhante de cooperação:

Os Estados Unidos buscam apoiar o regime de não proliferação nuclear revertendo as ambições nucleares da Coreia do Norte e do Irã. Demonstramos que estamos preparados para nos engajar multilateral e bilateralmente com esses Estados para chegar a soluções negociadas que proporcionem sua integração política e econômica com a comunidade internacional, ao mesmo tempo confirmando de forma verificável que não estão buscando capacidades de armas nucleares. No entanto, seu desafio contínuo às normas e acordos internacionais levará apenas a um maior isolamento e ao aumento da pressão internacional (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2010, p. 9).

Como pode ser visto, o tom estadunidense confere uma vontade de cooperação com os países-pária, e, dentro do nosso marco regional, apenas Coreia do Norte se faz presente. Devido a essa postura cooperativa, pode-se enxergar um ato de fala assertivo, pois informa a um agente uma instrução a ser seguida, gerando uma regra de instrução. Ademais, dentro deste próprio ato de fala já informa qual seriam as consequências negativas caso não haja o cumprimento, sendo estas o maior isolamento e aumento da pressão internacional. Sendo isto verificável dentro das sanções econômicas que Coreia do Norte sofreu nesse período e com mais intensidade a partir de 2016 com a intensificação dos testes balísticos. Destarte, a

audiência claramente são as autoridades da Coreia do Norte e do Irã, e podemos trabalhar com alguns dos aspectos empíricos de Balzacq (2011) para analisar a facilitação ou dificuldade da efetivação do processo securitário. Quando o autor discorre sobre a co-dependência do agente e do contexto, ele elenca alguns aspectos empíricos que funcionam como fatores circunstanciais para guiar o pesquisador a perceber a deferência do ato de fala. Nesse caso, ao vermos a estrutura de classe do agente securitizador, sendo este as autoridades norte-americanas, pode-se enxergar, como visto acima, a condição outorgada do poder político que os governantes dos EUA possuem, logo, ao evocarem a percepção de ameaça, sua estrutura de classe é suficiente para o sucesso deste ato de fala. Logo, a co-dependência do agente e contexto vai se confirmar, pois como o agente está informando uma ameaça dentro do contexto do descumprimento da Coreia do Norte e do Irã dos órgãos multilaterais sobre armas nucleares, a percepção de ameaça vindo das autoridades norte-americanas vai facilitar a efetividade do ato de fala.

Importante lembrar que a questão do contexto e da percepção devem ter primazia na análise construtivista. O contexto presente neste ato de fala pode ser o próximo, devido ao fato de explorar o microambiente da relação, onde a proliferação horizontal das armas nucleares da Coreia do Norte estão postas em observância, assim como os desacordos com os tratados e normas internacionais que regulam o regime de não-proliferação, logo, o contexto distal também se mostra presente. Como Balzacq (2011) defende, a dimensão performativa de segurança habita entre a regularidade semântica e as circunstâncias contextuais, sendo isto notório neste processo de securitização, pelo fato de se confirmarem tanto as ameaças institucionais e brutas. Assim como o dispositivo e a força estruturante das práticas, que consistem nos instrumentos regulatórios e de capacidade para imposição de disciplina externa, onde o autor menciona o poder das armas nucleares de um Estado de conseguir impor à audiência sua vontade a ser feita, o que os EUA possuem uma grande superioridade em comparação a Pyongyang.

Por sua vez, no mesmo tipo de documento, porém 8 anos depois, a tom estadunidense já adquire outros contornos. Justamente por conta do recrudescimento dos testes balísticos e da recalitrância norte-coreana de cooperar nessa seara, os EUA intensificam seu tom de ameaça e a percepção de um cenário hostil se torna mais presente. Em diálogo com os acontecimentos realizados pela Coreia do Norte e

com a mudança de cenário do Sistema Internacional nitidamente mostrado no documento e dissertado no capítulo anterior, o que dialoga com os *deeds* (práticas) baseados nos escritos de Onuf (1998), neste caso, feitos pela Coreia do Norte:

O ambiente de segurança piorou devido a esses desenvolvimentos e às ameaças representadas por uma maior proliferação de armas nucleares. A Coreia do Norte acelerou sua busca provocativa de armas nucleares e capacidades de mísseis, e expressou ameaças explícitas de usar armas nucleares contra os Estados Unidos e seus aliados na região. As autoridades norte-coreanas insistem que não desistirão das armas nucleares, e a Coreia do Norte pode estar agora a apenas alguns meses da capacidade de atacar os Estados Unidos com mísseis balísticos com armas nucleares. Nos últimos anos, a Coreia do Norte aumentou dramaticamente seus testes de voo de mísseis, mais recentemente incluindo o teste de mísseis de alcance intercontinental capazes de atingir a pátria dos EUA. [...] Dadas as capacidades nucleares atuais e emergentes da Coreia do Norte; capacidades químicas, biológicas e convencionais existentes; e retórica e ações extremamente provocativas, passou a representar uma ameaça urgente e imprevisível para os Estados Unidos, aliados e parceiros. Consequentemente, os Estados Unidos reafirmam que o programa nuclear ilícito da Coreia do Norte deve ser eliminado completa, verificável e irreversivelmente, resultando em uma Península Coreana livre de armas nucleares (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2018, p. 11-12).

Como pode ser visto, o tom estadunidense refletiu uma mudança substancial de ameaça. Mencionando o aumento dos testes balísticos e o quão isso é prejudicial ao bem-estar dos EUA e seus aliados, dialogando claramente com o conceito de amigo e inimigo presente dentro da TCRS. Mesmo que os EUA não estejam presentes no Supercomplexo Asiático, é nítido como o fato deles realizarem o mecanismo de penetração e estabelecerem relações com seus aliados asiáticos faz com que sua preocupação seja altamente perceptível (BUZAN; WAEVER, 2003). Em outro canal de comunicação, também podemos enxergar outro ato de fala que mostra o tom mais incisivo estadunidense dentro do cenário belicoso causado por Pyongyang. Em suas férias em Bedminster, Nova Jersey, Trump certamente usou um tom acima de Barack Obama nesse tema relacionado à Coreia do Norte, em resposta aos mísseis balísticos ocorridos em julho de 2017 que atingiu as águas japonesas, afirmando que “será melhor que a Coreia do Norte pare de ameaçar os Estados Unidos ou vai se encontrar

com uma fúria e um fogo jamais visto no mundo” (TRUMP, 2017 apud MARS, 2017)

Devido às mudanças nítidas de tom, tais atos de fala podem ser classificados como atos de fala diretivos, gerando uma regra diretiva, sendo a primeira vista dentro das fontes analisadas no trabalho. Isso cristaliza claramente como a percepção de ameaça aumentou, devido às práticas realizadas por Pyongyang. Mostrando como as teorias utilizadas conversam entre si de modo que nos provê um estudo construtivista de segurança, sendo esta a proposta dentro do Construtivismo que fornece um Estudo de Segurança com robustez. Ademais, os fatores empíricos de Balzacq (2011) que permitem o sucesso do processo de securitização se fazem presentes, devido ao fato de que as autoridades norte-americanas, mais uma vez, carregam no quesito estrutura de classe o capital social suficiente para a condição facilitadora do ato de fala. Assim como nos fatores contextuais que o autor advoga como importantes, tendo o contexto distal como foco de análise desse ato de fala, corroborado com o fato de recrudescimento dos testes balísticos norte-coreanos, sustentado com o que Balzacq (2011) versa sobre ameaças institucionais e brutas, onde ambos os tipos se fazem presentes. Apesar desses aspectos externos, a percepção para o Construtivismo deve prevalecer, isso convergindo claramente com o conceito de amigo e inimigo da TCRS, pois se tais ações proviessem do programa nuclear francês, por exemplo, essa percepção de ameaça para os EUA não ocorreria, em que pese os EUA terem o capital social da estrutura de classe suficiente para um sucesso de ato de fala para as autoridades francesas, se fosse o caso. Logo, a percepção de ameaça é a nossa chave de análise, em diálogo com a proposta construtivista do trabalho. Destarte, ela não aceita o ato de fala diretivo e as consequências frutos disso fazem com que as sanções econômicas continuem e o cenário hostil se mantenha firme e forte. Portanto, quem perde com essa relação assimétrica claramente é Pyongyang, e a China tenta ter seu papel de negociação e tentativa de apaziguar essas beligerâncias, o que será aclarado dentro dos atos de fala chineses que apresentaremos agora e dialoga com os atos práticos dissertados na seção anterior.

Como dito anteriormente, apenas com os Livros Brancos de Defesa chinês é que podemos averiguar se há atos de fala concernentes à seara nuclear, e, conseqüentemente, relacionados à Coreia do Norte. O governo chinês mantém uma postura sem transparência sobre armas nucleares, sendo isto um dos maiores fatores de preocupação para os EUA, ainda considerando como eles lidam com o vizinho e



parceiro comunista. Dentro do nosso marco temporal, temos o Livro Branco de Defesa de 2010, 2013, 2015 e 2019. No primeiro desses documentos, a postura pacífica da china é bastante nítida, isso refletido neste ato de fala que envolve diretamente os assuntos nucleares da Península Coreana:

A China defende a resolução pacífica da questão nuclear na Península Coreana por meio de diálogos e consultas, esforçando-se para equilibrar as preocupações comuns por meio da realização de conversações com seis partes, a fim de realizar a desnuclearização da Península Coreana e manter a paz e a estabilidade da Península Coreana e do Nordeste Asiático. A China, sempre considerando toda a situação no longo prazo, exorta meticulosamente os países relacionados a terem mais contatos e diálogos a fim de criar condições para retomar as negociações a seis o mais cedo possível (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2010, p. 77)

Conforme podemos ver, a China mantém sua tônica de cooperação e lança para a audiência (a autoridades dos países relacionados à Península Coreana e o Nordeste Asiático) uma sugestão de cooperação e negociações dentro deste campo nuclear. Refletindo o que suas ações na seção acima mostraram sobre como a China procura ter esse papel de mediação nos conflitos atinentes à Coreia do Norte, que dentro de uma perspectiva comparada com os EUA relacionado ao conceito de amigo e inimigo da TCRS, possuem uma relação de amizade com Pyongyang. Justamente por partilharem um regime político semelhante e ter relações comerciais e diplomáticas bem fortes com Pyongyang, como mostramos na seção anterior, relacionados ao à co-dependência do agente e o contexto de Balzacq (2011), pois nesse caso observamos um contexto mais pacífico dentro de uma relação de amizade, se compararmos com a relação destes países com os EUA. Destarte, esse ato de fala é comissivo, tentando buscar uma regra de promessa, sendo este ato de fala o que dá maior margem de negociação entre os agentes e as audiências. Entretanto, isso não ocorreu, pois Pyongyang continuou insistindo em desestabilizar a sua circunvizinhança com seus contínuos testes balísticos.

Por sua vez, o Livro Branco de 2013 não faz menções sobre a Península Coreana e a questão nuclear, em consonância com o capítulo anterior de menções fortes sobre questões nucleares inexistirem envolvendo EUA e China e outros aliados envolvidos nisso. Dois anos depois, China menciona as instabilidades ocorridas

dentro deste período envolvendo alguns países da sua alçada, incluindo a Península Coreana, apesar de não mencionar armas nucleares envolvendo isso:

À medida que o centro de gravidade econômico e estratégico mundial está mudando cada vez mais rapidamente para a região da Ásia-Pacífico, os EUA continuam sua estratégia de "reequilíbrio" e aprimoram suas forças armadas presença e suas alianças militares nesta região. [...] Alguns países externos também estão ocupados se intrometendo nos assuntos do Mar da China Meridional; uns poucos mantêm vigilância aérea e marítima constante e reconhecimento contra a China. Portanto, é uma tarefa de longa data para a China salvaguardar seus direitos e interesses marítimos. Certas disputas por território de terra ainda estão latentes. A Península Coreana e o Nordeste da Ásia estão envoltos em instabilidade e incerteza. Terrorismo regional, separatismo e extremismo são galopantes. Tudo isso tem um impacto negativo na segurança e estabilidade ao longo da periferia da China (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2015. p. 4)

Como pode ser visto, a mudança da estratégia dos EUA na região da Ásia-Pacífico levanta preocupações para a China, e a questão da Península Coreana e o Nordeste Asiático são mencionados diretamente. Não obstante, a questão nuclear não é presente nesta fala, portanto, um processo de securitização neste caso não pode ser iniciado pois o tema não é mencionado e esta percepção de ameaça não pode se confirmar. Por sua vez, em consonância com o que já vimos sobre as mudanças no cenário internacional alusivos a conflitos estatais e o aumento dos testes balísticos norte-coreanos, o tom da China ganhou novos contornos em pé de igualdade com os EUA no Livro Branco de 2019:

A China desempenhou um papel construtivo na solução política de pontos críticos regionais, como a questão da Península Coreana, a questão nuclear iraniana e a questão síria. A China se opõe à hegemonia, ao unilateralismo e aos padrões duplos, promove diálogos e consultas e implementa plena e sinceramente as resoluções do CSNU. A China tem participado ativamente de diálogos e negociações multilaterais sobre o ciberespaço e o espaço sideral, e pressionado pela formulação de regras internacionais amplamente aceitas que sejam justas e equitativas. A China participa ativamente do controle internacional de armas, do desarmamento e da não proliferação. A China se opõe à corrida armamentista e se esforça para proteger o equilíbrio estratégico global e a estabilidade. Para tanto, a

China assinou ou aderiu a dezenas de tratados multilaterais relevantes, incluindo o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (MINISTÉRIO DA DEFESA CHINÊS, 2019. p. 34)

Como pode ser visto, a China apesar de salientar que os conflitos ganharam uma intensidade, ela continua com uma postura de cooperação e quer buscar construir um campo pacífico no que concerne às armas nucleares e o papel da Coreia do Norte neste quesito. O que dialoga com as ações (*deeds*) que a China empreendeu para sanar o imbróglio da Coreia do Norte, pois ela declara em sua política declaratória como pode ser visto acima que sempre procurou defender os regimes multilaterais com vistas a prover um mundo sem proliferação horizontal de armas nucleares. Desse modo tal ato de fala também pode ser lido como comissivo, pois apenas endossa uma vontade de cooperação nessa seara, em que pese os conflitos mundiais terem recrudescido, inclusive envolvendo a China e os EUA. Confirmando os aspectos empíricos que versamos acima, pois mesmo que o contexto presente no ato de fala seja propenso a levantar um processo de securitização devido ao recrudescimento das ações beligerantes da Coreia do Norte, a China como partilha de uma relação pacífica com o regime norte-coreano, não carrega uma percepção de ameaça como existe para os EUA. Logo, a co-dependência entre o agente e o contexto mesmo que haja um ato de fala comissivo ainda se faz presente, pois mesmo que haja ameaças brutas, a China não percebe tais ações como ameaçadoras, isso em diálogo com o que Balzacq (2011) disserta como o contexto pode selecionar, ativar ou esconder certas propriedades do conceito de segurança. Logo, as palavras do ator securitizador condizem com o contexto que as ações estão colocadas, não sendo, portanto, tão ameaçador pra China quanto é para os EUA, em consonância com o conceito de amigo e inimigo da TRSC. Percebe-se desse modo como as teorias conversam entre si para prover uma análise construtivista de segurança, pois a percepção de ameaça é a chave para essa análise.

Mesmo que a Coreia do Norte, como discorremos à luz dos CRSs, mantenha uma relação de amizade e cooperação com a China, em comparação ao aspecto empírico de da co-dependência do agente e estrutura, ela ainda precisa ser cautelosa em tratar da política nuclear em comparação aos EUA. Devido ao fato de que os aliados dos EUA – Japão, Coreia do Sul e Taiwan – estarem diretamente ameaçados pelas ações norte-coreanas, e dentro das relações de amizade e inimizade, ações

provenientes da Coreia do Norte podem não ser ameaçadoras para a China, mas para os EUA e seus aliados sim. Portanto, o diálogo das teorias nos brinda com clareza como esse estudo construtivista pode ser aplicado para os Estudos de Segurança, pois a teoria da securitização trabalha com a questão da percepção de ameaças, e uma das características da TCRS é a interdependência securitária entre as diferentes regiões de segurança. Logo, analisar essas relações nos permite e como a tecnologia nuclear confere uma percepção de ameaça fruto das ações da Coreia do Norte nos mostra como as relações de amigo e inimigo se entrelaçam e ilustram que, para os aliados da China e Coreia do Norte, as ameaças nucleares de Pyongyang não representam uma percepção de ameaça, ao passo que para os EUA e seus aliados sim.

### 3.5 Conclusão

Neste capítulo averiguamos com maior foco sobre como o papel da política nuclear na construção de rivalidades sino-estadunidenses no Supercomplexo Asiático ocorre ao analisar a centralidade que a Coreia do Norte traz para os dois países. Pyongyang carrega uma importância diferenciada dentro do nosso marco regional por 3 fatores: 1) é o único que é classificado no “Eixo do Mal” pelos EUA frutos de seus descumprimentos nos regimes multilaterais concernentes a armas nucleares, 2) o caso norte-coreano fez com que EUA e China realizassem diversas ações de negociações para solucionar os imbróglis frutos de suas atividades hostis sobre seu programa nuclear e 3) as negociações com a Coreia do Norte exemplificam, com riqueza, como a dinâmica de amizade e inimizade funciona e coordena a construção de rivalidades sino-americanas atinentes aos seus aliados do Supercomplexo Asiático. Apesar de estarem de fora do Tratado de Não Proliferação Nuclear, Paquistão e Índia não foram classificados pelos EUA dentro do Eixo do Mal. Tais diferenciações é que empreendem o esforço da pesquisa de acrescer um capítulo específico para a Coreia do Norte, de modo que testemos nossa hipótese.

Ao analisarmos os mesmos tipos de documentos de captação de atos de fala, assim como declarações na imprensa, percebemos como o maior tom incisivo dos EUA após os testes balísticos fazem diferença ao vermos qual tipo de ato de fala ocorreu sobre a Coreia do Norte, sendo os únicos atos de fala diretivos existentes

relacionados à questão nuclear dentro do nosso marco regional. Isso é cristalizado no fato de como os EUA classificam a Coreia do Norte como Estado-pária e dentro do Eixo do Mal. Logo, as atividades práticas (*deeds*) se confirmam ao dialogarem com os conceitos de ato de fala do Construtivismo (ONUF, 1998). Ao passo que a China apesar de reprovarem as ações norte-coreanas atinentes aos seus testes balísticos, ainda mantém uma postura de negociação e seus atos de fala permanecem comissivos. Isso diretamente influenciado pelo fato de eles ainda precisarem ter um tom pacífico devido à sua discrepância do aspecto empírico co-dependência do agente e o contexto, que segundo Balzacq (2011) no quesito material, dizem respeito aos modos de produção, estrutura de classe e formação política da China, que ainda não se equiparam aos norte-americanos, fazendo com que sua retórica seja a favor dos EUA, pois em termos produção econômica e contexto de classe e política, a China ainda não possui níveis comparativos aos norte-americanos, que detêm tais características de forma mais tenaz, em que pese o fato da Coreia do Norte manter relações de amizade com a China à luz dos TCRS.

Os Estados Unidos reconhecem as ações empreendidas pela China nesse assunto, isso endossado logo após ao teste balístico de setembro de 2017, quando Trump classificou como hostis e perigosos, afirmando que apesar dela querer ajudar na solução desse conflito, ainda o faz com pouco sucesso (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Ademais, análises acima mostradas ilustram como os dois Estados empreendem esforços para solucionar a crise norte-coreana em matéria nuclear. No caso dos EUA, as duas cúpulas feitas por Trump mostram o esforço tenaz norte-americano de solucionar esse impasse, sendo isto inédito na política internacional feito por um presidente norte-americano, apesar da 2ª cúpula não apresentar sucesso e as sanções econômicas se manterem para a Coreia do Norte. A China mesmo que tenha apoiado as sanções do CSNU, ainda se mostram lenientes com Pyongyang no trato de armas nucleares.

A China poderia facilmente prejudicar muito mais a Coreia do Norte caso assim quisesse, pois como dito, é o maior parceiro comercial norte-coreano, grande provedor de mercadorias e commodities, principalmente óleo e gás, e muitas ações financeiras são realizadas por Pyongyang dentro dos bancos chineses. Mas ainda há essa resistência pois ela teme uma instabilidade na região, podendo engendrar a formação de programas nucleares de inimigos como Japão e Coreia do Sul, aliados dos EUA.

Assim como teme o colapso do regime norte-coreano, pois eles partilham do mesmo sistema político socialista, e uma Coreia unificada poderia ser dominada por seu inimigo do sul, que é capitalista e parceira dos EUA (MCDONELL, 2017). Com clareza podemos enxergar como a questão nuclear norte-coreana nos faz observar as dinâmicas de amizade e inimizade dentro do Supercomplexo Asiático, brindando nossa análise construtivista com esmero somada à teoria da securitização. Por último, a tentativa dos EUA de margear a China na solução desse imbróglio só ilustrou o quanto foi ineficaz, uma vez que a China se encontrou 4 vezes com o regime norte-coreano para sanar esse impasse, incluindo o empréstimo do avião para Kim Jong-un se encontrar com Donald Trump na 1ª Cúpula e a permissão de acesso à viagem de trem dentro da China para que a delegação norte-coreana pudesse chegar no Vietnã dentro do escopo a 2ª Cúpula (POLLACK, 2020).

Os EUA apesar de terem superioridade econômica dentro do seu modo de produção e estrutura de classe em relação à China, o regime comunista ainda consegue sua margem de atuação na solução dessa altercação, e isso faz com que elas possam agir com alguma leniência para com seu vizinho coreano. Não obstante, é importante não subestimar ainda a superioridade norte-americana, pois ambos os Estados ainda concordam em não apoiar o enriquecimento do programa nuclear norte-coreano, e a China ainda mostrou-se favorável às sanções econômicas do CSNU. Caso a China não entendesse dentro da relação do capital político e social presente nos ditames da teoria da securitização, certamente ela não faria tais ações enfraquecendo Pyongyang, e ainda poderia apoiar o recrudescimento dos seus testes balísticos, o que os EUA não veriam com bons olhos. Portanto, ainda é necessário ver como a China responde às reações dos norte-coreanos em consonância com a opinião uníssona com os estadunidenses de não apoiar Pyongyang em matéria nuclear, apesar de cada um à sua maneira reagir de formas distintas em dirimir a força norte-coreana nesse tipo de política bélica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, pode-se enxergar claramente como a política nuclear pode ser um fator de grande redistribuição de poder no Sistema Internacional. Pois, como pôde ser observado, ela traz capacidades dos Estados de angariar bastante capacidade de causar danos a um possível inimigo e suscitar preocupações e receios para a estabilidade pacífica do cenário mundial, isso claramente visto no caso norte-coreano que trabalhamos no trabalho. Pois apesar de não ser um Estado de grande porte econômico e político, suas ações frutos do seu programa nuclear suscitam preocupações fazendo com que muitos Estados fiquem receosos com suas atividades nucleares. Tal tecnologia teve seus primórdios no pós-2ª Guerra Mundial, majoritariamente possuída pelos vencedores deste conflito, isso visível no fato de que os 5 grandes detentores de armas nucleares – Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França – representam os países do conjunto dos Aliados, vencedores dos adversários do Eixo neste conflito. Não obstante, alguns outros países posteriormente empreenderam esforços com apoio de alguns aliados citados acima para também obter este tipo de armamento, como é o caso da Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel.

Um dos grandes desafios apresentados pelo tema do cenário de armas nucleares é o fato de que alguns Estados podem aderir ao TNP e depois pleitear sua saída, como é o caso da Coreia do Norte. Assim como há países detentores de armas nucleares que ainda não assinaram esse tratado, o caso de Índia e Paquistão. O caso norte-coreano suscita debates muito agudos de serem analisados, como o fato de que o recrudescimento de testes balísticos a partir de 2016 ter gerado um receio enorme para o cenário mundial, suscitando em preocupações delicadas para aliados dos EUA na Ásia, como Coreia do Sul, Japão e Taiwan. Devido a isso e alguns outros motivos anteriores, o ex-presidente Bush classificou Pyongyang como Estado-pária e o pôs dentro do Eixo do Mal, junto com Iraque e Irã, derivada de seus descumprimentos das diretrizes do TNP em 2003.

Devido a esse panorama, China e EUA, detentores de armas nucleares e as duas maiores potências mundiais atualmente, possuem preocupações pertinentes de análise para as Relações Internacionais e que mostram a necessidade de empreender uma dissertação sobre o tema. Ambos foram atores fulcrais no funcionamento das dinâmicas internacionais na Guerra Fria, derivado do fato de que a China representou

um 3º ator de grande atuação na rivalidade bipolar capitalismo-comunismo, pelo fato de Pequim ter sido um aliado central para a URSS contra a expansão do capitalismo no continente asiático. Dentre essas disputas, a Guerra da Coreia certamente é uma representação clara da cisão leste-oeste na região, ocasionada pelo fato da Península Coreana ser um palco tradicional de disputa das potências comunistas e capitalistas, a parte norte ficando sob à égide da URSS e a parte sul sob influência dos EUA, juntamente com Japão para a expansão do capitalismo no mundo.

Ao lembrar esse panorama, podemos lembrar qual a proposta da pesquisa e como empreendemos nossa pergunta e que resultados obtivemos. A presente dissertação teve como objetivo investigar como se deu o papel da política nuclear na construção de rivalidades entre China e EUA dentro do Supercomplexo Asiático. Nossa hipótese inicial advogou a identificação da proliferação de armas nucleares para a China e Coreia do Norte como uma ameaça de segurança aos EUA e seus aliados, consistindo em um dos principais fatores que acarretam a penetração dos EUA no Supercomplexo Asiático, e, com isso, recrudescer a percepção de ameaça das autoridades chinesas em relação aos EUA. Cristalizando com clareza um dilema de segurança, dentro do qual as armas nucleares carregam um papel de percepção de ameaça, mesmo que o emprego efetivo não aconteça. Isso é refletido notoriamente nos processos de securitização iniciados pelos atos de fala que captamos nos documentos e pronunciamentos oficiais das autoridades destes países, que serão aclarados no final deste capítulo.

Como marco teórico, utilizamos as teorias da Escola de Copenhague para fornecer um estudo construtivista de segurança, sendo a tentativa mais bem estruturada dentro do Construtivismo ao tratar sobre esses estudos (MCDONALD, 2013). Tais teorias foram empreendidas dentro desse instituto dinamarquês, tendo metodologias que se entrelaçam e nos provê um panorama construtivista de segurança de forma estruturada. Primeiramente, foi utilizada a teoria da securitização. Esta teoria refere-se a um processo pelo qual uma questão de segurança é colocada como uma ameaça à sobrevivência de algum objeto referente (aquilo que é reivindicado como tendo o direito de sobreviver) feita por um ator securitizador (aquele que profere a retórica de ameaça, dotado de autoridade para isso). Em nosso caso, trabalhamos com a percepção de que a tecnologia nuclear dos países pode ser vista como uma ameaça à segurança dos Estados e seus aliados, sendo estes os objetos de referência, e os atores securizantes sendo as próprias autoridades que falam em



nome destes países. Tal processo é deferido pela aceitação da audiência (para quem é direcionado o ato de fala), que possui capacidade de aceitar ou não tal percepção de ameaça e de seguir a regra gerada, condicionado pelas condições facilitadoras, sendo estas as condições necessárias e suficientes para que esse processo seja realizado de forma mais bem sucedida ou não. Tal processo de securitização se inicia com a enunciação de um ato de fala, sendo um conceito tradicional de Nicholas Onuf (1989, 1998), que emprega o papel da fala como uma grande ferramenta de funcionamento da dinâmica internacional, capaz de gerar regras a serem seguidas se forem aceitas pela audiência. Tais atos de fala podem ser classificados como assertivos, diretivos e comissivos, formando respectivamente, regras de instrução, regras diretivas e regras de promessa. Esses atos de fala possuem três categorias pois exercem funções diferentes, e suas mesmas três categorias valem para as regras porque funcionam das mesmas três maneiras que os atos de fala, ou seja, realizam as coisas instruindo, dirigindo e comprometendo os agentes (ONUF, 1998). Não obstante, ainda há o papel dos fatores empíricos para a efetivação dos processos sendo estes a centralidade da audiência, a co-dependência do agente e o contexto, o dispositivo e a força estruturante das práticas. A audiência é aquela que tem uma conexão causal direta com a questão e dota o poder de reagir, responder, ir de encontro ou aceitar o ato de fala. Sem o fator dela, o processo não pode ser completo (BALZACQ, 2011). É correto endossar que a audiência não contribui apenas para a substância e o resultado de processos de securitização, mas também tem seu próprio papel e influência nos significados compartilhados de segurança e na construção intersubjetiva de segurança (CÔTÉ, 2016). O papel da co-dependência do agente e o contexto também são imprescindíveis no efeito que completa o processo. Estes consistem nos desenvolvimentos externos centrais para a securitização, o que faz com que ela esteja inserida nas abordagens construtivistas da segurança. Para atrair a atenção da audiência para algo considerado percepção de ameaça, as palavras do ator securitizador precisam ressoar com o contexto dentro do qual suas ações são colocadas. Isso significa que o sucesso da securitização depende de um contexto perceptivo. Ou seja, o pesquisador deve embarcar na análise de discurso buscando uma compreensão completa do contexto que está sendo analisado, juntamente com os aspectos empíricos concernentes ao modo de produção, estrutura de classe e formação política do enunciador da ameaça, com vistas a situar sua análise e explicar

o sucesso ou insucesso dos movimentos securizantes estudados. Importante aclarar que para os estudos construtivistas de segurança, o papel da percepção de ameaça é mais importante que os fatores materiais. Isso cristalizado, por exemplo, no fato de que as armas nucleares da Coreia do Norte podem ser ameaçadoras para os Estados Unidos e seus aliados, porém, para a China, não. Além disso, ainda dentro do contexto, é notório perceber como a presença de certos conflitos pode ser um motor de ameaça para o aumento da percepção de perigo, pois o aumento dos testes balísticos norte-coreanos suscita preocupações para seus inimigos, desse modo, os atos de fala que vimos dos EUA ilustram como a fala do agente securizante deve ressoar com o contexto para o sucesso do processo de securitização. Por último, temos o dispositivo e força estruturante das práticas, que constituem os efeitos políticos e simbólicos dos agentes securizantes. Estes fornecem a estrutura dentro da qual existem ferramentas de capacidade que operam para impor disciplina externa a indivíduos e grupos. Isso incorre no que a tecnologia nuclear possibilita o ator político de realizar um ato de fala sucessivo, pois as armas nucleares podem ser os instrumentos capazes de impor sua vontade e fazer com que a audiência aceite de modo mais eficiente o ato de fala. Gerando, portanto, as práticas, sendo estas a que estão no nível tácito do discurso capazes de trazer autoridade para o ator político. Desse modo, as armas nucleares são um instrumento de capacidade de grande auxílio para os atos de fala, cujos efeitos políticos e simbólicos conseguem outorgar ao ator securizante uma capacidade de impor suas vontades nos discursos proferidos (BALZACQ, 2011). O terceiro fator vai funcionar para todos os atos de fala, devido ao fato de que os Estados de análise possuem armas nucleares em quantidades distintas. Logo, o processo de efetivação se mostra presente.

A última perspectiva teórica que utilizamos foi a TCRS. Esta teoria provê um entendimento da nova estrutura internacional do pós-Guerra Fria e faz uma avaliação comparativa entre as influências regionalizantes e as globalizantes dentro de um território contíguo, formando um nexos relacional entre o regional e global. Sua ideia central é que, dentro de um contexto posterior às grandes guerras, uma vez que as ameaças costumam vir de distâncias mais curtas do que distantes, interdependência securitária é normalmente padronizada em grupos regionais. De acordo com sua estrutura, têm-se cinco fatores provenientes da sua formação: fronteira (o que diferencia tal conceito é a característica da contiguidade, ou seja, é necessário que os

Estados estejam ligados por fronteiras); estrutura anárquica (o que significa que o CRS é composto por duas ou mais unidades autônomas); construção social (que implica nas relações de amizade e inimizade destas unidades autônomas); o padrão de interdependência securitária deve ser profundo e durável e, por último, a polaridade (onde as unidades do complexo exercem influência na balança de poder da região). Ela consiste numa teoria *bottom-up*, pois o principal objetivo do CRS é distinguir o nível global e regional de análise, tirando a massificada ideia no período da Guerra Fria de análise meramente global. Dessa forma, os EUA exercem o poder global pelo mecanismo de penetração no Supercomplexo Asiático, fazendo alianças com certos Estados dentro da região e influenciando na política doméstica dos países, ao passo que a China exerce *spillover*, ou seja, espalha sua influência dentro desta região e compete com os EUA na disputa da política doméstica destes países (BUZAN, WAEVER, 2003). Calcado nessa dinâmica, a presente dissertação buscou fazer uma explanação de como esses dois países atuaram dentro da região e como se formou o padrão de alianças realizados por eles, firmando as relações de amizade e inimizade que essa teoria advoga. Desse modo, o Construtivismo entra nesses aspectos da percepção de amigo e inimigo, sendo isto nítido na descrição que realizamos do nosso marco regional, fornecendo-nos o panorama de como os processos de securitização funcionaram e influíram na capacidade dos atos de fala de prover a percepção de ameaça. É perceptível, portanto, como essas três abordagens teóricas se entrelaçam com vistas a prover uma perspectiva teórica construtivista de forma rica para as Relações Internacionais.

Em que pese utilizarmos a TCRS e tratarmos de eventos que fogem do nosso marco temporal, os atos de fala que captamos é o que confere a exequibilidade da pesquisa, pois é dentro desses que é possível captar à luz da teoria da securitização a questão da percepção de ameaça concernente à política nuclear entre China e EUA. Baseados diretamente nos escritos de Onuf (1998) sobre os atos de fala e as atividades práticas (*deeds*), que se coadunam e nos fornecem como o peso das ações e da fala trabalham juntas e permitem ao pesquisador verificar e comparar como tais elementos se relacionam de modo que percebamos quais atos de fala são empreendidos por autoridades desses países.

Foi dissertada uma seção específica no capítulo 3 sobre a influência da China e dos EUA na formação do Supercomplexo Asiático com vistas a mostrar ao leitor

como as dinâmicas à luz do TCRS acontecem dentro da lógica donexo relacional entre o nível global e regional. Malgrado a grande influência dos dois países no quesito de alianças calcada no conceito de amigo e inimigo no Sul Asiático, principalmente tratando do relacionamento com Índia e Paquistão, a influência sino-americana se encontra em uma roupagem tangencial, fruto dos acordos e parcerias realizadas por esses Estados. Diferentemente do Nordeste Asiático, lugar da Coreia do Norte, onde a situação fica mais aguda justamente por conta da intensa atividade nuclear exercida por Pyongyang, afetando diretamente aliados históricos importantes para os EUA e inimigos da Coreia do Norte, sendo estes Japão e Coreia do Sul. Logo, a China como sendo parceira norte-coreana, precisa avaliar sua posição frente a esses acontecimentos, pois apesar de não temer por ter uma relativa relação de amizade com Pyongyang, não pode se indispor com os EUA e nem com seus aliados, pois não seria de seu interesse que seus inimigos também desenvolvam armas nucleares e um possível ataque ocorra. Sendo esta situação mais delicada do que os outros Estados detentores de armas nucleares, pois a situação indo-paquistanesa é mais voltada diretamente para problemas concernentes um com o outro, tendo influência mais tangencial dos EUA e China nesse quesito, assim como os problemas indo-paquistaneses não afetam outros aliados que poderiam prejudicar os interesses nacionais sino-americanos. Além do que, no caso da Coreia do Norte, tanto EUA quanto China empreenderam fortes cooperações multilaterais a fim de mitigar a força do programa nuclear coreano, como é o caso do Grupo dos Seis, diferentemente do caso de Índia e Paquistão, onde seus acordos aconteceram de forma mais bilateral. Outrossim, nem Índia e nem Paquistão são classificados pelo governo norte-americano como sendo do Eixo do Mal, isso sendo algo centrado para Coreia do Norte na região de análise. Desse modo, a análise específica de Pyongyang se mostra necessária e matizada de ser realizada, ilustrando um caso distinto visto dentro do marco regional.

No começo de nossa análise sobre os processos de securitização, começamos buscando os atos de fala dos EUA concernentes à política nuclear que envolviam a China e como isso influenciava seus aliados na Ásia. Ao iniciar tal ação, salientamos o fato de que os EUA são mais abertos do que a China nesse quesito, onde percebemos que há documentos específicos que versam sobre o tema, capazes de prover a todos que queiram ler como eles entendem essa tecnologia e que

implicações ela possui para o país. Com isso, os Relatórios de Revisão de Postura Nuclear de 2010 e 2018 são os que se encontram em nosso marco temporal, dentro dos governos Obama e Trump, respectivamente. Ao fazer um panorama macro dos documentos, vemos claramente uma volição dos EUA de querer que as armas nucleares sejam abolidas do mundo, em consonância com o discurso de Obama de 2009 que justifica nosso marco temporal. Assim como sustentam que almejam fazer parcerias com parceiros detentores de armas nucleares, como Rússia e China, mas argumentam que a falta de transparência e a modernização das armas nucleares chinesas concentram um motivo de grande preocupação para os EUA, sendo isto uma tônica presente em diversos momentos referentes à China. Talvez esses dois fatos sejam um dos maiores motivos de preocupação norte-americana alusivos à política nuclear chinesa, assim como sustentam que isso é um problema para seus aliados no Supercomplexo Asiático.

Dentro do NPR 2010, a tônica dos EUA é bem cooperativa, isso condizente com um cenário um pouco mais pacífico que o mundo se encontrava na época. Logo, o ato de fala que captamos neste documento é comissivo, onde o ator dessecuritizador seria as autoridades dos EUA, o objeto referente o próprio Estado norte-americano e a audiência as autoridades da China. Neste caso, a tentativa é de dessecuritização da tecnologia nuclear, pois o ato de fala comissivo geraria uma regra de promessa, tentando construir uma margem de negociação entre os dois países. Ao passo que o NPR de 2018 já carrega fortes mudanças, sendo isto nítido na forma como o documento apresenta seu conteúdo. Derivado justamente das mudanças do cenário internacional, devido ao recrudescimento dos conflitos internacionais e da mudança de governo. O ato de fala captado, cuja audiência é direcionada aos governantes da China, é assertivo, buscando uma regra de instrução, fazendo com que ela coopere e forme tal regra. Desse modo, isso aconteceria caso a China aceitasse a percepção de ameaça, consolidando o processo de securitização. A tentativa dos EUA de securitizar pode ser bem-sucedida, arregimentado pelas condições facilitadoras, calcadas na relação da co-dependência do agente e contexto. Como discorrido no capítulo teórico, este consiste no repertório semântico de segurança, onde a dimensão performativa de segurança habita entre a regularidade semântica e circunstâncias contextuais do processo de securitização. Logo, os fatores materiais se mostram importantes, diferenciando as ameaças institucionais (a

enunciação da ameaça) com as ameaças brutas (o que vem “de fora” e é tudo como ameaça), assim como o autor pleiteia a importância da análise dos modos de produção, estrutura de classe e formação política para a análise empírica dos processos. Nesse segundo fator de Balzacq conseguimos de forma bem auxiliadora a identificação da percepção de ameaça dos atos de fala, pois dentro deles foi possível enxergar como as falas dos agentes securizantes ressoaram com o contexto ocorrido no período de análise, atinente ao recrudescimento ou não de conflitos envolvendo os Estados de estudo. Ainda mais considerando os aspectos empíricos que o autor versa, sendo estes instrumentos configuracionais que guiam o pesquisador em identificar as condições que facilitam ou dificultam o sucesso do ato de fala. O fator da estrutura de classe de quem enuncia a ameaça, no caso, as autoridades norte-americanas, apresenta-se como um elemento de grande relevância para o processo securitário, pois eles detêm a outorga do poder político e tomada de decisão, sendo de grande importância ao proclamarem uma percepção de ameaça da tecnologia nuclear chinesa. Isso em consonância com a relação de amigo e inimigo do Construtivismo, logo, o papel da percepção de ameaça ganhou destaque e nos ajudou nas análises propostas. Por último, o dispositivo e as forças estruturantes das práticas vão funcionar para ambos os Estados de análise, pois eles possuem instrumentos de capacidade suficientes para impor seus limites e impor disciplina ao agente. De todo o modo, para uma análise construtivista, a questão da percepção de ameaça no plano retórico ainda carrega maior peso, sendo necessário interpretar como os discursos de segurança operam como instruções para a construção e interpretação da situação.

De acordo com a análise desses documentos, é observável que mesmo que a China suscite preocupações em matéria nuclear no tocante à sua falta de transparência e modernização contínua de seu arsenal nuclear, os EUA não procuram ter uma relação com a China de MAD, e sim uma predileção por limitação de danos. Ou seja, buscam reduzir os custos para si mesmo em uma guerra nuclear, e eles assim o fazem por meio de capacidades de contra-força, diferentemente da dissuasão que procura evitar que o inimigo empreenda ações que podem ser prejudiciais a ele. Isso quer dizer que se a China iniciar uma crise ou conflito que aumente os riscos de escalada nuclear, os Estados Unidos terão uma disposição maior para assumir os riscos em comparação à China, por conta da sua maior capacidade de limitar os danos

(TALMADGE, 2019). Como dissertado no capítulo 3, é visível que os EUA carregam uma capacidade de danos enormes para a China, por conta tanto do seu arsenal nuclear potente e da sua presença nas regiões que a circundam. No entanto, dentro do marco temporal proposto, as atividades práticas atinentes ao material nuclear estadunidense apesar de serem fortes e capazes de atingir o continente chinês, ainda acontece num panorama tangencial, através dos apoios e das parcerias com os desafetos da China e de monitoramentos pelas águas litorâneas chinesas, mas estes são protegidos pela legislação de águas internacionais. Assim como a questão de Taiwan é colocada pela China como um grande revés na relação entre os dois, porém, alguma possibilidade de uso de armas nucleares referentes à Ilha Formosa não pôde ser visto na pesquisa, e sim em um panorama de armas convencionais, e nem com esse tipo de armamento a situação entre os dois ficou tão estreita a ponto de engendrar algum conflito maior. É perceptível que o emprego desse belicismo só aconteceria se a China fizesse algum ataque a um aliado norte-americano no Suplercomplexo Asiático, tanto convencional ou nuclear, porém dentro do período de análise isso não foi visto. O que é notório nesses documentos é a preocupação constante com as atividades dos países-párias, Coreia do Norte e Irã, mas é afirmado que a China inclusive é uma parceira nesse rol para evitar danos feitos por estes Estados, desvencilhando um papel chinês nessas atividades ilícitas.

Na parte da análise documental da China, temos a restrição de seus Livros Brancos de Defesa Nacional de 2010, 2013, 2015 e 2019. Em alguns desses documentos, a linguagem é mais hermética do que os documentos norte-americanos, enfatizando a vontade da China e cooperar constantemente com um mundo pacífico, não procurar se expandir e nem ser hegemônico, contra o terrorismo e problemas globais, calcados nos 5 Princípios de Coexistência Pacífica. Em alguns desses documentos, a política nuclear sequer é citada, apesar das constantes informações levantadas pelos EUA de que China segue expandindo e modernizando seu programa nuclear, como escrito acima. Ou seja, a falta de transparência é o maior revés para os EUA no que concerne às armas nucleares chinesas. Assim como eles deixam claro quais são suas maiores preocupações securitárias, como Taiwan, Mar do Sul da China e Tibete. Mas garante nunca ser a primeira a empregar armas nucleares, seguindo a política de No First Use, nunca empregar armas nucleares a Estados não-detentores e a ZLANs.

Os atos de fala específicos que captamos se encontram no ano de 2019, dentro do veículo da imprensa e do Livro Branco deste ano, suscitado principalmente pela mudança do cenário internacional reiterado constantemente pelos dois Estados. No discurso de abril de 2019, o chanceler chinês Wang Yi ressaltou sua preocupação e alertou os estágios das forças chinesas em caso de alguma crise nuclear no Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão das Partes para o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Tal ato de fala foi lido como assertivo, pois está informando a um agente sobre um fato a ser seguido, e caso não seja, haverá consequências para o inimigo. O ator securizante é a autoridade chinesa, em específico o chanceler Wang Yi, a audiência as autoridades dos EUA e o objeto de referência é o Estado chinês. Como o cenário mundial possuiu maiores beligerâncias, isto tem a ver o segundo fator de Balzacq (2011), relativo aos aspectos empíricos do processo de securitização, que é a co-dependência entre o agente e o contexto, sendo este dividido entre distal e o próximo. Neste caso, o distal se faz presente, relativo às mudanças do cenário internacional que ambos os países apresentam em seus documentos, e, por conseguinte, a mudança de retórica vai se diferenciar de modo que o ato de fala tenha mais assertividade.

Não obstante, apesar de haver a percepção de ameaça do arsenal nuclear estadunidense, as condições facilitadoras para o processo de securitização ser deferido ainda carecem em relação aos EUA, devido ao capital político ainda ser menor que o do oponente, o que é sustentado pelo o que a teoria da securitização afirma em relação à discrepância de poder entre os atores securizantes e a audiência. Por último, no Livro branco de 2019, China apresenta sua postura mais incisiva dentre todos os documentos. Por sua vez, eles apontam um papel dos EUA na construção de rivalidades entre os dois, denunciando a maior presença norte-americana na Ásia e o aumento do seu orçamento para armas nucleares. Em que pese essa assertividade tenha crescido, o ato de fala que mostramos dentro desse documento mostra que a maior vontade da China é cooperar para uma reunificação pacífica e cooperação em não-proliferação de armas nucleares com os EUA, até afetando seu parceiro Coreia do Norte. Devido ao fato de que a China procura não levantar problemas a mais com os EUA, por conta do panorama onde há a chance do uso de armas nucleares caso haja um confronto direto entre China e EUA, atinente às questões fronteiriças do Mar do Sul da China, à independência de Taiwan e à



segurança dos aliados estadunidenses. Infere-se que os EUA não acreditam na política de No First Use da China, cristalizando o típico dilema de segurança, onde as armas nucleares apesar de não terem um papel efetivo no que concerne ao uso, encontram-se em uma roupagem tangencial no receio de que ela use em um conflito convencional. Desse modo, temos um ato de fala comissivo, que busca negociação aberta com a potência ocidental neste quesito, mesmo que eles tenham ultrapassado alguns limites delineados pela China. Tal ultrapassagem mostra o que dissemos acima sobre o fato dos EUA não aceitar esse ato de fala e, com isso, uma tentativa de dessecuritização não ser possível.

Porém, quando chegamos à Coreia do Norte, a postura estadunidense muda de forma tenaz. Em conformidade com a pesquisa, analisamos os mesmos documentos a fim de comparação com as outras regiões do marco regional, como a questão com Pyongyang é distinta e merece um quadro diferenciado e por isso, justifica-se a necessidade de termos um capítulo específico. O primeiro ato de fala do NPR de 2010 é assertivo, com o qual já é informado quais seriam as consequências negativas caso não haja o cumprimento, sendo estas o maior isolamento e aumento da pressão internacional. O que ocorreu de fato após Pyongyang ser recalcitrante na sua empreitada nuclear. A audiência dentro de nosso marco regional se refere às autoridades da Coreia do Norte, e as condições facilitadoras de Balzacq (2011) também se confirmam, devido ao fato da co-dependência entre o agente e o contexto fortalecer este ato de fala, pois as palavras evocadas pelo ator securitizador ressoam com o contexto apresentado, que é o descumprimento das normas dos tratados que regulam o regime de não-proliferação. Desse modo, a dimensão performativa de segurança se centra na regularidade semântica e circunstâncias contextuais, sendo importante para o Construtivismo o papel da percepção de ameaça, o que é observável dentro dessa dimensão. Ainda mais se analisarmos o papel do aspecto empírico da estrutura de classe, onde o agente sendo os governantes estadunidenses carregam o poder de fazer com que sua fala seja levada em conta, pois a autoridade política do enunciador facilita a percepção de ameaça, ressoando, portanto, com o contexto presente no aumento do receio das ações do programa nuclear coreano.

Porém, já no caso do NPR de 2018 e da imprensa que captamos que Trump preferiu, temos um fator de fulcral diferença. Ambos os atos de fala que identificamos são diretivos, sendo isto inédito na presença do trabalho e confirmando a hipótese do

quadro diferenciado que a Coreia do Norte nos traz. Ou seja, os EUA realizam falas enfaticamente normativas, dando a entender que a Coreia do Norte precisa seguir o que foi dito. Inclusive, o tom de Donald Trump em suas férias de New Jersey mostram o tom agressivo do presidente frente à Coreia do Norte, corroborado com as ações de Pyongyang relacionadas aos seus testes balísticos que já apresentamos. Além disso, os fatores empíricos de Balzacq (2011) que permitem o sucesso do processo de securitização se confirmam, devido ao fato do contexto ter apresentado ameaças brutas (ameaças que existem no plano empírico e externo), convergindo com as ameaças institucionais (sendo estas a própria enunciação de ameaça). Desse modo, a relação central entre linguagem e os fatos em volta pode ser decisivo para a segurança, corroborado com o que a linguagem constrói, calcado diretamente no conceito de amigo e inimigo da TCRS, pois se tais ações viessem de um país aliado dos EUA, não haveria tal percepção de ameaça. Destarte, ela não aceita o ato de fala diretivo e as consequências frutos disso fazem com que as sanções econômicas continuem e o cenário hostil se mantenha forte. Portanto, quem perde com essa relação assimétrica claramente é Pyongyang, e a China tenta ter seu papel de negociação e tentativa de apaziguar essas beligerâncias, cristalizado nos atos de fala chineses sobre a questão.

Relembrando, as informações onde podemos captar atos de fala estão centradas nos Livros Brancos de Defesa. Pudemos observar no ato de fala que captamos no Livro Branco de 2010, uma vontade de cooperação lançada para a audiência (os governantes dos países relacionados à Península Coreana e o Nordeste Asiático) dentro deste campo nuclear. Isso pode ser justificado por eles partilharem um regime político semelhante e ter relações comerciais consistentes com Pyongyang, conversando com os aspectos empíricos de Balzacq (2011), que auxiliam como instrumentos configuracionais para a averiguação da efetividade do processo securitário. Desse modo, na co-dependência do agente e o contexto, para a China essas ações vindas da Coreia do Norte não representam uma percepção de ameaça como para os EUA, apesar dela não querer a proliferação nuclear de Pyongyang, como vimos anteriormente. Mas nesse segundo aspecto de Balzacq (2011) relativo ao contexto, mostra como as ameaças brutas (o que vem de fora) não irá se confirmar no plano discursivo (ameaças institucionais), devido ao fato de que na relação entre amigo e inimigo, Coreia do Norte e China possuem relações amigas em comparação

com os EUA, logo a centralidade do contexto se confirma nesse quesito e a percepção de ameaça não é forte. Logo, temos um ato de fala comissivo, tentando buscar uma regra de promessa, almejando uma margem de negociação. Por sua vez, o segundo ato de fala que captamos no Livro Branco de 2019 sustenta a vontade de cooperação vinda da China para com a Coreia do Norte. Em que pese a China confirmar que os conflitos internacionais ganharam intensidade, ela continua com uma postura apaziguadora no que concerne às armas nucleares e o papel da Coreia do Norte neste quesito. Convergindo com as ações (*deeds*) que a China empreendeu para sanar o imbróglio da Coreia do Norte, pois ela declara em sua política declaratória que sempre procurou defender os regimes multilaterais a fim de construir um mundo sem proliferação horizontal de armas nucleares. Confirmando com que apresentamos do conceito de amigo e inimigo de Buzan e Waever (2003), pois o recrudescimento de armas nucleares norte-coreanos para os chineses não representa um problema tão grande como para os EUA e seus aliados.

Fazendo um balanço de todos os atos de fala coletados, a dissertação deu destaque a cinco atos de fala estadunidenses relacionados a armas nucleares e aos países que estamos analisando. Em relação à China, mantiveram o aspecto cooperativo, onde no NPR de 2010, temos um ato de fala comissivo fruto do quadro mundial relativamente pacífico. O máximo vindo dos EUA para a China foi um ato de fala assertivo no NPR de 2018, fruto diretamente da mudança endossada pelo documento do quadro beligerante mundial que o campo internacional estava enfrentando. Com relação à Coreia do Norte, o tom muda claramente. Apesar do NPR de 2010 manter o ato de fala comissivo, os EUA apresentaram 2 outros atos de fala diretivos para a Coreia do Norte, sendo a primeira vez que vimos isso no trabalho. Tudo isso fruto das ações práticas que Pyongyang realizou atinentes ao seu arsenal nuclear, sendo eles atores relacionados em grande parte pelas mudanças que vimos nos conflitos internacionais, suscitando em preocupações mais prementes. Desse modo, na conclusão chegamos ao fato como os atos de fala criam regras, informando as práticas e como isso influencia na percepção de ameaças. Diretamente ligado ao conceito de amigo e inimigo, pois os EUA endossam claramente que o perigo está, especialmente, direcionado aos seus aliados no Supercomplexo Asiático, pois os EUA não estão na Ásia e, no ponto de vista prático, tais ações da Coreia do Norte poderiam não representar nada para eles, pois o arsenal nuclear norte-coreano ainda não

consegue chegar de forma efetiva no continente americano.

Pelo lado chinês, captamos 4 atos de fala, em menor quantidade por conta da China não ser muito aberta no quesito da política nuclear, mesmo que seja para mencionar a Coreia do Norte. Apenas um ato de fala foi assertivo, e isso fora do escopo dos Livros Brancos, e sim fruto de um pronunciamento do chanceler Wang Yi em 2019, fruto das investidas mais incisivas dos americanos na região Indo-Pacífica. Ademais, esse ato de fala teve como audiência as autoridades dos EUA, e não as da Coreia do Norte, isso sendo fulcral na análise, pois o conceito de amigo e inimigo nos mostra o quanto as parcerias comerciais e políticas compartilhadas por Pyongyang e Pequim faz com que eles tenham um tom bem mais ameno do que os EUA e Pyongyang. Mesmo que os EUA tenha amizades com desafetos chineses, como Japão e Coreia do Sul, o ato de fala assertivo chinês foi fora do escopo dos Livros Brancos, e sim um pronunciamento oficial de um político chinês. Isso convergindo diretamente com a ação prática dos EUA na região Indo-Pacífico, o que mostra como a pesquisa faz sentido ao utilizarmos o conceito dos atos práticos (*deeds*) com relação ao o que os atos de fala pleiteiam, ou seja, a teoria faz sentido ao aplicarmos ela.

Por todo o exposto, o tom mais incisivo à Coreia do Norte se confirma, diretamente relacionado ao perigo que ela representa aos aliados estadunidenses no nosso marco regional relativos às suas ações práticas. Desse modo, temos um quadro diferenciado no campo de Pyongyang por três fatores principais: o fato deles serem considerado um Estado-pária e dentro do Eixo do Mal, o fato de China e EUA empreenderam grandes negociações e endossaram as sanções econômicas do CSNU para dirimir o enriquecimento do programa nuclear coreano e como os testes balísticos de Kim Jong-un suscitam um perigo latente aos aliados norte-americanos. Isso diretamente sustentado com os atos de fala captados vindos dos EUA, onde podemos ver de forma inédita na pesquisa atos de fala diretivos, sendo estes enfaticamente normativos e confirmados à audiência que ele deve seguir tal preceito de forma imperativa. O que não ocorreu pois as sanções econômicas se mantiveram, e o programa nuclear coreano continuou sendo enriquecido mesmo com as cúpulas feitas por Donald Trump.

Apesar do protagonismo norte-americano dentro do nosso marco temporal para solucionar a crise nuclear coreana, a China ainda manteve sua margem de atuação devido ao fato de que realizou encontros com Pyongyang com vistas a solucionar esse

imbróglio. Se a China quisesse, poderia facilmente quebrar a economia norte-coreana pela sua dependência com os chineses, como afirmado acima. Apesar da superioridade norte-americana frente à chinesa nesse quesito, a China se encontra em segundo lugar política e economicamente no cenário internacional, portanto, sua margem de atuação frente à crise nuclear coreana ainda pode ser bastante pujante, mas é importante não subestimar a capacidade dos EUA de impor sua vontade de acabar com esse problema. Logo, os atos de fala de ambos fazem grande diferença, e se China talvez fosse mais incisiva com Pyongyang e proferisse atos de fala diretivos, talvez seria mais difícil para a Coreia do Norte resistir.

Diante disso, vemos como a Coreia do Norte carrega um quadro diferenciado para a construção de rivalidades sino-estadunidenses no âmbito nuclear no Supercomplexo Asiático, confirmado diretamente com a diferenciação que observamos no tocante aos atos de fala apresentados por cada país. Nossa hipótese sugeria que a securitização da tecnologia nuclear e, mais precisamente, a proliferação de armas nucleares da China e Coreia do Norte acarreta na maior penetração dos EUA dentro do Supercomplexo Asiático, ocasionando em incômodos para as autoridades chinesas, isso cristalizado em veículos midiáticos dentro do nosso marco temporal. Em dezembro de 2010, os Estados Unidos e o Japão deram início a um grande exercício militar no Leste Asiático, em resposta ao ataque da Coreia do Norte que provocou a morte de quatro sul-coreanos. Como maior aliada de Pyongyang, a China criticou tais exercícios, mesmo que tenham acontecido dois dias depois do encerramento do treinamento bélico dos EUA com a Coreia do Sul. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da época Jiang Yu afirmou que a exibição de força não é efetiva para sanar o problema, afirmando que eles estariam “brincando com facas” enquanto a China é criticada por querer propor um diálogo, pois eles queriam retomar a reunião do Grupo dos Seis, sendo recusada pelo lado ocidental do acordo que já estava encerrado (TREVISAN, 2010).

Em abril de 2017, a China pediu cautela e demonstrou preocupação com o envio do porta-aviões de propulsão nuclear USS Carl Vinson à Península Coreana em resposta às atividades nucleares de Pyongyang. O aviso partiu do porta-voz do Ministério de Assuntos Estrangeiros chinês Hua Chunying, afirmando que acompanha de perto as atividades do local e quer um ambiente sem escalada de tensões. Tal porta-aviões estava sob controle da Terceira Frota (Pacífico Oriental), onde

inicialmente seguiria para Austrália e mudou de rumo para a Península Coreana devido às provocações do regime coreano (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Três meses depois, um navio de guerra norte-americano chamado USS Stethem se aproximou de uma ilha no Mar do Sul da China, dentro de uma operação em torno de uma ilha artificial chinesa. O governo Trump alegou que tal medida era um direito de navegação pelas águas internacionais, mas na visão de Pequim, tal evento viola a soberania do país, classificando-o de “provocação militar e política” vinda dos EUA (VEJA, 2017). Já em agosto de 2020, ainda no governo Trump, os EUA enviaram um navio com mísseis à região do Estreito de Taiwan, localizado entre a China continental e a Ilha Formosa. Eles alegam que o trânsito do navio é parte do US Pacific Fleet, um braço da marinha americana responsável por patrulhas no Oceano Pacífico. O ELP garantiu de imediato que seus militares estavam em alerta máximo para proteger seu território semi-autônomo. Em resposta, os porta-vozes da marinha americana afirmaram que o país vai continuar a navegar e operar em qualquer lugar salvaguardado pela lei internacional. Tais conflitos geopolíticos nessa região cristalizam em grande escala um quadro parecido com a Guerra Fria (PUTTI, 2020).

Por todo o exposto, percebe-se com clareza o incômodo chinês frente às intromissões dos EUA no Supercomplexo Asiático, endossado pelas autoridades do país noticiadas acima. O que cristaliza nossa hipótese, devido ao fato de que a securitização da tecnologia nuclear e a identificação da proliferação de armas nucleares da China e Coreia do Norte justificam o aumento das penetrações estadunidenses dentro do nosso marco regional. Mesmo que alguns dos eventos não explicitem o papel nítido de armas nucleares, é notório que tal presença norte-americana é justificada por conta do recrudescimento de suas preocupações com seus interesses na Ásia, principalmente no que tange aos seus aliados. Tal tipo de belicismo pode carregar um papel mais tácito nesse panorama de conflitos, pois uma contenda de armas convencionais pode suscitar no emprego de armas nucleares, somado ao fato de que o aumento da proliferação nuclear norte-coreana justificou a presença dos EUA em alguns eventos explicitados acima, afirmado nitidamente pelas autoridades norte-americanas. Logo percebemos um típico dilema de segurança atinente à construção de rivalidades na seara nuclear entre China e Estados Unidos, assentado no fato de que o aumento das atividades nucleares advindas da Coreia do Norte justifica a maior penetração dos norte-americanos no Supercomplexo Asiático,

e, a China além de explicitar seu incômodo com essa presença, precisa dosar sua postura nesse conflito entre sua aliada e seu rival, mesmo que ela não esteja diretamente envolvida nesse imbróglio. O que cristaliza com clareza como as dinâmicas de amizade e inimizade sustentam nosso trabalho dentro do nosso marco regional, pois a China e Coreia do Norte possuem relações pacíficas em comparação com os EUA, que precisam apoiar seus aliados Coreia do Sul, Taiwan e Japão contra as medidas norte-coreanas relacionadas ao seu programa nuclear.

## REFERÊNCIAS

- ACORDO EUA nuclear e Índia: dois coelhos e uma cajadada. **Deutsche Welle**, Bonn, 3 mar. 2006. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/acordo-nuclear-eua-e-%C3%ADndia-dois-coelhos-e-uma-cajadada/a-1922663>>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA (AIEA). **Nuclear Share of Electricity Generation in 2019**. Disponível em: <<https://pris.iaea.org/PRIS/WorldStatistics/NuclearShareofElectricityGeneration.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- ALVES, Tamires. A construção retórica de uma ameaça: o caso iraniano. **Revista de Estudos Anti-utilitaristas e Pós-Coloniais**, Recife, v. 9, n. 2, jul/dez. pp. 145-171, 2019. Disponível em: <[https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/242939/pdf\\_1](https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/242939/pdf_1)>. Acesso em: 27. nov. 2020.
- APÓS teste nuclear, Trump diz que a Coreia do Norte é um país hostil e perigoso. **Agência Brasil**, Washington D.C, 03 set. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/trump-diz-que-coreia-do-norte-e-pais-hostil-e-vergonha-para-china>>. Acesso em: 08 out. 2021.
- BALZACQ, Thierry. **Securitization theory: how security problems emerge and dissolve**. New York: Routledge, 2011.
- BURGER, Mariana. **As relações China-Estados Unidos no contexto dos conflitos territoriais do Mar do Sul da China**. In: ENCONTRO ABRI: PERSPECTIVAS SOBRE O PODER EM UM MUNDO EM REDEFINIÇÃO, 6, 2017, Belo Horizonte (Brasil). Disponível em: <[https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1504303911\\_ARQUIVO\\_MarianaBurgerABRIFinal.pdf](https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1504303911_ARQUIVO_MarianaBurgerABRIFinal.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- BUSZYNSKI, Leszek. **Negotiating with North Korea: The Six Party Talks and the nuclear issue**. New York: Routledge, 2013.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security – A New Framework of Analysis**. London: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and power – the structure of international security**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- BROWN, Seyom. The Trump Administration's Nuclear Posture Review (NPR): In Historical Perspective, **Journal for Peace and Nuclear Disarmament**, v. 1, n. 2, p. 268-280, 2018.
- CARMALI, Sara. O conceito de segurança como política de exceção: uma avaliação crítica. **Relações Internacionais**, v. 18, pp. 113-127, 2008.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012.



ChinaPower. **How is China Modernizing its Nuclear Forces?**, Washington, 2020. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/china-nuclear-weapons/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CHINA. Ministério da Defesa Nacional da China. Gabinete de Informação do Conselho Estadual. **Livro Branco de Defesa Nacional 2010**. Pequim, 2010.

CHINA. Ministério da Defesa Nacional da China. Gabinete de Informação do Conselho Estadual. **Livro Branco de Defesa Nacional 2013**. Pequim, 2013.

CHINA. Ministério da Defesa Nacional da China. Gabinete de Informação do Conselho Estadual. **Livro Branco de Defesa Nacional 2015**. Pequim, 2015.

CHINA. Ministério da Defesa Nacional da China. Gabinete de Informação do Conselho Estadual. **Livro Branco de Defesa Nacional 2019**. Pequim, 2019.

CHELLANEY, Brahma. Reinterpretação da constituição japonesa. **Jornal de Negócios**, 02 mar. 2015. Disponível em: <[https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/economistas/detalhe/reinterpretacao\\_da\\_constituicao\\_japonesa](https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/economistas/detalhe/reinterpretacao_da_constituicao_japonesa)>. Acesso em: 25 out. 2021.

CHINA critica nova política nuclear dos EUA: mais risco de conflito atômico. **G1**, São Paulo, 5 fev. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/02/china-critica-nova-politica-nuclear-dos-eua-mais-risco-de-conflito-atomico.html>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

CHINA pede moderação na península coreana após envio de porta-aviões dos EUA. **Agência Brasil**, Pequim, 10 abr. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/china-pede-moderacao-na-peninsula-coreana-apos-envio-de-porta-avioes>>. Acesso em: 30 out. 2021.

COELHO, Arthur; DORNELLES Jr. A crise no estreito de Taiwan (1995-1996) e as relações entre Estados Unidos, China e Taiwan. **Cena Internacional**, Brasil, v. 9, n. 1, pp. 57-81, 2007. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/CENAIternacional/2007/vol9/no1/3.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

COREIA do Norte anuncia teste nuclear 'bem-sucedido' com bomba de hidrogênio. **G1**, São Paulo, 3 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/coreia-do-norte-anuncia-teste-bem-sucedido-com-bomba-de-hidrogenio.ghtml>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

CÔTÉ, Adam. Agents without agency: Assessing the role of the audience in securitization theory. **Security Dialogue**, Calgary, vol. 47, n.6, out/dez, pp. 541-558, 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0967010616672150>>. Acesso em: 27. fev. 2021.

DAVENPORT, Kelsey. The Six-Party Talks at a Glance. **Arms Control Association**, Washington D.C., 14 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/factsheets/6partytalks>>. Acesso em: 24 out. 2021.

DUCHATÊL, Mathieu; KAZAKOVA, Eugenia. **Tensions in the South China Sea: the nuclear dimension**. Estocolmo: SIPRI, 2015.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Defesa Nacional. **ANNUAL REPORT TO CONGRESS: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019**. Virgínia, 2019.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Defesa Nacional. **ANNUAL REPORT TO CONGRESS: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020**. Virgínia, 2020.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Defesa Nacional. **Nuclear Posture Review Report 2010**. Virgínia, 2010.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Defesa Nacional. **Nuclear Posture Review Report 2018**. Virgínia, 2018.

EUA e China concordam em ampliar cooperação sobre Coreia do Norte. **Reuters**, Londres, 20 set. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia/eua-china-concordam-em-ampliar-cooperacao-sobre-coreia-do-norte-20142794.html>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

FEDERAÇÃO DOS CIENTISTAS AMERICANOS. **Status of World Nuclear Forces**, Washington, 2021. Disponível em: <<https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FIGUEIREDO, Dannel. Estados Unidos e Coreia do Norte: entenda a relação! **Politize!**, 19 set. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/estados-unidos-e-coreia-do-norte/>>. Acesso em: 01 out. 2021.

GROSSMAN, Derek. **The Quad Is Poised to Become Openly Anti-China Soon**. Santa Monica: Rand Corporation, 2020.

JANG, Se Young. The Limited Roles of U.S. Nuclear Deterrence in Northeast Asia. **Carnegie Endowment For International Peace**, Washington, 30 jan. 2018. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2018/01/30/limited-roles-of-u.s.-nuclear-deterrence-in-northeast-asia-pub-75374>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter. Norms, identity and culture in national security. In: KATZENSTEIN, Peter (Ed.). **The culture of national security: norms and identity in world politics**. New York: Columbia University Press, 1996. pp.33-75.

HIBBS, Mark. **The future of nuclear power in China**. Washington D.C: Carnegie Endowment for International Peace, 2018.

KRAUSE, Keith. Rationality and deterrence in theory and practice. In: SNYDER, Craig (Ed.). **Contemporary security and strategy**. New York: Routledge, 1999. p. 120-147.

KILE, Shannon; KRISTENSEN, Hans. Chinese nuclear forces. In: Stockholm International Peace Research Institute Yearbook 2020: Armaments, Disarmament and International Security, **World Nuclear Forces**. Estocolmo: SIPRI, 2020. p. 354-361.

KILE, Shannon; KRISTENSEN, Hans. North Korea's military nuclear capabilities In: Stockholm International Peace Research Institute Yearbook 2020: Armaments, Disarmament and International Security, **World Nuclear Forces**. Estocolmo: SIPRI, p. 378-385, 2020.

KORDA, Matt; KRISTENSEN, Hans. United States nuclear weapons, 2021. **Bulletin of the Atomic Scientists**. vol. 77, n. 1, pp. 43–63, 2021.

KOTZ, Ricardo. Os valores projetados pela China nas relações internacionais. **Ceiri News**, São Paulo, 21 mar. 2018. Disponível em: <<https://ceiri.news/os-valores-projetados-pela-china-nas-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 25 maio 2021.

KRISTENSEN, Hans. **US Nuclear War Plan Updated Amidst Nuclear Policy Review**. New York: Federação dos Cientistas Americanos, 2013.

KRISTENSEN, Hans. US Nuclear Forces. In: Stockholm International Peace Research Institute Yearbook 2020: Armaments, Disarmament and International Security, **World Nuclear Forces**. Estocolmo: SIPRI, 2020. p. 327-336.

KRISTENSEN, Hans; KORDA, Matt. Chinese nuclear forces. **Bulletin of the Atomic Scientists**. vol. 76, n. 6, p. 443–457, 2020.

LIY, Macarena. Trump retira ditador da Coreia do Norte do isolamento num degelo histórico cheio de dúvidas. **El País**, Singapura, 13 jun. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/internacional/1528481442\\_294817.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/internacional/1528481442_294817.html)>. Acesso em: 09 out. 2021.

LIY, Macarena; MARS, Amanda. O duelo pela hegemonia global que deixa o mundo apreensivo. **El País**, Madri, 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/eua-x-china-cenarios-da-nova-guerra-fria.html>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MAR do Sul da China: presença militar dos EUA incomoda Pequim. **Veja**, São Paulo, 3 jul. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/mar-do-sul-da-china-presenca-militar-dos-eua-incomoda-beijing/>>. Acesso em: 29 out. 2021.

MARS, Amanda. Trump ameaça a Coreia do Norte “com fogo e fúria jamais vistos no mundo”. **El País**, Washington D.C. 08 ago. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/08/internacional/1502219237\\_304327.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/08/internacional/1502219237_304327.html)>. Acesso em: 08 out. 2021.

MCDONALD, Matt. Constructivisms. 2. ed. In: WILLIAMS, Paul (Ed). **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 2013. p. 63-75.

MCDONNELL, Stephen. Por que a China tem tanta paciência com a Coreia do Norte? **BBC News**, Pequim, 3 set. 2007. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41140674>>. Acesso em: 07 out. 2021.

MENDONÇA, Cláudio. Doutrina Bush: **Guerra contra o terrorismo e o "eixo do mal"**. 2005. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/doutrina-bush-guerra-contra-o-terrorismo-e-o-eixo-do-mal>>. Acesso em: 21 out. 2018.

MILLER, Steven. **Nuclear collisions: discord, reform & the Nuclear Nonproliferation Regime**. Cambridge: American Academy of Arts & Sciences, 2012. p. 1-41.

OLIVEIRA, Alana. O poder militar do Sol Nascente: o Japão, a militarização e o entorno regional. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. v. 4, n. 1, p. 203-228, jan/jun, 2017.

ONU, Nicholas Greenwood. **Constructivism: a user's manual**. In: KUBÁLKOVÁ, V.; ONU, N.; KOWERT, P. (Ed.). *International relations in a constructed world*. Londres: M. E. Sharpe, pp. 58-78, 1998.

ONU, Nicholas Greenwood. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia, S.C.: University of South Carolina Press, 1989.

POLLACK, Jonathan. **Testing the possibilities of renewed cooperation with China on North Korea policy**. Washington: Brookings, 2020.

PUTTI, Margarida. "ALERTA MÁXIMO": EUA ENVIAM NAVIO COM MÍSSEIS AO LITORAL DA CHINA. **SINCOMAM**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2020. Disponível em: <<http://www.sincomam.com.br/index.php/alerta-maximo-eua-enviam-navio-com-misseis-ao-litoral-da-china/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

REINOSO, José. O Governo japonês acelera o plano para ampliar sua capacidade militar. **El País**, Pequim, 15 mai. 2014. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/15/internacional/1400174629\\_887614.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/15/internacional/1400174629_887614.html)>. Acesso em: 25 out. 2021.

RIBEIRO, Valéria. A economia política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008: interdependência econômica e relações interestatais. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 67, pp. 11-37, mai/ago, 2018.

RUIC, Gabriella. Coreia do Norte: as datas-chave do programa nuclear que assustou o planeta, **Exame**, 09 jun. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/coreia-do-norte-as-datas-chave-do-programa-nuclear-que-assustou-o-planeta/>>. Acesso em: 09 out. 2021.

RUIC, Gabriella. Crise nuclear da Coreia do Norte: o que quer Kim Jong-un?, **Exame**, 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/crise-nuclear-da-coreia-do-norte-o-que-quer-kim-jong-un/>>. Acesso em: 09 out. 2021.

SAALMAN, Lora. **China's detachment from the South Asian nuclear triangle**. Estocolmo: SIPRI, 2020.

SAALMAN, Lora; TOPYCHKANOV Petra. **SOUTH ASIA'S NUCLEAR CHALLENGES: Interlocking Views from India, Pakistan, China, Russia and the United States**. Estocolmo: SIPRI, 2021.

SAGAN, Scott. The causes of nuclear weapons proliferation. **Annual Review of Political Science**, vol. 14. n. 1, pp. 225–244, 2011.

SIDHU, Waheguru. Security studies: an introduction. 2. ed. In: WILLIAMS, Paul (Ed). **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 2013. p. 410-423.

SEGUNDA cúpula entre Trump e Kim coloca egos na mesa. **Exame**, 26 fev. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/segunda-cupula-entre-trump-e-kim-coloca-egos-na-mesa/>>. Acesso em: 09 out. 2021.

STOCKHOLM INSTITUTE PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Nuclear weapon modernization continues but the outlook for arms control is bleak: New SIPRI Yearbook out now**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/press-release/2020/nuclear-weapon-modernization-continues-outlook-arms-control-bleak-new-sipri-yearbook-out-now>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

TALMADGE, Caitlin. **The US-China nuclear relationship: why competition is likely to intensify**. Washington: Brookings, 2019.

TELEFONEMA de Trump com líder taiwanesa irrita chineses. **Deutsche Welle**, Bonn, 3 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/telefonema-de-trump-com-l%C3%ADder-taiwanesa-irrita-chineses/a-36628002>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

TRATADO contra testes nucleares é 'sucesso', mesmo sem ratificações. **Agência France-Press**, Paris, 24 set. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/09/4951401-tratado-contra-testes-nucleares-e-sucesso-mesmo-sem-ratificacoes.html>>. Acesso em: 25 out. 2021.

TREVISAN, Cláudia. Crise na Coreia do Norte aumenta presença dos EUA na Ásia. **Estadão**, São Paulo, 03 dez. 2010. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/claudia-trevisan/crise-na-coreia-do-norte-aumenta-presenca-dos-eua-na-asia/>> Acesso em: 31 out. 2021.

TRUMP usa China de pretexto para largar Tratado Nuclear que resta com a Rússia. **Hora do Povo**, São Paulo, 13 jul. 2020. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/trump-usa-china-de-pretexto-para-largar-tratado-nuclear-que-resta-com-a-russia/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TUON, Ligia. Brasil está prestes a deixar grupo das 10 maiores economias do mundo. **Exame**, 09 nov. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/economia/brasil-esta-prestes-a-deixar-grupo-das-10-maiores-economias-do-mundo/>>. Acesso em: 28 nov, 2020.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE (USIP). **China's Role in North Korea Nuclear and Peace Negotiations**, Washington D.C, 6 mai. 2019.. Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/2019/05/chinas-role-north-korea-nuclear-and-peace-negotiations>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

VEJA a cronologia do programa nuclear norte-coreano. **G1**, São Paulo, 07 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/veja-cronologia-do-programa-nuclear-norte-coreano.html>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

VULTEE, Fred. Securitization as a media frame: what happens when the media 'speak security'. In: BALZACQ, Thierry. **'Securitization Theory'**. London: Routledge, 2011. p. 77-94.

WALTZ, Kenneth. **The Spread of Nuclear Weapons: More May Better**, Adelphi Papers, n. 171. London: International Institute for Strategic Studies, 1981.

WERTZ, Daniel. The U.S., North Korea, and Nuclear Diplomacy. **The National Committe on North Korea (TNCNK)**, Washington D.C, out. 2018. Disponível em: <<https://www.ncnk.org/resources/briefing-papers/all-briefing-papers/history-u.s.-dprk-relations>>. Acesso em: 01 out. 2021.

WILKINSON, C. The limits of spoken words: from meta-narratives to experiences of security. In: BALZACQ, Thierry. **'Securitization Theory'**. London: Routledge, 2011. p. 94-116.

WILLIAMS, Paul. Security studies: an introduction. 2. ed. In: WILLIAMS, Paul (Ed.). **Security studies: an introduction**. New York: Routledge, 2013. p. 1-12

ZHENQIANG, Pan; BASRUR, Rajesh. China and India. In: BLECHMAN, Barry. **Unblocking the road to zero – Perspectives of advanced nuclear nations**. Washington: The Henry L. Stimson Center, 2009.